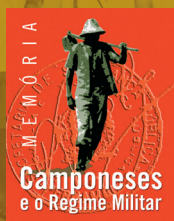


FRANCISCO BLAUDES SOUSA BARROS

Japuara



UM RELATO DAS ENTRANHAS DO CONFLITO



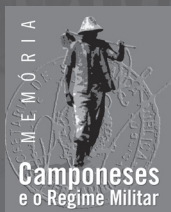
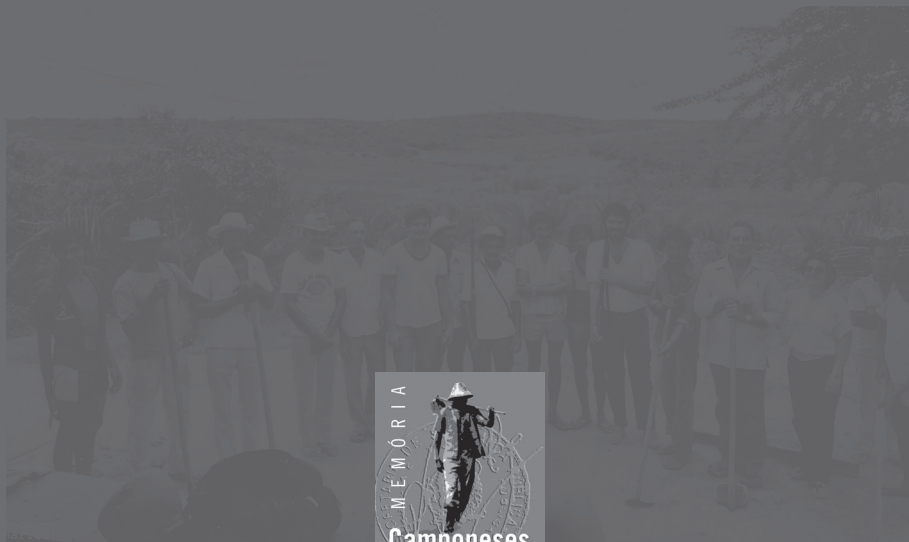
Direito à Memória e à Verdade

FRANCISCO BLAUIDES SOUSA BARROS

Japuara



UM RELATO DAS ENTRANHAS DO CONFLITO



Direito à Memória e à Verdade

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

PEPE VARGAS
Ministro de Estado do Desenvolvimento
Agrário

LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER
Secretário Executivo do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES
Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

VALTER BIANCHINI
Secretário de Agricultura Familiar

ANDREA BUTTO ZARZAR
Secretária de Desenvolvimento Territorial

ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA
Secretário de Reordenamento Agrário

SÉRGIO ROBERTO LOPES
Secretário de Regularização Fundiária na
Amazônia Legal

ROBERTO NASCIMENTO
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e
Desenvolvimento Rural

JOÃO GUILHERME VOGADO
ABRAHÃO
Coordenador executivo do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

MARIA DO ROSÁRIO NUNES
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de
Direitos Humanos da Presidência da República

PATRÍCIA BARCELOS
Secretária Executiva

BRUNO MONTEIRO
Chefe de Gabinete

GILNEY AMORIM VIANA
Coordenador do Projeto Direito à Memória e
à Verdade

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS
E DESAPARECIDOS POLÍTICOS**

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES
BARBOSA
Presidente

DOMINGOS FRANCISCO DUTRA FILHO
Representante da Câmara dos Deputados

DIVA SOARES SANTANA
Representante dos familiares

BELISÁRIO DOS SANTOS JÚNIOR E
MARIA DO AMPARO ALMEIDA ARAÚJO
Representantes da sociedade civil

MARIA ELIANA MENEZES DE FARIAS
Representante do Ministério Público Federal

TEN. CORONEL JOÃO BATISTA
FAGUNDES
Representante das Forças Armadas

GILLES SEBASTIÃO GOMES
Coordenador Geral da CEMDP

Coleção Camponeses e o Regime Militar – volume 2

Francisco Blaudes Sousa Barros

Japuara,
um relato das entranhas do conflito

Ministério do Desenvolvimento Agrário
Brasília, 2013

**Coordenação geral do Projeto da Coleção
“Camponeses e o Regime Militar”**

Roberto Nascimento
Diretor do NEAD/MDA

Gilney Viana
*Coordenador do Projeto Direito à Memória e à
Verdade/SDH*

Moacir Palmeira
PPGAS/ Museu Nacional/ UFRJ

Marta Cioccarì
PPGAS / Museu Nacional/UFRJ

Leonilde Sérvo de Medeiros
CPDA/UFRJ

Comitê Editorial da Coleção

Moacir Palmeira
PPGAS/Museu Nacional/UFRJ

José Sergio Leite Lopes
PPGAS/Museu Nacional/UFRJ

Leonilde Sérvo de Medeiros
CPDA/UFRJ

Caio Galvão de França
Gabinete da Presidência da República

Gilney Viana
*Coordenador do Projeto Direito à Memória e à
Verdade/SDH*

Roberto Nascimento
Diretor do NEAD/MDA

**Japuaia, vol. 2 da Coleção “Camponeses e
o Regime Militar”**

Copyright © 2013 Ministério do
Desenvolvimento Agrário (MDA)
Copyright 2013 Secretaria de Direitos Humanos
da Presidência da República (SDH)

Organizadora da Coleção

Marta Cioccarì (PPGAS/Museu Nacional/UFRJ)

Editora da Coleção

Djane Della Torre

Autor da publicação

Francisco Blaudes Sousa Barros

Capa, projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol Produção Gráfica
caco@cacobisol.com.br

Produção gráfica e editorial

Ana Carolina Fleury

Revisão ortográfica e gramatical

Cecília Fujita

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
www.mda.gov.br

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento
Rural (NEAD)
SBN, Quadra 2, Edifício Sarkis - Bloco D -
loja 10 - Sala S2 - CEP 70.040-910 - Brasília/DF
Telefone: (61) 2020 0189
www.nead.gov.br

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência
da República (SDH)
Setor Comercial Sul - B - Quadra 9 - Lote C -
Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A -
10º andar - CEP 70.308-200 - Brasília/DF
www.direitoshumanos.gov.br

Distribuição gratuita

Esta publicação está disponível para download no
site www.nead.gov.br e pode ser compartilhada,
desde que seja citada a fonte, e que não seja
modificada, nem utilizada para fins comerciais.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B277j

Barros, Francisco Blaudes Sousa.
Japuaia: um relato das entranhas do conflito / Francisco Blaudes de Sousa Barros /
Marta Cioccarì (org.). Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.
(Coleção Camponeses e o regime militar, v. 2).
224pp. ; 13,2x19,2 cm

ISBN 978-85-60548-96-5

1. Brasil – História. 2. Ciências Sociais – Antropologia – Brasil. I. Título. II. Série.

CDU 304
CDD 981

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, meus agradecimentos à antropóloga Marta Cioccarri e à equipe do Museu Nacional/UFRJ pela digitação e edição deste livro. E às equipes do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), pela publicação.

Aos amigos da fazenda Japuara, por contribuírem com dados históricos sobre o conflito ocorrido em 1971. Esses dados devem imortalizar nossa história na memória da nação e reavivar as lembranças sobre esse mundo remoto, engajado na luta pela terra.

Aos familiares, parentes e amigos que contribuíram direta ou indiretamente para a escrita deste memorial.

Em memória de meus pais, Pio Nogueira e Zeza, que partiram para a vida eterna, mas nos deixaram a razão, que permite expressar em palavras nosso carinho e saudade.

Às tias Rosa Maria Barros da Silva e Maria Edinete Barros Saraiva, irmãs de Pio Nogueira, minhas saudações por nos acompanharem na alegria e na dor, tornando-se bastiões da memória daqueles tempos da liberdade em quarentena.

Quando o coração esquecer, os olhos deverão lembrar. De minha parte, nunca esquecerei.

SUMÁRIO

- 9 Apresentação à Coleção
- 13 Prefácio à Coleção
- 19 Introdução

PRIMEIRA PARTE

Capítulo I

- 53 OS MORADORES SOB AMEAÇA
 - 53 Japuary, 2 de janeiro de 1971-2011
 - 54 Antecedentes do conflito
 - 68 Sonho premonitório

Capítulo II

- 73 POLÍCIA E FAZENDEIROS CONTRA AGRICULTORES
 - 86 Entusiasmo na ida, insatisfação na volta a pé
 - 92 A seca, as frentes e o serviço sujo a 10 cruzeiros
 - 93 A visita do delegado e o novo confronto
 - 99 Caminhos tortuosos

Capítulo III

- 101 EM FUGA, EMBRENHADOS NA MATA
 - 106 Cercados pela onça e assediados pelos insetos

Capítulo IV

- 119 O RESGATE
 - 123 Em Fortaleza
 - 124 Luís Mundoca sozinho na mata
 - 126 Assinar o flagrante sem conhecer o escrito
 - 127 O regresso, intimidação e tiros
 - 131 Justificativa
 - 132 Economia
 - 133 A primeira Reforma Agrária do Ceará

Capítulo V

135 VIAGEM E AMEAÇA DE NOVA PRISÃO

Capítulo VI

139 PIO NOGUEIRA, UM LÍDER

SEGUNDA PARTE

147 INTRODUÇÃO

Alinhavando reflexões

Capítulo VII

149 LIBERDADE CONDICIONAL

153 Local de trabalho e de moradia

155 Interpretando a vida

163 Tomado pela revolta

171 A divisão de Mato Grosso

Capítulo VIII

173 À DISPOSIÇÃO DA JUSTIÇA

181 O destino e suas determinações

186 Conhecendo sua história

192 Após 11 anos, reatando o noivado

Capítulo IX

197 DE VOLTA A PELOTAS

201 Família sempre atuante

201 Escrevendo nossa história

208 Uma homenagem

211 Anexo

O ÚNICO ÁLIBI, A VERDADE

217 Referências

221 Siglas

CAMPONESES E O REGIME MILITAR: MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS

Resgatar a memória das lutas camponesas no Brasil entre os anos 1960 e 1980 é contar uma história coletiva forjada a quente em experiências de resistência e manchada pela violência do Estado e do latifúndio. É relatar a saga de homens e mulheres que fizeram da bandeira da Reforma Agrária e dos direitos dos trabalhadores rurais a chama que alimentou a esperança de dias melhores. É narrar como, em meio a atrocidades e à barbárie perpetradas pelo regime militar, engendraram-se e reergueram-se as organizações, a solidariedade e a coragem para conquistas arrancadas palmo a palmo, pela ação de lideranças, sindicalistas, militantes partidários, mas também de um sem-número de trabalhadores anônimos.

Japuara, um relato das entranhas do conflito é o segundo título da Coleção “Camponeses e o Re-

gime Militar”, que tem como objetivo descrever eventos emblemáticos da repressão no meio rural entre 1962 e 1985.

A Coleção integra um projeto envolvendo pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA) e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH). Esta Coleção começou a ser gestada durante a elaboração da obra *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*, publicada em 2010 pelo MDA e pela SDH, com edição revista e ampliada lançada em 2011.

Os volumes que compõem a Coleção são, assim, desdobramentos de pesquisa mais vasta sobre as violências sofridas por trabalhadores do campo durante o regime militar. Os títulos envolvem a autoria de pesquisadores acadêmicos (antropólogos, historiadores, sociólogos, entre outros) e não acadêmicos, tais como jornalistas e historiadores locais, bem como narrativas escritas pelos próprios camponeses. Partindo de relatos de trabalhadores e de sindicalistas que sofreram violências, ou de familiares e pessoas que testemunharam o período, as

obras aproveitam variadas fontes documentais, impressas e audiovisuais, assim como acervos públicos e privados.

Para além de seu interesse social imediato, esta Coleção insere-se num conjunto de iniciativas envolvendo, de um lado, pesquisadores que buscam resgatar a memória das lutas camponesas no Brasil e da repressão ocorrida no campo e, de outro, políticas do governo federal para apurar crimes cometidos durante a ditadura militar. Na última década, iniciativas tais como o Projeto Direito à Memória e à Verdade, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP),¹ a Comissão de Anistia, assim como a criação da Comissão da Verdade, visam não apenas lançar luz e revelar novos aspectos dessas memórias subterrâneas do Brasil, mas também promover o reconhecimento e a reparação a perseguidos políticos e a familiares de mortos e desaparecidos. O interesse de amplas parcelas da sociedade em conhecer mais profundamente os fatos ocorridos nesse período obscuro da história do país vem contribuindo para que o silêncio seja, pouco a pouco, rompido, e para que haja uma crescente divulgação dessas memórias na forma de livros, filmes, exposições e debates.

Ao esmiuçar as narrativas dos próprios trabalhadores, a Coleção “Camponeses e o Regime Militar” busca considerar as especificidades de suas trajetórias em distintas regiões do país. Mais do que fornecer contornos de uma construção idealizada em

1. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos assumiu o encargo de reconhecer “a responsabilidade do Estado pela morte de opositores ao regime militar em decorrência da ação de seu aparelho repressivo, aprovar a reparação indenizatória e buscar a localização dos restos mortais” (Cassel; Vannuchi, 2010, p. 9). A Comissão publicou, em 2007, seu livro-relatório dentro do Projeto Direito à Memória e à Verdade.

torno do heroísmo individual diante da repressão militar ou da opressão de patrões e proprietários rurais, procura-se evidenciar as estratégias de resistência – e, em alguns casos, de sobrevivência – de que lançaram mão os trabalhadores.

As narrativas evidenciam as complexas imbricações entre as faces da violência sofrida pelos trabalhadores rurais, ora acionadas pelo Estado, por meio de seu aparato repressivo, ora cometidas por latifundiários e seus capangas. Como se sabe, a violência privada era exercida com o aval e o estímulo oficiais, aliando grandes proprietários de terra e empresários de ramos diversos ao governo militar. Tais práticas visavam barrar a organização dos trabalhadores. Essa parceria nefasta Estado-latifúndio evidencia a singularidade da repressão e não deixa dúvidas de que a resistência e a fibra dos camponeses, na luta por terra e por direitos, contribuem diretamente para transformações democráticas do campo e do país.

PEPE VARGAS

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

MARIA DO ROSÁRIO

*Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da
Presidência da República*

PALAVRAS EM REVEZAMENTO, SENTIDOS COMPARTILHADOS

*“Fui preso e torturado porque lutava, como luto ainda,
pela Reforma Agrária. Por isso, quiseram consumir comigo.”*

(Líder sindical Vicente Pompeu da Silva. Ceará, 2011)

Por meio das narrativas que dão vida à Coleção “Camponeses e o Regime Militar”, pesquisadores, estudiosos, personagens públicos, mas principalmente trabalhadores rurais e líderes sindicais, tais como Vicente Pompeu da Silva, citado na epígrafe acima, reconstroem memórias individuais e coletivas (Halbwachs, 1990). Ao descreverem seus percursos, suas vicissitudes e tragédias, esses narradores refletem sobre a própria identidade, recriando sentidos em meio a lembranças de fatos muitas vezes inomináveis. Para quem viveu na carne tamanho sofrimento, resgatar essas lembranças significa simbolicamente atravessar a intimidação e o medo que, com frequência, continuam a assombrar.

Nos relatos, nota-se, não raro, que certos detalhes de violências sofridas ou testemunhadas continuam a ser silenciados. Mesmo quando muitas coisas são

reveladas outras tantas continuam a ser caladas. Os estudos empreendidos por Pollak (1989), envolvendo as “memórias subterrâneas” de deportados na Alemanha e na Áustria, fornecem chaves para se compreender as condições de produção desses discursos e as marcas comuns a essas narrativas. Conforme o autor, o silêncio tem razões bastante complexas, pois, para poder contar seus sofrimentos, uma pessoa precisa, antes de tudo, encontrar uma escuta. Nas lembranças que afloram há, muitas vezes, “zonas de sombra”, “silêncios”, “não ditos”, de modo que as fronteiras entre esses silêncios e os não ditos, em relação ao esquecimento definitivo e ao reprimido inconsciente, não são estanques, mas, ao contrário, estão em perpétuo deslocamento (Pollak, 1989, p. 4, 6).

Certas “zonas de sombra” mais claramente manifestas nos primeiros encontros entre pesquisador e entrevistados podem, em alguns casos, revelar-se em nova configuração num encontro seguinte. Quando o narrador se sente em confiança, pode recontar com mais riqueza de detalhes e com uma desenvoltura até então inexistente aspectos que, antes, só eram verbalizados de forma fragmentária ou hesitante. Não apenas o reiterado contato com o pesquisador pode influenciar nessa mudança de atitude, mas também o conhecimento de narrativas similares – escritas ou gravadas –, feitas por pessoas que passaram por traumas semelhantes. Nesse sentido, ressalta-se a importância dos múltiplos relatos feitos a um mesmo pesquisador e/ou a diferentes

pesquisadores, com a possibilidade de um cruzamento entre eles, com a demarcação mais clara das “zonas de sombra”, permitindo que se componha o mosaico de uma história pessoal e coletiva.

Em interações vivenciadas nas pesquisas que embasam esta Coleção, observa-se, frequentemente, que a narração dessas memórias contribui para uma espécie de *resiliência*. Nos estudos em física, a palavra indica a capacidade dos materiais de resistir aos choques. Adotada pela psicologia, *resiliência* significa a capacidade de um indivíduo de sobreviver a um trauma, de resistir às adversidades, de manter ou mesmo de resgatar a sua própria integridade. Autores como Cyrulnik (2009) consideram que a reconstrução biográfica pode contribuir com o processo de *resiliência* de uma pessoa. Isso porque o relato não equivale a uma volta ao passado, mas pode representar uma reconciliação com a própria história. Nesse sentido, “todo relato é um projeto de libertação”, pois o modo de narrar a própria história participa da estruturação dos sentimentos que cada um experimenta acerca do vivido (Cyrulnik, 2009, p. 11, 153).

É possível, assim, que uma parte significativa dos depoimentos concedidos no âmbito desta pesquisa tenha contribuído, direta ou indiretamente, para que os interlocutores reelaborassem eventos traumáticos vivenciados no passado e que imprimiram, em maior ou menor medida, sequelas emocionais. A narração e a escuta dessas histórias permite,

1. Para Becker, a história de vida compartilha com a autobiografia “sua forma narrativa, seu ponto de vista na primeira pessoa e sua postura abertamente subjetiva” (1993, p. 102).

em determinados contextos, que tais lembranças sejam reelaboradas, ao serem inscritas num conjunto mais vasto de histórias de trabalhadores que viveram violências similares.

Pode-se pensar que o próprio pesquisador, acadêmico ou não, ao escutar esses relatos converte-se numa espécie de testemunha, como sugere Jeanne Marie Gagnebin a propósito das narrativas de sobreviventes de campos de concentração. A autora propõe um alargamento do significado do termo, considerando como “testemunha” não apenas aquele que viu com seus próprios olhos determinado fato, mas contemplando ainda “aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro” (Gagnebin apud Capelato, 2008, p. 504). A escuta dessas histórias, assim como o trabalho de escrita, alça assim o pesquisador (ou a equipe de pesquisadores) à condição de testemunha, propiciando o resgate das memórias vividas, o compartilhamento e o revezamento das palavras.

Há que se considerar ainda o próprio significado – simbólico e político – que o ato de “tomar a palavra” para falar de si e de seu mundo carrega para os integrantes das classes trabalhadoras. Uma característica essencial da chamada “história de vida” é, justamente, a possibilidade de apresentar os atores a partir de sua própria perspectiva.¹ Os estudos sobre biografias e autobiografias camponesas e operárias, além das pró-

prias, têm atestado essa importância.² Desde meados do século XX multiplicaram-se as coletas e análises de biografias, autobiografias, relatos e narrativas de trabalhadores, evocando tanto as peculiaridades das trajetórias individuais como a forma pela qual expressam pertencimentos sociais.³

Nesta Coleção, tomam-se as biografias “não como relatos de vida, mas como relatos de práticas”, entendendo que a interpretação deve se concentrar não sobre a vida como objeto único e do qual se procuraria extrair o sentido, mas “sobre as relações sociais e interpessoais” que entornam e penetram cada indivíduo.⁴ Os relatos de vida, para além do caráter de “história pessoal”, descrevem um universo social, revelando uma interação entre o eu e o mundo (Bertaux, 1997, 1999). Essas histórias também evidenciam as especificidades dos sujeitos e dos múltiplos contextos nos quais eles estão inscritos, traduzindo nas falas e nos textos o seu “direito à singularidade” (Verret, 1996). As narrativas apresentadas na Coleção “Camponeses e o Regime Militar” representam, à sua maneira e num determinado momento, fatos que ocorreram a muitos de sua geração. São narrativas singulares, mas também coletivas, que traduzem tragédias pessoais e sociais.

Muitos Joões, Josés, Gregórios, Manoéis, Antônios, Pedros, Vicentes, Rosas, Severinas, Elizabeths, Sebastianas, Margaridas, Josefás, Raimundos, Pios, Geraldos, Amaros e Lyndolphos são protagonistas das lutas travadas no campo. Alguns, mais ou menos anô-

2. Ver Burnett, Vincent & Mayall (1984), Dreyfus, Pennetier & Viet-Depaule (1996), Malva (1978, 1985), Navel (2004). Burnett, Vincent & Mayall (1984, p. xvii) observam que “todas as autobiografias representam uma espécie de triunfo sobre a adversidade”: refletem e estimulam o crescimento da autorreflexão e do autorrespeito entre membros da classe trabalhadora.

3. No contexto brasileiro, ver Gregório Bezerra (1979, 2011), Manoel da Conceição (1980, 2010) e Abdias José dos Santos (1977, 1978, 1980, 1983).

4. Bertaux apud Chevalier, 1979, p. 97-98.

5. Jornalista e antropóloga, coordenadora da Coleção.

6. Jornalista, editora da Coleção.

nimos, construíram-se como sujeitos de uma história coletiva sem que esse crédito lhes fosse conferido. Outros se transformaram em figuras quase míticas, capazes de cumprir um papel simbólico de manter a coesão de grupos, de reconstruir, dia após dia, a utopia. Não se trata de inventar heróis, desprovidos de suas humanidades, nem de estabelecer hierarquias. Mas é verdade que, em determinadas circunstâncias, na espessura sombria que marcou a ditadura militar no Brasil, alguns militantes se sobressaíram pela obstinação e pela resistência. Entretanto, foi a truculência da repressão que os fez renunciar ao que lhes era mais caro – a família, os amigos, a própria identidade – e os fez exilados em seu próprio país.

As condições dessas lutas são adversas. A repressão deflagrada nos anos 1960 e 1970 lançou mão de toda sorte de perseguições, sequestros, prisões, torturas, assassinatos. Muitos militantes pagaram com a vida a defesa de suas convicções. Muitos dos que sobreviveram, com cicatrizes no corpo e marcas na alma, continuam a se mobilizar e a denunciar as injustiças.

Resgatar a memória das lutas dos trabalhadores do campo, reconstruir a singularidade de trajetórias que continuam a inspirar e a impulsionar a construção de uma sociedade mais justa, democrática e fraterna é a proposta desta Coleção, “Camponeses e o Regime Militar”.

MARTA CIOCCARI⁵ E DJANE DELLA TORRE⁶

BLAUDES, O CAMPONÊS RECONTA A HISTÓRIA

O segundo livro da Coleção “Camponeses e o Regime Militar” foi escrito por um trabalhador, Francisco Blaudes Sousa Barros, um dos moradores da fazenda Japuara, no sertão de Canindé, Ceará, na época em que ocorreram os graves episódios de enfrentamento entre lavradores, peões contratados pelo fazendeiro e forças policiais, no começo dos anos 1970. A violência sofrida pelos moradores é emblemática desse período em que se exacerbava no meio rural a repressão do regime militar implantado em 1964.

Os confrontos, que ficaram conhecidos como a “Chacina de Japuara”, ocorreram em dois momentos distintos em 2 de janeiro de 1971, opondo moradores e parceiros aos proprietários da terra. No primeiro, o novo proprietário da área, Júlio César Campos, contratou trabalhadores que atuavam nas

frentes de emergência contra a seca para destelhar as casas, destruir as cercas e arrombar o açude, visando expulsar os moradores. O açude era essencial no cotidiano das famílias, que dele obtinham água e peixes. O segundo momento caracterizou-se pelo enfrentamento entre moradores e a polícia local.

O autor, Blaudes Sousa, na época um jovem de 18 anos, é filho do líder camponês Francisco Nogueira Barros, o Pio Nogueira, que comandou a resistência dos moradores e parceiros à ação do latifundiário e da polícia. Pio Nogueira atuava no movimento sindical desde 1962. Conforme registrou Barreira (1992, p. 50), em 1968 já existia uma Delegacia Sindical em Japura. Cunhado de Firmino da Silva Amorim, antigo arrendatário e administrador da fazenda, Pio morava desde 1950 naquela área, na qual havia feito uma série de benfeitorias. A desavença entre moradores e parceiros, de um lado, e proprietário, de outro, se arrastava havia anos quando estourou o principal conflito. O estopim foi a violência perpetrada pelo novo proprietário da área, homem de grande influência local.

O antigo dono da área, Anastácio Braga Barroso, envolto em dívidas, havia arrendado a fazenda a seu sócio, Firmino da Silva Amorim, prometendo dar-lhe prioridade numa possível venda da propriedade. Com a morte de Anastácio, sua herdeira, Hebe Braga Barroso, colocou a propriedade à venda. O arrendatário, que era também administrador da fazenda, apresentou-se como comprador e fez o

pagamento de uma primeira parcela.¹ No entanto, diante de uma nova proposta financeira considerada mais atraente, a herdeira descumpriu o acordo verbal, vendendo a área a outro interessado: Júlio César Campos, um comerciante que tinha outras duas fazendas no município.² A venda foi contestada por Firmino Amorim e pelos demais moradores da fazenda, que exigiam indenização pelas benfeitorias. O novo proprietário, por sua vez, solicitou imissão de posse, ganhando a questão.

Segundo Gomes (2006), com a morosidade da batalha judicial, Firmino Amorim, que já tinha idade avançada, foi morar com a família em Fortaleza, “deixando a responsabilidade de obter o pagamento pelas benfeitorias a seu cunhado, Francisco Nogueira Barros, mais conhecido como Pio Nogueira” (2006, p. 19). Barreira (1992) destaca que, em 1969, foi expedido o mandado contra o ocupante, Pio Nogueira, e contra os moradores-parceiros. A ação atingiu então 59 trabalhadores rurais e suas famílias. O mandado judicial dava 24 horas para que os moradores deixassem a área. Um advogado designado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece) dedicou-se à causa dos moradores, obtendo uma decisão favorável que sustou a ação de despejo.³

Como registrou Barreira (1992), os moradores contavam que o novo proprietário mantinha, desde o início, uma atitude hostil e provocadora. Havia, por exemplo, aumentado as exigências em relação à

1. Há certa imprecisão quanto ao ano da venda. Para Barreira (1992, p. 48-49), isso teria ocorrido em 1968, enquanto para Gomes (2006, p.18), o fato deu-se por volta de 1965 ou 1966. Em seu relato, Blaudes menciona que, em 1967 o novo proprietário já havia iniciado as ações de violência.

2. Barreira, 1992, p. 48-49.

3. Sobre esse aspecto, ver Barreira, 1992; e Carneiro & Cioccarri, 2010, 2011.

O presidente do Inquérito será mesmo o delegado Especial de Caninde, coronel Raimundo Pereira, deixando assim o Secretário Hamilton Holanda de atender as solicitações dos advogados dos camponeses que haviam solicitado a substituição daquele militar, com alegativa de que ele estava coagindo os implicados na chacina.

do, o Dr. Ubiratan Augusto Bezzer de la secretaria de Polícia para acompanhar o desenrolar do enquanto o sindicato rural solicita do promotor Meles Vasconcelos a ser ouvido em depoimento rural Francisco Pio, seguido de Bros que igualmente participaram de Japara, que resultou com quatro votos íntegros.

[illegible]

Absolvidos envolvidos na chacina de Japuara

Carlinhos. De Leandro Pires e Manoel Cusali. O Tribunal do Juri Popular desentrou a família de Francisco Waldemar da Silva Abreu. Pereira jogou os dois implicados na cadeia de Jaguaré, onde foram presos com outros dois homens que morreram quatro semanas e outras em igual número saíram feridas. Francisco Waldemar da Silva Abreu morreu em 1964. Fernandes, o Alfredo 21 foi João Ramos, o Alfredo 22. O Alfredo 23 foi Antônio Soares, o Alfredo 24 foi Francisco Ramos, o Waldemar 21, foram os irmãos de Francisco Waldemar Mendes Abreu. Luis Mariano da Silva e Raimundo da Silva foram os irmãos de Francisco Waldemar da Silva Abreu.

Os dois primeiros foram eliminados na primeira sessão, os seguintes foram julgados e o último morreu de pneumonia e de uma doença infecciosa. Os réus julgados foram: Francisco Waldemar da Silva Abreu, o Alfredo 21, o Alfredo 22, o Alfredo 23, o Alfredo 24, o Alfredo 25, o Alfredo 26, o Alfredo 27, o Alfredo 28, o Alfredo 29, o Alfredo 30, o Alfredo 31, o Alfredo 32, o Alfredo 33, o Alfredo 34, o Alfredo 35, o Alfredo 36, o Alfredo 37, o Alfredo 38, o Alfredo 39, o Alfredo 40, o Alfredo 41, o Alfredo 42, o Alfredo 43, o Alfredo 44, o Alfredo 45, o Alfredo 46, o Alfredo 47, o Alfredo 48, o Alfredo 49, o Alfredo 50, o Alfredo 51, o Alfredo 52, o Alfredo 53, o Alfredo 54, o Alfredo 55, o Alfredo 56, o Alfredo 57, o Alfredo 58, o Alfredo 59, o Alfredo 60, o Alfredo 61, o Alfredo 62, o Alfredo 63, o Alfredo 64, o Alfredo 65, o Alfredo 66, o Alfredo 67, o Alfredo 68, o Alfredo 69, o Alfredo 70, o Alfredo 71, o Alfredo 72, o Alfredo 73, o Alfredo 74, o Alfredo 75, o Alfredo 76, o Alfredo 77, o Alfredo 78, o Alfredo 79, o Alfredo 80, o Alfredo 81, o Alfredo 82, o Alfredo 83, o Alfredo 84, o Alfredo 85, o Alfredo 86, o Alfredo 87, o Alfredo 88, o Alfredo 89, o Alfredo 90, o Alfredo 91, o Alfredo 92, o Alfredo 93, o Alfredo 94, o Alfredo 95, o Alfredo 96, o Alfredo 97, o Alfredo 98, o Alfredo 99, o Alfredo 100.

A sessão do júri começou às 9 horas, quando o juiz reuniu os jurados para o sorteio, sendo escolhidos para compor o conselho de sentença três homens e

estas funcionárias públicas estaduais. O Ministério Público representado pelo promotor Océlio Costa Barros, recusou as juradas Kátia Maria Amorim e Maria Socorro Cunha, enquanto o advogado do réu, Edilson Gomes Lima, recusou Antonio Ari Monteiro. Foi impedido de compor o conselho de sentença, Manoel Messias Costa, por ter este funcionado como escrivão no inquérito policial.

Às 10 horas teve início o depoimento dos seis reus, a começar por Francisco Nogueira Barros, o poio mais bem trajado deles, pois os outros estavam vestidos com uniformes militares ou com velhas chinelas japonesas, que negou, terminantemente, ter participado do conflito, não sabendo portanto quem alvejou "Joazequim Plau", quando este destelhava a sua casa. Apoiado e delgado, com o cabelo curto e a pele branca, quando atirou no rosto de Nogueira Barros, fazendo com que este fosse ao revidar, matando-o com um golpe de foice na cabeça. Disse que em seguida Francisco Martins vingou a morte do irmão, eliminando o Nonato 21 a tiros de revólver, e depois com uma artilharia a autoria das duas outras mortes.

Às 10h30min o réu Alfredo Ramos Fernandes, o Alfredo 21, foi chamado a depor pelo juiz Waldson da Silva Alves Pereira. Ele espontou Pio como autor da morte de "Joaquim Piauí", quando este destelhava uma residência a mando de César Campos, na época proprietário da Fazenda Joviana. Disse que o delgado

zi, foi chado a depor. No soube dizer se Pio teve participação no conflito e nem matou os policiais. Gildo Martins afirmou que não viu o delegado. Também afirmou, que Nonato 21 "a tirou para o Francisco Martins, irmão do delegado."

As 11h15m, Joaquim Abreu de Souza foi chamado para depor. Não conhecia "Joquim Pau" e que este foi chado com um tiro de espingarda por Pio quando destelhava uma residência. Disse que não viu o delegado. Quando os policiais chegaram cerca de 30 homens correram de três caminhos para derrubar as casas e arrombar o açude da Fazenda da Fátima. Quando os policiais chegaram apontou "Nonato 21" como autor da morte do delegado. Gildo Martins, acrescentando também que o irmão deste foi morto. Quando os policiais chegaram diminuiu "Nonato 21" a tiro de revólver.

As 11h30min Antonio Soares Mariano foi chamado a depor. Declarou que não participou do conflito, pois devido à sua pouca idade, na época, preferiu esconder-se na residência de Pio, observando por uma janela tudo o que se passava no alpendre. Caiu em contradições. Referiu-se também aos três Caminhos ocupados por várias pessoas, que estiveram na Fazenda Japuaçu para destruir as casas e arrombar o açude. Adiantou que não viu quando Pio atirou em "Piau".

Às 12 horas, Waldemar Paz foi chamado a depor. Disse que participou do conflito sangrento e que viu Pio atirar em "Piau", quando este destelhava uma casa.

Saga vivida:

Blaudes mostra seus manuscritos aos visitantes. Ao fundo, sua mulher, Maria Elena (esq.), e sua cunhada.

(Marta Cioccari/MN-UFRJ, set. 2010)



2 3 4 5 6 7 8 9 10

Assunto:

A primeira noite, na mata, foi como um pesadelo. Os quibitos sempre inclinados para o lado sonoro. Ratos, piabas, chiados, apertados, sobressaltos, vozes de animais... Tudo parecia extraterrestre de um mundo desconhecido. Era como que tivessem cercados por inimigos, caga dores de cabeça.

Ainda cedo da noite, seguido o coarso, Blaude caiu numa rede, na areia, do riacho, com o propósito de torná-la num lugar de dormir. Conseguiu uma porção de rama de verde a murchar, para cobrir-se dos braços e cabeça. Quanto ao corpo, cobriu-se de areia sob a rede dos pés ao pescoço. Assim, permaneceu a noite na sua suíte natural, chamando a atenção dos companheiros presentes, pela criatividade em desface. Estes, sentiram na pele, a mudança de uma vida pacata, o peso de uma liberdade em fuga. Insetos de toda espécie, chegavam de perto, devido aos insetos, as boas, vultros pelo bônus alimentar aos nativos daquele ambiente natural.

No dia seguinte, apesar dos expectativas da vida em desmancha, planejavam suas defesas e associavam na prática de suas funções, cuja ação, exercitavam na prática de suas atividades para que nada vesse contrariar a vitória conseguida a fim de, sempre. Para um povo simples, de princípios humildes, o equívoco foi a virada do século, como assim dizer: o fim da picada; o fundo do poço. Nada mais feroz a comparar o episódio para quem, jamais viveu em tal situação.

O crepusculo do amanhecer, o dia, subsumia

Observação:

by romel

Memórias compartilhadas: trabalhador escreveu seu livro à mão, em cerca de 150 páginas de texto.

4. Há divergência quanto aos dados do número de famílias beneficiadas pela desapropriação e ao tamanho dos lotes. Blandes menciona que a extensão de Japura é de 1.540 hectares, divididos em 36 lotes, com 37 a 42 hectares. Gomes (2006, p. 35), apoiando-se em matéria do jornal *O Povo*, de 4 fev. 1971, acentua que a desapropriação beneficiou 70 famílias, com lotes de 52 hectares.

repartição do algodão produzido. Enquanto o antigo dono exigia 30% da produção, este último passara a cobrar 50%. A partir da recusa dos moradores, começou a ameaçá-los de expulsão. Chegou a tentar impedir o plantio dos roçados.

O conflito de Japura deixou quatro mortos e muitos feridos em 2 de janeiro de 1971. Dias depois desses episódios, que são narrados em detalhes por Blandes Sousa, a Fetraece encaminhou pedido de desapropriação da fazenda ao recém-criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A solicitação estava fundamentada na eclosão do próprio conflito, na irregularidade da venda da área e no fato de que 80% das benfeitorias existentes pertenciam aos moradores-parceiros. Um dos pesquisadores a se debruçar sobre o caso, o sociólogo Cesar Barreira, professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), que fez uma série de entrevistas com Pio Nogueira nos anos 1990, fornece elementos do desfecho: “Um mês e dois dias após o término dos confrontos explícitos, o Presidente da República assinou decreto desapropriando 3.645 hectares em benefício de 39 famílias, com lotes que variam de 26 a 42 hectares” (Barreira, 1992, p. 56).⁴ Japura tornou-se, assim, o primeiro caso de Reforma Agrária no Ceará, em pleno regime militar.

O registro feito pela *Gazeta de Notícias*, sobre a desapropriação da fazenda, em 25 de março de 1971, destacou que “o decreto baseou-se na exposição de motivos do Ministério da Agricultura,

que lembrou os lamentáveis feitos ali ocorridos recentemente, quando ocupantes da área, há vários anos, com arrendamento e parceria, foram vítimas da violência por parte do proprietário Júlio César Campos. Diz ainda o ministro que a área se caracteriza como de forte tensão social”.⁵ Em suas análises, Barreira (1992) destacou que o decreto foi uma “medida acauteladora” do governo Médici⁶, traduzindo o temor, por parte do regime militar, de que o caso da fazenda Japuará se estendesse a outras propriedades em situação de conflito. Como ressaltou, “se é inegável que a medida teve caráter pacificador, ela provocou também um debate sobre as questões da terra no Estado do Ceará” (Barreira, 1992, p. 52).

Os episódios na fazenda Japuará mereceram registros diversos, tanto na história oficial de Canindé, a partir dos textos de memorialistas e de reportagens feitas pelos jornais do estado, como nas memórias subterrâneas de moradores da área urbana e rural do município. Diferentes versões circularam nos depoimentos e nas publicações, adequadas cada qual às distintas perspectivas de quem vivenciou ou escutou falar daqueles acontecimentos.⁷

Conforme o historiador Francisco Maurigélbio Estevão Gomes (2006), o episódio quase não teve destaque na imprensa local. E quando teve foi de maneira parcial e negativa. Já o tratamento da imprensa regional e estadual foi mudando ao longo da cobertura. A princípio os jornais tratavam os cam-

5. Em abril daquele ano, chegaram a Canindé um agrônomo e um topógrafo para implantar o “Projeto de Reforma Agrária Presidente Médici”. No entanto, o Incra não realizou as metas propostas no projeto inicial, de forma que os camponeses “ficaram entregues à própria sorte” (Barreira, 1992, p. 57).

6. N.E.: Presidente Emílio Garrastazu Médici (30/10/1969 - 15/3/1974).

7. Gomes, 2006.

8. Gomes, 2006, p. 12.

poneses como “bárbaros”, que “ceifaram a vida de policiais trabalhadores”. Depois reconheceram que eles “apenas agiram em legítima defesa para defenderem seus lares dos algozes contratados pelo fazendeiro”. E, ao final, entenderam que “tão justa foi sua causa que o Governo Federal os beneficiou com a primeira Reforma Agrária do Estado do Ceará”.⁸ Nessa época, os meios de comunicação não tinham tanta penetração no interior do Brasil, o analfabetismo era alto, a população se informava pelas notícias passadas boca a boca, com os letrados funcionando como emissores a partir da leitura de jornais, uma vez que poucos tinham televisão e os aparelhos de rádio ainda eram escassos na zona rural. Portanto, frequentemente prevalecia uma versão dos fatos.

Mesmo anos depois dos fatos, Francisco Blaudes Sousa Barros, que viveu com sua família os acontecimentos de Japuará, ficava revoltado com o que lia. Por discordar de grande parte do que foi escrito, acalentou durante quatro décadas o desejo de, um dia, escrever ele mesmo a história daquele conflito. Pretendia resgatar as memórias de quem sofreu na pele aqueles episódios.

Naquele sábado de 2 de janeiro de 1971, como já foi dito, ocorreram os dois confrontos mais graves. O primeiro episódio: uma tentativa de despejar os moradores à força. O capataz de César Campos, Otávio Abreu, contratou dezenas de homens que trabalhavam nas frentes de emergência da seca, por 10 cruzeiros cada, para tentar expulsar os moradores

de Japuara. O então líder sindical Vicente Pompeu da Silva, ex-presidente da Fetraece, contou em depoimento a pesquisadores que o fazendeiro “chamou vários trabalhadores pagando o dia de serviço a 10 cruzeiros, quando a média na região era de 3 cruzeiros, e mandou derrubar a parede do açude e a casa de Pio Nogueira”. Em grande número, os contratados⁹ dirigiram-se ao local, onde destruíram cercas e benfeitorias, destelharam casas e ameaçaram romper o açude.

Como relata Blaudes, o líder dos moradores-parceiros, Pio Nogueira, tentou toda a forma de diálogo. Sem conseguir demover os agressores, foi para dentro de sua casa, que estava sendo destelhada, para impedir a destruição. Numa última tentativa para evitar o pior, disparou sua cartucheira calibre 20 para o alto, ferindo um peão, que caiu sobre uma cerca de varas e morreu. Joaquim Rodrigues, o Piau, era um alistado nas frentes de emergência. Os contratados pelo fazendeiro começaram a se reunir em frente à casa. Temendo uma investida, Pio fez vários outros disparos para o alto. O grupo se dispersou e deixou a fazenda a pé. Além das ações na Justiça, a mando de César Campos haviam acontecido vários atos de intimidação e humilhação aos moradores. Os abusos, frequentes, iam desde soltar animais para destruir áreas cultivadas até atear fogo a cercas e lavouras.

No segundo episódio, um confronto entre o subdelegado Cídio (ou Cid) Martins, policiais mi-

9. Conforme Gomes, parte desse contingente foi arregimentada nas ruas de Canindé e parte era de “cassacos”, como eram chamados os trabalhadores da frente de serviço (Gomes, 2006, p. 19).

litares e agricultores, três pessoas perderam a vida: o próprio Cid; o agricultor Raimundo Nonato Pais, o Nonatinho 21; e o policial militar Jorge Paulo de Freitas. A confusão começou quando da chegada do subdelegado, acompanhado de policiais fortemente armados. Agressivo, Cid perguntou por Pio a Nonatinho 21, um camponês já idoso. Depois o humilhou. Nonato foi atingido no rosto, à queima-roupa, por um disparo de revólver calibre 38. Ferido, ele avançou com sua foice sobre o subdelegado.

Começou a confusão, com os policiais disparando metralhadoras e outras armas pesadas, os moradores do local se defendendo e atacando com foices, facões e outros instrumentos de trabalho. Cid foi morto, e o irmão dele, Francisco Martins, que o acompanhava, teria matado Nonatinho 21. Feridos, policiais militares e o irmão do subdelegado bateram em retirada. Os agricultores diretamente envolvidos na batalha fugiram para o mato, temendo represálias. As mulheres e filhos dos que se foram enfrentaram espancamentos, humilhações e perseguições. Muitos trabalhadores da área foram presos.

O grupo formado por Francisco Nogueira Barros, o Pio; seu filho, Francisco Blaudes Sousa Barros; Joaquim Abreu; Alfredo Ramos Fernandes, o Alfredo 21; Antonio Soares Mariano, o Antonio Mundoca; e Luís Mariano da Silva, o Luís Mundo-ca, ficou vários dias na mata, sofrendo com a falta

de água e de alimento. Pio, Blaudes, Joaquim, Alfredo e Antônio Mundoca foram resgatados pelos advogados da Fetraece e por jornalistas, sendo escoltados por um coronel da PM até Fortaleza, onde ficaram presos por cerca de um mês em uma unidade do Corpo de Bombeiros. Luís Mundoca, que estava ferido, havia deixado o grupo para buscar ajuda e acabou preso.

De acordo com Gomes (2006, p. 23), os camponeses ficaram presos no Quartel do Corpo de Bombeiros Sapadores, quando se iniciou o Inquérito Policial Militar (IPM) que os implicou como responsáveis diretos pelas mortes. O caso então foi remetido à Justiça comum. Barreira (1992, p. 49) ressaltou que, ao final do processo, dez trabalhadores rurais foram indiciados como implicados na morte do careteiro, do soldado e do delegado. Ninguém foi indiciado pela morte do morador da fazenda.¹⁰

Passados treze anos do conflito, em 1984, todos os camponeses indiciados no processo foram absolvidos com base na tese de legítima defesa e negativa de autoria dos crimes. Em decorrência dos episódios, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais passou a ser considerado o grande inimigo dos proprietários de terra e agente da subversão local, por ter orientado os camponeses.¹¹ O próprio advogado Lindolfo Cordeiro, assessor jurídico da Fetraece, foi preso durante o regime militar e assassinado ao sair da prisão, em 1978, a mando de latifundiários.¹²

10. Francisco Martins, irmão do subdelegado morto no conflito, que foi indiciado no IPM como autor da morte do trabalhador rural, não figurou entre aqueles que deveriam ir a julgamento (Barreira, 1992, p. 49).

11. Barreira, 1992, p. 55, 58.

12. Carneiro & Cioccarri, 2011, p. 117, 340.



Japuara verdejante:
imagens da fazenda na
estação das chuvas.
(Marta Cioccarri/MN-UFRJ, fev. 2011)



UM CAMPONÊS-NARRADOR

Blaudes, testemunha do conflito, contou ter lido vários relatos sobre os episódios da fazenda Japua, nos quais, a seu ver, os autores “fantasiavam” os acontecimentos, transformando “toda a matéria na sua própria imaginação e deixando a realidade de lado”. Sua indignação era tanta que nem conseguia ler esses textos até o fim. Ele pensava: “Um dia eu vou escrever a história de Japua!”.

Nosso primeiro encontro com Blaudes ocorreu na própria fazenda, em setembro de 2010, quando eu, Marta Ciocari, na companhia do sociólogo Cesar Barreira, buscava informações sobre o conflito, que passaria a constar da obra *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*, escrita em coautoria com Ana Carneiro. O livro foi publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) em 2010, com nova edição revista e ampliada em 2011. A pesquisa teve a coordenação de Caio de Galvão França, então chefe de gabinete do MDA, e a supervisão do antropólogo Moacir Palmeira, professor do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Durante a pesquisa, Moacir recomendou que procurássemos no Ceará por um dos parceiros do projeto “Memória Camponesa”, Cesar Barreira, que havia feito uma série de entrevistas com Pio Nogueira, parte delas ainda inédita.¹³ Bar-

13. Algumas referências sobre o caso da fazenda Japua e relatos feitos por Pio Nogueira foram publicados por Barreira, 1992.

reira nos acompanhou na visita a Japuará, ocasião em que conhecemos quatro dos filhos de Pio: Blaudes, Plautos, Osvaldo e Luzardo, com suas esposas, filhos e netos.

Em meio aos relatos, Blaudes mostrou parte de seus escritos sobre o conflito e leu, em voz alta, um trecho no qual contava sobre o sonho premonitório que teve na véspera da chegada à fazenda da turba de homens contratados pelo latifundiário Júlio César Campos, das suas violências, e das que se seguiriam pelas mãos da polícia. A narrativa impactou tanto a pesquisadora como o professor Cesar Barreira e o motorista da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará que nos conduziu até lá. Chamava a atenção também o fato de a narrativa, com mais de 50 páginas, ser escrita à mão.

Naquele momento trabalhávamos no livro *Retrato da Repressão Política no Campo*. Tínhamos a intenção de continuar as pesquisas sobre a repressão ocorrida durante a ditadura, mas esta coleção, “Camponeses e o Regime Militar”, ainda não havia sido esboçada. Mesmo assim, propusemos a Blaudes que nos enviasse seus escritos para que buscássemos uma forma de publicá-los, provavelmente em alguma iniciativa da UFRJ. A descoberta de um trabalhador que escrevia à mão o testemunho daquela tragédia tocou-nos por várias razões. Primeiro, porque seu relato – segundo o pouco que ouvimos – parecia conter uma perspectiva original e rica sobre o que havia se passado na fazenda

entre meados dos anos 1960 e começo dos anos 1970. Segundo, porque no campo da antropologia nos interessavam particularmente os estudos de memórias e narrativas de trabalhadores, incluindo a reconstrução de suas biografias e trajetórias. Terceiro, podíamos dimensionar, como pesquisadores, o desafio enfrentado por certos trabalhadores que, com poucos estudos formais, se aventuravam no mundo da escrita, com a mesma obstinação com que haviam enfrentado a dureza da sobrevivência e as dificuldades do seu cotidiano. Por isso nos dispomos a digitar seus escritos e a buscar uma forma de transformá-los em livro.

O caminho só se desvelaria alguns meses depois, no dia 31 de março de 2011 – 47 anos depois do golpe militar –, numa reunião às vésperas do lançamento do livro *Retrato da Repressão Política no Campo*, no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, que contaria com representantes do NEAD-MDA, da SDH, do Museu Nacional, UFRJ, e do CPDA-UFRRJ. Na reunião, Gilney Viana, diretor do Projeto Direito à Memória e à Verdade, da SDH, propôs a criação de uma série de pequenas biografias de personagens e descrição de eventos emblemáticos da repressão que já eram enfocados no livro anterior. A proposta foi acolhida e acabou resultando na criação desta coleção.¹⁴ Pois bem, estávamos convictos: o texto de Blaudes seria um desses livros.

Ao todo, encontramos-nos pessoalmente com Blaudes três vezes e falamos muitas outras por tele-

14. A Apresentação e o Prefácio, no início deste volume, fornecem mais elementos sobre a iniciativa.

fone, discutindo aspectos do texto. Como ele mesmo conta, o segundo encontro ocorreu também na fazenda Japura, em fevereiro de 2011, quando fomos levar à sua família os primeiros exemplares do livro *Retrato da repressão*. Ali mesmo, Blaudes já foi olhando o texto e fazendo pequenos reparos em nossa narrativa. Na ocasião, concedeu-nos uma entrevista mais longa, gravada, mencionando suas peregrinações pelo Maranhão e pelo Rio Grande do Sul. Voltamos a falar sobre o projeto para a publicação de seu livro. E, na sequência, ele passou a nos enviar pelos Correios seu texto manuscrito.

O terceiro encontro ocorreu em Porto Alegre, em 27 de janeiro de 2012, no lançamento do livro *Retrato da repressão*, no Memorial do Rio Grande do Sul, durante atividades do Fórum Social Temático, que contou com a presença da ministra Maria do Rosário, da SDH, e de representantes do NEAD-MDA. Blaudes, filho do líder camponês Pio Nogueira, e João Altair, filho do líder camponês João Sem Terra, foram homenageados na cerimônia. Nessa época, seu livro estava sendo digitado e ia ganhando corpo. Mas Blaudes ainda não havia dito tudo o que pretendia. Diante de questões que nós, Marta Cioccarri e Djane Della Torre, como editoras, íamos lhe apresentando, enviou três novas remessas de textos escritos à mão, em janeiro e em fevereiro de 2012.

Ao todo, foram cinco remessas pelos Correios, sendo uma de imagens – reuniu recortes de jornais

que noticiaram a tragédia de Japuara, fotografias dele e do pai, Pio Nogueira, cópias de documentos, entre outros. No trabalho de edição, fizemos pequenas correções e adequações em certos trechos para tornar a narrativa mais clara, acrescentamos notas de rodapé, mas respeitamos o estilo e as construções elegantes do autor. A melodia de uma indignada e dolorosa poesia em prosa, as descrições literárias com forte densidade que se alongam em determinados trechos, a construção de uma fabulação realista em torno de diálogos ocorridos num passado que a memória já não alcança marcam o estilo do autor, no seu exercício de criação do texto e de si mesmo como narrador e personagem. Escrever este livro era, segundo nos contou, “o sonho de um sonhador”, que foi ganhando corpo numa vida inteira.

Em conversa por telefone, ele justificou a decisão de construir um personagem para o jovem Blaudes dos tempos da Japuara, bem diferente do homem maduro que escreve essas narrativas depois de ter virado mundo, de ter percorrido o Brasil, em diferentes ocupações. “Depois que fui operado e não pude mais trabalhar, comecei a rascunhar o livro. Não me dei bem com o frio do Rio Grande do Sul e decidi passar um tempo no Ceará. Pensei: Agora vou escrever sobre nossa história.” Viajou de Pelotas (RS) para Japuara, em Canindé (CE), e passou a ouvir os irmãos, os vizinhos, a colher as lembranças sobre aqueles acontecimentos. Mostrava, em seu esforço, como as memórias individuais e coletivas

se complementam. Fez suas próprias pesquisas em jornais e em outras publicações da época reunidos no Arquivo Público do Estado do Ceará.

Blaudes diz que “quase tudo o que escreveu” está nos documentos, mas os detalhes se fixaram de determinado modo em sua memória, de forma que nem seu pai, se estivesse vivo, ou seus irmãos, contariam a história da mesma maneira. Cada qual a viveu a seu modo. Além disso, cada um adotou seu estilo como narrador nessa família em que esse talento parece evidente. “O pai contaria simbolizando, de forma que a onça [no momento de fuga dos camponeses] apareceria como uma lanterninha no meio da mata”, avalia Blaudes, cujas memórias parecem ser construídas sempre por referência ao pai. Acredita que, em sua própria narrativa, “não se entregou tanto à sensibilidade”, mas buscou “contar coisas mais concretas”.

Para construir esse distanciamento, Blaudes escreveu a primeira parte da sua obra na terceira pessoa do singular. “Comecei a escrever pensando no Blaudes como um personagem da história. Só no final achei importante destacar que se tratava da minha vida e da vida da minha família.” No relato, enfatizou os momentos em que esteve ombro a ombro com o pai, o líder camponês Pio Nogueira. Foi a maneira que encontrou para desfazer o apagamento de seu nome nos jornais da época e nos registros que ficaram na memória coletiva. Sua fotografia figura na capa de um dos jornais que noticia o conflito de

Japuara, ao lado de outros camponeses presos após os confrontos, mas não há referências a seu nome. Numa das edições do *Correio do Ceará* daquele período, sob a manchete “Correio localiza fugitivos de Canindé”, estão estampadas as fotografias de Pio Nogueira, Antônio Mundoca, Alfredo 21, Joaquim Abreu e do próprio Blaudes, mas o nome que consta sob a fotografia é de seu irmão, Plautos, também preso após os enfrentamentos, mas que não estava entre os capturados na mata. O equívoco pode ter sido gerado porque o pai costumava chamá-lo de “Blaudo” – e os repórteres teriam confundido os nomes. Na cópia do jornal que nos enviou, Blaudes tratou de corrigir o lapso, substituindo o nome do irmão pelo seu abaixo da imagem.

O fato de que sua participação na resistência de Japuara tenha ficado silenciada e de que seu nome não tenha sido inscrito pela imprensa naquela história de luta e de sofrimento teve consequências não apenas simbólicas. Sua solicitação de reconhecimento do Estado sobre as perseguições e as violências sofridas, feita à Comissão de Anistia do Ceará, foi negada. Acredita que a negativa se deve ao fato de que seu nome não constava como um dos atingidos por aquelas ações de repressão.

Assim, na maior parte de sua obra, ao constituir o narrador-herói, ele adotou a forma impessoal da terceira pessoa do singular. À maneira de um romancista, porém, ao fornecer os elementos subjetivos da tragédia, penetrou no mundo interior

15. A afirmação é feita no contexto da análise da trajetória intelectual do sociólogo Erving Goffman.

do personagem, das suas intenções e de seus pensamentos. É a construção onipresente e onisciente que permite ao autor saber tudo sobre seu herói, o personagem, fazendo dele um “outro”, um “ele”. Em seus estudos sobre a estética da criação, Mikhail Bakhtin definia a consciência do autor como “uma consciência que engloba e acaba a consciência do herói e do seu mundo” (Bakhtin, 1997, p. 32). A consciência do autor revelaria assim um “excedente”, que sabe dizer do passado e do futuro do personagem, do seu exterior e do seu interior, graças à “exotopia” que marca a relação criadora. Pode-se dizer que esta foi a posição adotada por Blaudes ao conceber a sua trama.

Ele construiu o personagem como um herói co-adjuvante em relação ao pai, o líder camponês Pio Nogueira, mas ainda assim um herói. Por vezes, o leitor pode ter a impressão de que a objetividade do relato tropeça em armadilhas em torno de uma imagem idealizada de si que valoriza a participação do jovem Blaudes em certos episódios, principalmente quando ele, nos diálogos, dá conselhos ao pai em momentos decisivos. Provavelmente o ofício da escrita, mesmo o mais autocrítico, guarda consigo vestígios de um narcisismo, que projeta nas situações algo do íntimo do autor. Em outra perspectiva, pode-se lembrar o que Yves Winkin (1991, p. 13) escreveu sobre o fato de que toda obra concebida por um escritor é uma espécie de autobiografia, mesmo quando não o é abertamente.¹⁵ No caso de

Blaudes, não há enigma a ser decifrado, pois o relato é, assumidamente, autobiográfico.

Um leitor que espere encontrar um texto marcado pela simplicidade, supostamente atribuída a um camponês, ficará entre surpreso e desconcertado. A inquietação intelectual de Blaudes não permite que ele se renda ao simples. Na tessitura de sua escrita, maneja elementos extraídos do cotidiano de um trabalhador do campo, mas com um vocabulário vasto e construções rebuscadas. Não se pode esquecer que sua trajetória foi marcada tanto pelo esforço autodidata (para além de sua escolaridade formal até a 7ª série do ensino fundamental) como pelos percursos de migrante, vivendo uma diversidade de experiências como trabalhador urbano e rural em diferentes estados do Brasil. Mais do que percursos geográficos, são percursos existenciais. A obra exprime assim o aprendizado, sempre surpreendente, que caracteriza aqueles trabalhadores que se aventuram pelo universo da escrita e que, com vivacidade, esforço e talento, alargam de forma extraordinária os horizontes da comunicação entre o mundo da experiência vivida e o da experiência narrada – ou seja, entre a vida e a escrita.

Em conversa por telefone, Blaudes revelou que consultava frequentemente o dicionário para não ficar repetindo as mesmas palavras e para procurar os termos mais precisos. No texto, reconstruiu diálogos, num evidente talento de ficcionista. Tinha uma boa razão para fazê-lo: não poderia se lembrar das

palavras ditas há mais de 40 anos, mas recordava-se do sentido das conversas e dos contextos nos quais aquelas falas haviam ocorrido.

Nesse sentido, Blaudes permite-se o recurso da criação literária para compor e enriquecer as lacunas de lembranças que a memória não consegue alcançar. Mas não seria justamente a imaginação que, o tempo todo, permeia o tecido de nossas memórias individuais e coletivas (como Halbwachs e Bergson, estudiosos do tema, bem observaram)? Isso porque precisamos continuamente da fabulação para entretecer um argumento completo, para totalizar uma cena, de cuja recordação, a partir dos elementos do passado, fixamos só os traços que nos marcaram mais profundamente, seja porque nos pareceram mais relevantes ou porque comunicaram mais diretamente à nossa experiência afetiva.

Em certos momentos, o autor adota de forma mais livre a criação poética, como no caso do texto “O único álibi, a verdade”, que figura como anexo nesta publicação. Entre o ensaio reflexivo e o monólogo, ele teatraliza o sentimento de injustiça de um preso inocente, utilizando como matéria-prima os sentimentos surgidos em sua experiência carcerária, após os eventos de Japuara. “Nasceu do que eu senti lá [na cela], mas não diretamente do que eu vivi lá. Foi uma inspiração”, contou.

O esforço de reconstrução do passado é monumental. E Blaudes escolhe fazê-lo nos termos que considera os mais aceitáveis, o da linguagem formal,

contemplando, porém, certos regionalismos e marcas da oralidade. Nesse esforço, toma a linguagem escrita como parte de uma cultura erudita, à qual, de forma legítima, acede por meio do texto. As autobiografias escritas por integrantes das classes populares carregam, na maior parte das vezes, os traços de um triunfo sobre as adversidades – como o das próprias dificuldades de acesso à educação formal.¹⁶ Nos embates travados, a apropriação da linguagem erudita quase nunca se dá de forma “pura”, fazendo com que vestígios da cultura popular e da oralidade do universo no qual ela se forjou atravessem o texto constantemente. Na mescla entre o popular e o erudito, as palavras e as coisas podem divergir entre si, abrindo uma faixa de incerteza sobre sentidos que os termos carregam.

É justamente nessa tensão, onde se traduz o mal-estar dos estigmas perpetrados pela cultura formal sobre as culturas populares, que parece ocorrer uma espécie de desforra. O prazer da escrita, a alegria do narrador, pode advir também dessa escultura das palavras, que são moldadas, amansadas, laminadas, adensadas, usadas em proveito de quem as escreve, extrapolando, muitas vezes, os sentidos mais usuais e conhecidos. A dança das palavras no texto, a singularidade de determinados usos, as repetições que enfatizam certas construções sinalizam também a busca da legitimação tanto da narrativa como da própria história do autor e de seu grupo social. Blaudes escreve como quem embarca numa aventura.

16. Sobre esta questão, ver a análise de Leite Lopes e Alvim (1999), no artigo sobre as memórias do operário Adauto Machado.

As redações escolares que impressionavam seus professores evoluíram para crônicas, contos e poemas, nos quais a natureza está sempre presente, em que a fé e a religiosidade são recorrentes. Em tudo parece haver, criativamente, um sentido, uma força moral que atravessa humanos, animais, seres divinos e natureza circundante.

UM TRABALHADOR MIGRANTE

A saga de Blaudes é aquela do trabalhador migrante no Brasil dos anos 1970, que precisa buscar a sobrevivência, ao mesmo tempo em que luta para manter seus valores mais essenciais. Ora Blaudes é um lavrador, ora um fotógrafo, um professor de escola primária, um vendedor de rua, um líder sindical. Longe de casa, longe dos amigos e da família, enfrenta a separação, a solidão, e precisa se reinventar a cada momento. Suas andanças pelo país – atravessado de norte a sul, de leste a oeste – mostram-nos como a experiência do conflito deu tessitura ao seu profundo senso de Justiça e à sua luta por um mundo melhor.

Após cerca de 40 anos, depois de ter vivido no Mato Grosso, no Rio Grande do Sul e no Maranhão, o autor faz uma viagem de volta à sua terra, investido de uma missão que muitos anos antes havia se atribuído: a de escrever as memórias de Japuara. Até janeiro de 2011 havia manuscrito 94 páginas, e a elas juntou alguns poemas seus. Com esse capital

simbólico, regressou a Pelotas (RS), ao encontro da mulher e da filha. Depois, escreveria outras 60 páginas, já em diálogo com as editoras.

Foi preciso que estabelecesse com seu passado a distância de “estrangeiro” – obtida na condição de migrante, nas suas experiências como trabalhador urbano – e ao mesmo tempo do filho que à casa torna, como a se redimir do abandono simbólico de suas origens. A objetivação do passado é bem expressa na primeira parte da obra. Em sua viagem de volta ao Ceará, quando se dedica à decisiva escavação das memórias, está munido de ferramentas que lhe permitem olhar de forma mais distanciada para aquele universo e organizar suas lembranças a partir de escutas e de pesquisas em acervos. Na narrativa, esta descrição do processo não é explicitada, mas está metamorfoseada no percurso. Ele nos contou como conferiu datas e detalhes, como cotejou sua memória com registros escritos e, havendo conflito, em alguns casos, contrapôs a sua própria versão. Se os jornais mencionam que cerca de 80 homens foram contratados pelo fazendeiro Júlio César Campos, Blaudes sustenta que eram 180 homens conduzidos em duas carretas – enfim, uma turba humana.

A partir da liberdade condicional que se segue à captura e à prisão dos moradores mais engajados naquela luta, começa nova vida para Blaudes. É nessa segunda parte da obra e de sua trajetória que começa a escrever em primeira pessoa, assumindo o “eu” da autoria. Ficam claros então os desafios enfrentados

em cada uma das migrações, nesses deslocamentos entre o rural e o urbano e as diferentes ocupações desde que partiu de Japuara. Primeiro, faz um curso em Fortaleza e começa a ganhar a vida como fotógrafo. Muito jovem, com pouca instrução, vai trabalhar no Centro-Oeste como vendedor de rua de produtos de cama, mesa e banho, em relações trabalhistas precárias, com frequentes abusos do patrão. Na capital cearense faz os contatos que vão levá-lo a Rondonópolis e a Cuiabá, quando se vê mergulhado em aventuras perigosas, trabalhando para um patrão que cobra de seus empregados sob a mira de um revólver e que não tem escrúpulos em armar estratégias e trapacear tentando enredá-los em dívidas – tais como as velhas dívidas do barracão, praticadas no meio rural. Corajosamente, Blaudes se posiciona, resiste e enfrenta os abusos, exibindo e reafirmando sua retidão de caráter. São experiências que marcaram sua vida e lhe imprimiram lições definitivas, que traduz nestes termos: “Confiar desconfiando e nunca me sujeitar aos caprichos de patrão. Por este motivo me dediquei a trabalhar por conta própria, por não suportar a ideia da sujeição”.

Depois, numa viagem longa que reuniu uma dezena de pessoas amontoadas a bordo de uma caminhoneta D-10, descrita em pormenores, chega a Pelotas, no Rio Grande do Sul. Ali, descreve o seu círculo de relações, de vizinhança e de novos parentes por afinidade, sempre recebendo e hospedando irmãos e irmãs que partem do Ceará para tempora-

das ou mesmo para moradia. É nesse contexto que conhecerá Maria Elena, sua futura esposa, e se encantará por ela. Trabalha como vendedor autônomo de artigos para cama, mesa e banho, torna-se comerciante ao comprar o negócio de amigos. Um grave acidente de carro sofrido por um dos irmãos, então seu braço direito, afeta os negócios, e Blaudes se vê envolto em dívidas. Depois de saldá-las e se desfazer do negócio, decide migrar novamente. Não mais para o Ceará, mas para o Maranhão, para um sítio onde viviam, nessa época, seus pais, Pio Nogueira e Maria José. Para isso, decide cancelar o noivado com Maria Elena, que estava marcado para o Natal daquele ano. O reencontro do casal só vai acontecer uma década depois. No Maranhão, compra a terra dos pais e volta a ser agricultor. Então se junta a um grupo e participa de uma ocupação de terra. Lá se torna professor e liderança, chegando a presidente de uma associação de trabalhadores rurais.

No Maranhão, Blaudes vive um intenso aprendizado político – já não é mais o jovem filho de Pio Nogueira, agora fala por si mesmo – em meio à luta pela terra que ganha a solidariedade da Igreja. Descreve a ação da grilagem a partir da fazenda de Chico Rico, de 86 mil hectares, em Capoeira, Santa Luzia. Conta como o cenário se transforma com a entrada em ação de trabalhadores que passam a ocupar aquelas áreas, com o apoio de uma série de organizações, tais como Comissão Pastoral da Terra, Cáritas, Central Única dos Trabalhadores, entre

outras. Eram, segundo conta, mais de 900 famílias mobilizadas nessas ocupações. Logo os posseiros obtêm o reconhecimento do Incra, que cadastra cada família. Ao narrar esse período, seu texto ganha limpidez e um tom mais objetivo, mais militante do que aquele com o qual narrou os eventos de Japuará. Ali, os contornos pareciam ser mais romanceados, provavelmente pela distância temporal e pelas memórias fixadas ainda na juventude.

Num estudo sobre a sociedade brasileira, o antropólogo Roberto Da Matta (1983) salientava que, no país, “o herói deve ser sempre um pouco trágico para ser interessante, com sua vida sendo definida por meio de uma trajetória tortuosa, cheia de peripécias e desmascaramentos” (Da Matta, 1983, p. 199). Conforme o autor, o herói paradigmático do trabalhador brasileiro seria o personagem malandro de Pedro Malasartes, alguém que precisa enfrentar a “dura realidade da vida”, despedindo-se do lar, da família e de seu local geográfico para “ganhar a vida” (Da Matta, 1983, p. 219).

Na trajetória de Blaudes, todo esse aprendizado está presente. Ele também desenvolve novas habilidades, ganha “jogo de cintura”, ainda que não se converta exatamente num malandro como Malasartes. Em suas andanças, aprende a conviver com diferenças culturais e sociais de toda ordem, sem se desfazer dos valores morais forjados na vida em família no sertão cearense. Nas suas palavras: “E, assim, a arte de migrar para terras longínquas me fez viver o

dualismo de uma liberdade: para sentir a sua estima tive de dobrar os joelhos diante dos caprichos do mundo, para ser reconhecido e poder mostrar o meu brio, como álibi de uma liberdade ainda ameaçada pelas lógicas do sistema dominante”.

Desde meados dos anos 1980, sua história com Maria Elena enfrenta o drama da distância geográfica e da descontinuidade. Ele, cearense, ela, gaúcha, depois de uma década de separação, reatam os laços em 1996, primeiro a distância, por meio de uma carta – recebida um ano depois de enviada – e de alguns telefonemas que se seguem. Dali por diante decidem viver juntos, enfrentando as vicissitudes de serem estrangeiros um na terra do outro e ambos estrangeiros em terras estranhas. Certos hábitos se transformam, mesclam-se, mas o meio impõe seus limites. Elena sente a saúde abalada pelo calor e pela aridez do sertão cearense e também não se adapta ao clima maranhense. Migram então para o sul, onde Blaudes trabalha nas ruas como vendedor de produtos de limpeza, ao mesmo tempo em que tenta se adaptar aos rigores do inverno gaúcho. Às batalhas cotidianas pelo sustento e pela dignidade, juntam-se os episódios de enfermidades, que Blaudes e Elena enfrentam lado a lado, nos últimos anos, já com a filha Vitória, adotada por eles.

Como ocorre com outros trabalhadores cujo cotidiano é tomado no esforço de sobrevivência, Blaudes debruçou-se sobre as memórias de Japua-ra, começou a pesquisar e a escrever enquanto con-

16. Doença pulmonar que acomete os mineiros, decorrente de inalação de pó de carvão, levando a alterações do parênquima pulmonar e a manifestações clínicas e da função pulmonar.

17. Como se disse no Prefácio, as narrativas de si podem contribuir para a *resiliência* (Cyrułnik, 2009), não só no sentido de superação de traumas antigos, mas, por vezes, no enfrentamento de crises do presente.

valescia de um problema de saúde. Tal situação já foi assinalada por pesquisadores, tais como Sidney Mintz (1960, 1984), ao narrar a trajetória de Don Taso, trabalhador da cana em Porto Rico, que se recuperava de um câncer de próstata quando passou a registrar ele mesmo detalhes de sua trajetória; e June Nash (1976), quando conta, na obra em coautoria com Juan Rojas, nas memórias desse mineiro de cobre boliviano, os exercícios escritos feitos pelo operário para registrar sua trajetória num período em que estava afastado do trabalho por causa da pneumoconiose.¹⁶ No caso de Blaudes, o mergulho no passado ocorre depois de um diagnóstico de câncer, de sessões de quimioterapia e radioterapia, e de uma cirurgia, quando ele estava em Pelotas (RS). Ao sair do hospital, não podia trabalhar, nem ter lazer. Era o momento de voltar-se a essa reconstrução.¹⁷

Se a experiência de migrante trouxe aprendizados difíceis para o autor, aguçou-lhe também a reflexão, como se nota no registro sobre o seu reencontro com Japura depois de ter vivido algum tempo no Mato Grosso:

As grandes cidades e os campos agrários se uniram no dia a dia desse povo que cresce como trabalhador, que deambula de um lugar para outro, conhecendo a importância de uma transformação do que antes era apenas sonho. Hoje, com o conhecimento, os costumes e o saber agir deram adeus à utopia, trazendo ao mundo atual suas inspirações, feitas sonhos reais.

Em seus percursos geográficos e existenciais, Blaudes foi reunindo informações e tecendo reflexões sobre justiça, questão agrária, migrações e relações de poder, numa perspectiva singular do Brasil entre os anos 1970 e 2010. Neste texto, franqueia-nos sua vida, seus sonhos, suas frustrações, suas dores e também seu destemor, sua generosidade, seu espírito de luta.

MARTA CIOCCARI¹⁸ E DJANE DELLA TORRE¹⁹

18. Jornalista e antropóloga, coordenadora da Coleção.

19. Jornalista, editora da Coleção.



Religiosidade: a igreja se sobressai
na paisagem rural de Japuara.

(Marta Cioccari/MN-UFRJ, fev. 2011)

PRIMEIRA PARTE



AS ORIGENS DA FAZENDA JAPUARA

(ELYSIO SERRA, enviado especial. Foto: Humberto Sampaio) — O comerciante Japuaçu e Serrinha, dos Ararajós, a senhora Braga Barroso, que tinha como sócio em Japuaçu, Firmino e Braga Barroso haviam trabalhado como administradores da propriedade enquanto Braga Barroso passou momentos difíceis.

Quando da compra das duas propriedades, Júlio César Campos moveu uma ação de inibição de posse contra Firmino e sua mulher. A Justiça de Canindé deu-lhe ganho de causa.

Firmino apelou para o Tribunal e novamente foi derrotado.

Os autos do processo voltaram para Canindé a fim de que fosse expedida a inibição de posse para a saída de Firmino Amorim da Silva.

OUTROS AGRICULTORES

Aproveitando a decisão do Tribunal, o dr. Antônio Barros dos Santos, advogado de Júlio César Campos, entrou com um requerimento de inibição de posse solicitando que a Justiça de Canindé decidisse sobre a posse e arrendatários da fazenda Japuaçu.

A Justiça de Canindé, dra. Giselle Nunes Santos, atendeu à petição de Barros dos Santos, apenas com o seguinte despacho: — "Como requer".

Um oficial de Justiça dirigiu-se para Japuaçu a fim de dar cumprimento ao mandado e de casa em casa foi dado o prazo de 24 horas para a retirada.

Francisco Nogueira Barros, o Pio, primo de Firmino e também morador, solicitou que o prazo fosse ampliado para 15 dias, atendido.

VEIO PARA FORTALEZA

Vendo-se prejudicado com mais 39 agricultores, Francisco Pio veio para Fortaleza Rural, sendo encaminhado para o dr. Lindolfo Cordel, advogado da entidade sindical.

Foi então, com fundamentação jurídica, dada entrada na Justiça de Canindé de um "embargo de terceiros" senhor possuidor testado de Júlio César Campos e rejeitou os embargos.

Lindolfo Monteiro impetrou recurso ao Tribunal, que não tinha efeito suspensivo. O advogado de César Campos entrou com outra petição de inibição de posse. Por isto res Rurais entrou com um mandado de segurança e conseguiu que o Tribunal suscitasse o despejo.

O processo volta para Canindé para que a Justiça mandasse apurar as benfeitorias feitas. O processo ficou parado alguns meses, depois veio o período eleitoral e, em setembro zero, até que César Campos resolveu sair "na marra".

CORREIO DO CEARÁ — 6-1-1971 — PÁGINA 7

Em família: Firmino Amorim (ao centro, na comemoração dos seus 80 anos), cunhado de Pio Nogueira, era o administrador da fazenda.

(Acervo pessoal Blaudez Sousa)



CAPÍTULO I

OS MORADORES SOB AMEAÇA

JAPUARA, 2 DE JANEIRO DE 1971-2011

Viajando no tempo, volto a reviver fragmentos de memórias, num testemunho ativo por ter vivido o conflito ocorrido na fazenda Japuará, no Ceará, entre meados de 1960 e 1971. Esse conflito marcou época no campo, foi notícia em jornais, rádio e televisão e movimentou os poderes públicos naquele período.

Há 40 anos a fazenda Japuará passava por momentos de grandes pesares. Naqueles anos difíceis o sofrimento dos moradores parecia não ter fim. Entre trancos e barrancos, a vida tentava conformar-se com o dia a dia, até que um fim trágico acabou dando origem a uma nova história. Narrar os fatos exatamente como ocorreram torna-se quase impossível, mas este memorial pode fornecer uma amostra da dura realidade que vivemos naquele tempo.

O meu objetivo é levar a verdade dos fatos a quem procura saber mais sobre a história dos trabalhadores

do campo e sobre suas raízes, e expor com fidelidade, na medida do possível, o desenrolar daqueles acontecimentos que marcaram definitivamente nossa vida.

ANTECEDENTES DO CONFLITO

Firmino da Silva Amorim, administrador da fazenda Japuaara, espólio de Anastácio Braga, alegando sociedade em partes iguais nas terras, residia no local trabalhando e usufruindo dos frutos cultivados, prestando serviços e arrecadando a renda por direito de seus moradores arrendatários.

Francisco Nogueira Barros, o Pio Nogueira, cunhado do administrador, foi convidado por ele a morar nas terras, sem que fossem estipuladas condições ou relações trabalhistas de qualquer natureza. Em 1950, decidido, Pio mudou-se para Japuaara, onde fixou residência e deu início ao trabalho de agricultor. Constituiu família com Maria José Sousa Barros, conhecida por Zeza. Casados na Igreja Católica, tiveram 14 filhos, oito do sexo masculino e seis do sexo feminino.

Em 1958, Firmino Amorim e a esposa, Maria Nogueira Amorim, preocupados com a educação dos filhos, decidiram levar a família para Fortaleza. Firmino havia enviuvado do primeiro casamento e os filhos que resultaram daquela união já moravam na capital cearense. Antes da partida, ele nomeou o cunhado, Francisco Nogueira Barros, o Pio, para assumir a administração na sua ausência.

No final do ano de 1959, Francisco Nogueira Barros e a esposa tiveram a mesma iniciativa: mudaram-se para Canindé com a finalidade de educar a família, já que eles mesmos não tiveram a mesma possibilidade de estudar.

Ao receber o encargo administrativo de volta, Firmino Amorim alternava-se entre Fortaleza e a fazenda, onde passava maior tempo, entre os anos de 1959 e 1966, quando o cunhado, Pio Nogueira, voltou à terra, disposto a permanecer no campo, num trabalho a que se dedicava integralmente.

Firmino Amorim e o cunhado fizeram um acordo e Pio Nogueira assumiu definitivamente a administração das terras. Só que Júlio César Campos, um comerciante com forte poder político e proprietário de outras duas fazendas na região, já estava de olho nas terras. Ao saber da volta definitiva de Pio com seus familiares e de sua atuação ativa,¹ inquietou-se, sem dar a perceber que atuava juntamente com seu advogado Barros dos Santos, trabalhando por debaixo dos panos para entrar na disputa pela posse da terra.

Em 1967, a família de Firmino Amorim tirava a temporada de férias de final de ano na fazenda, gozando de seus prazeres por serem natos da terra, quando César Campos, alegando a compra da terra, deu início a uma sequência de ações violentas, fechando a frente das terras às margens da BR-020, tirando o acesso de caminhos e estradas e pondo grandes cancelas em lugares estratégicos, que foram trancadas a cadeados. Introduziu nas terras um ca-

1. N.E.: Nessa época, Pio já atuava como delegado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

pataz de nome Zé Fortunato, alegando ser vaqueiro da fazenda. Com cara de quem comeu e não gostou, Fortunato começou a botar seus bonecos, fazendo intrigas entre os moradores e manobras de influências para impor-se aos que desacatassem a sua autoridade.

Mas seus objetivos eram destruir o sossego, a paz de um povo simples, humilde, que só sabia fender os lábios num largo sorriso diante de uma prosa entre amigos e na saudação de parentes e pessoas de paz.

A família de Firmino Amorim passou a sofrer vários tipos de pressão a fim de abandonar tudo e deixar o caminho livre, como era o intento do possível novo proprietário da fazenda, César Campos.

Hudson Amorim, filho de Firmino Amorim e Maria Nogueira Amorim, jovem de 15 anos, revoltado com esses acontecimentos, tentou arrebentar cada cadeado reposto no cancelão que trancava a única entrada e saída das terras onde muitos trabalhavam e outros residiam. Com as trancas, haviam ficado sitiados, sem possibilidades de ir e vir, a não ser por entre os arames de suas cercas, arame farpado e estaqueamento de madeiras diversas.

César Campos achava-se dono de mais de uma propriedade de grande porte, planejando torná-la uma potência entre as demais. Seu objetivo era transformá-la num polo criadouro de gado, a matriz de todas as suas propriedades, por estar localizada próxima ao centro comercial de Canindé, cortada ao meio pela BR-020, de norte a sul, e por ser farta de águas em todo o seu território.

Por intermédio dos seus comparsas e do advogado, o fazendeiro passou a desacatar as famílias moradoras nessas terras havia várias décadas. Frequentemente fazia ameaças por meio de oficiais de Justiça, usando documentações para intimidá-los, no intento de obter assinaturas para fins de despejo.

O sofrimento desse povo era demasiado por não saber onde, a qualquer hora, seria despejado, se na beira da rodovia ou nos arrabaldes de cidades desconhecidas. Desolados, teriam de mendigar o pão, sendo que o único ofício que aprenderam com suas raízes foi lavrar a terra com as mãos calejadas. Com as mesmas mãos haviam dado seus votos para eleger aqueles que lhes foram omissos quando mais precisaram. Cercados de tanta pressão por todos os lados, ainda recebiam ofertas de transporte para a mudança, não importando o lugar, desde que fosse dentro do município. Era uma humilhação atrás da outra.

Em 1968, Pio Nogueira, em conjunto com os demais agricultores, moradores-parceiros, solicitou à Justiça do Trabalho uma perícia que envolvia o levantamento das benfeitorias e um relatório sobre o tempo de moradia nas terras. O temor era de que, a qualquer momento, tivessem que sair da fazenda de mãos abanando, sem ter ideia do que deixavam para trás e, depois, terem de buscar na Justiça os seus direitos.

A perícia foi executada e teve andamento perante a juíza da Comarca de Canindé. A documen-

tação permaneceu engavetada nos arquivos da jurisdição à espera de quem, até os dias de hoje, não se sabe. Mais uma vez, era comprovado o descaso da Justiça pelos direitos daquele povo que não podia levar consigo o que possuía, pois tudo estava aplicado naquelas terras. Sem dúvida, a própria Justiça contribuía, direta ou indiretamente, para o dispersar desses moradores, obrigando-os a se abrigarem sob pontes e a mendigarem o pão porta a porta. Sofriam humilhações e o desprezo de quem jamais ia entender como chegaram àquela situação.

No ano seguinte, em 1969, o advogado Barros dos Santos entrou com uma petição à juíza de Direito da Comarca de Canindé, Gizela Nunes da Costa, reivindicando reintegração de posse para Júlio César Campos, de forma que fossem retirados da fazenda Japuara o administrador Firmino Amorim e todos os posseiros, moradores, agregados, parceiros, enfim, todos os que se encontrassem nas terras.

Concedido o direito de posse a Júlio César Campos, um oficial de Justiça, acompanhado de um policial, foi à fazenda entregar o ofício sobre a decisão judicial. Firmino Amorim não se encontrava em Japuara, pois vivia em Fortaleza com a família. Francisco Nogueira Barros, como administrador da fazenda, foi quem enfrentou as ameaças de despejo. Para interromper a execução, Pio Nogueira e os moradores, a fim de ganharem tempo, constituíram advogado particular para o caso. A imissão de posse foi suspensa na Justiça da Comarca de Canindé.

Após o litígio, Pio Nogueira foi instruído a procurar os direitos através da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece), pois o caso poderia revidar com um novo requerimento e pegar a todos desprevenidos, deixando-os em maus lençóis.

A notícia vazou e novas pressões começaram a surgir. A mando de Júlio César Campos, seus homens, prestadores de serviços, cometiam os piores absurdos. Durante a noite queimavam cercas, soltavam animais para que destruíssem as roças, principalmente campos de algodão, lavoura muito cultivada na época, que era a fonte de renda mais garantida do trabalhador no campo. Isso levava esse povo, já sofrido pelo esforço braçal, muitas vezes passando dificuldades para garantir o pão de cada dia, a um verdadeiro suplício. Vinha sofrendo grandes prejuízos. A pressão era em demasia, até que esses trabalhadores perdiam o bom senso e, confundidos, passavam a culpar o principal líder da luta, Pio Nogueira, por tudo o que acontecia, pelos prejuízos que sofriam. Os desentendimentos eram passageiros, porque tudo o que tinham para continuar a jornada era a esperança de um dia alcançarem seus objetivos de bem-aventuranças. Sonhos de homens e mulheres do campo.

Mas essa era a estratégia do grileiro: derramar o sangue sem sujar as mãos. Pressionar para que houvesse divisão entre os moradores. A inocência de um povo simples, que se deixava enganar por deduções próprias, não deixava perceber que o mais prejudi-

cado, com maior dano em relação às cercas, lavouras, pastagens e campos de algodão, que haviam sido queimados ou devorados por animais, era aquele que estava sempre buscando soluções para combater tais desordens, arriscando a própria vida em prol de todos.

Cautelosamente, Pio Nogueira reuniu o povo para esclarecer sobre o jogo inimigo. Na ocasião, prometeu entrar em contato com a Federação dos Trabalhadores, a Fetraece, para buscar uma solução.

As expectativas de conquista eram grandes, mas seu tempo de existência era mais curto que esperança de pobre. Um grito de alerta servia apenas para reativar um povo vencido pelo cansaço, apesar de tanto planejar, criar um emaranhado sobre a própria cabeça. Foi um período de muita tensão psicológica e espiritual. Com o decorrer dos dias as coisas vieram a se agravar incessantemente.

Doutor Barros dos Santos, advogado, prestador de serviços a Júlio César Campos, residente em Fortaleza (CE), sabia de antemão o dia, a hora e o lugar, onde seria realizado o encontro entre dirigentes sindicais e trabalhadores rurais, que tentavam organizar o movimento no campo e garantir o direito de permanência desses trabalhadores na terra.

Para se opor ao trabalho da comitiva sindical, Barros dos Santos deslocava-se de Fortaleza a Canindé em busca de instruções de seu cliente, Júlio César Campos. De lá, partia para a fazenda Japuará, a 12 km de Canindé pela BR-020, sentido sul, a fim de atrapalhar a organização dos moradores, desesta-

bilizando a sintonia da palavra entre os dirigentes sindicais e os trabalhadores rurais. Agia com poder e autoridade, com discursos burocráticos – talvez até ele mesmo não entendesse o vocábulo usado para arrematar o seu discurso –, mostrando-se um verdadeiro ditador, bem ao estilo do governo militar, ao concluir que a luta dos moradores de Japuará fazia parte de um “movimento subversivo”. Fazia de tudo para que os dirigentes, ligados à Fetraece, não dessem continuidade ao movimento, para debilitar as forças desse povo a tal ponto de ser vencido numa simples queda de braço. Dizia mais: não terem autorização, nem mesmo autonomia, para realizar tal movimento com os agricultores da fazenda ou em qualquer região do município. Alegava que o que faziam ali era um “ato subversivo”. E repetia a frase sempre que havia uma oportunidade de atacar verbalmente, atingindo a ética dos sindicalistas e dos trabalhadores.

Quantas vezes se ouvia do secretário sindical expressões em defesa do grupo. Ainda hoje, é lembrado em detalhes quando, humildemente, replicava:

– Não é da nossa *arçada*, *dotor*. Apenas trabalhamos pra uma instituição a nível estadual.²

Pio Nogueira assistia ao debate em silêncio, evitando assim tumultuar o movimento numa polêmica desnecessária, pois os discursantes eram bastante entendidos na lei para se safarem do estorvo.

Barros dos Santos, na visão dessa gente, não tinha vindo para ouvir explicações de segundos ou ter-

2. N.E.: Blandes marca a fala de gente simples, ao grafar a expressão “Não é da nossa alçada, doutor”, com traços da oralidade.

ceiros, mas sim para exercer uma autoridade de poder diante de um povo sofrido e pouco reconhecido.

A presença de Barros dos Santos incomodava de todas as formas. Os homens que compunham a sua diligência não tinham identidade e/ou presença para com os presentes – sindicalistas e moradores. Ninguém ficou sabendo quem eram eles no pouco tempo em que permaneceram no local: se guarda-costas ou prestadores de serviço. O que eram realmente? Eram pessoas de gestos sisudos, sem palavras, com óculos escuros que lhes encobriam os olhos. Podia-se perceber a estratégia, pelo perfil, movendo a face lentamente, de um lado para o outro, como quem buscasse visualizar um gesto contrário para a execução do planejado e, então, chegar a certo fim. Se por ameaças ou intimidações, não se sabe, apenas a ousadia da invasão à privacidade de um povo que vencia o tempo com o silêncio de uma paciência ilimitada.

Os sindicalistas lutavam incansavelmente para fazer o seu trabalho, mas nem sempre tinham êxito. Interrompiam o serviço inacabado e partiam, muitas vezes sem a refeição do meio-dia, pois Barros dos Santos e seus comparsas não saíam da fazenda enquanto o grupo de pacificadores estivesse presente no ambiente. Era um esforço enorme para organizar os moradores e esclarecer sobre seus direitos.

Na época, o sindicato local estava ligado à Fedtraece. Com a presença do órgão na fazenda os dirigentes instruíram o povo para que se organizasse,

associando-se ao sindicato, de modo que a Federação pudesse atuar em seu benefício. Desde então, Pio Nogueira deu início à organização, instruindo a comunidade Japuara e representantes de outras comunidades circunvizinhas, que fizeram presença nos encontros para ouvir e se orientar em torno do movimento que se preparava.

3. N.E.: Capataz da fazenda.

Pio convocou o povo para o evento e os moradores compareceram em peso. A iniciativa teve sucesso. E não parou por aí. Houve um número alto de associados, com a presença de outras comunidades que aderiram ao movimento, com o aval de seus líderes comunitários, e também em razão de os fazendeiros terem tirado dos moradores qualquer poder.

Devido ao sucesso em número de associados de lugares remotos, os sindicalistas decidiram, com o aval dos sócios, fundar uma delegacia no local, ficando assim a sede regional com direitos a expandir o movimento em seus limites geográficos. Foi quando o povo confiou e teve um pouco de firmeza na Justiça, que se apresentava de outro ângulo. A criação da delegacia sindical foi como botar lenha na fogueira. E haja madeira para queimar! A situação, de crise, passou de mal a pior.

Júlio César Campos, sabendo do ocorrido, da concretização do movimento sindical na fazenda, tratou de contratar um gerente de nome Lauro Pelado e um capanga, Otávio Abreu,³ sujeito rústico, de caráter intrigante e insensível na maneira de agir.



SINDICATO DOS TRABALHADORES
AUTÔNOMOS RURAIS DE CANINDÉ

CANINDÉ — CEARÁ

Nome F. Nogueira Barros

Cargo que ocupa no Sindicato

Del. da Japuará

Canindé, 20 / 6 / 1969



SINDICATO DOS TRABALHADORES
AUTÔNOMOS RURAIS DE CANINDÉ
CANINDÉ — CEARÁ

N. Matricula 90

Fundação 20/10/68 admissão 1/2/69

Francisco Nogueira Barros
PORTADOR
Manoel Almeida
PRESIDENTE DO SINDICATO

Registros: carteiras do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Fetraece testemunham o compromisso de Pio Nogueira com as lutas dos camponeses.
(Acervo pessoal Blaudes Sousa)

Federação dos Trabalhadores na Agricultura
do Estado do Ceará

Nome Fco. Nogueira Barros

Função Trator N. 754



Francisco Nogueira Barros
Assin. do Portador
recadação

1-1-88
O portador desta está credenciado a providenciar o recolhimento da contribuição Sindical rural junto aos Trabalhadores autônomos e empresários rurais e pequenos proprietários em regime de economia familiar.

Solicitamos às autoridades, Bancos e contribuintes a cooperarem com o portador para o bom desempenho de sua função.

Fortaleza, 3 de novembro de 1969

Osvaldo F. F. F. F.
Presidente da Federação

Desde então, a sede da fazenda, muito conhecida por Casa-Grande, foi ocupada definitivamente por subalternos de César Campos, local de onde faziam suas manobras indevidas, num papel de quem não estava ali por acaso, mas sim para cumprir ordens.

A dupla circulava na fazenda como dois fanfarrões, dois falsos valentes, cheios de razão e impondo autoridade, intimidando a todos. Vez por outra, chegavam à casa de alguém, numa visita inesperada, como para buscar fogo na casa do vizinho, tendo como assento a própria sela no lombo dos animais. Agiam dessa maneira estudando o comportamento das pessoas, como estratégia de como atacar sem se comprometer.

A presença ativa da Federação dos Trabalhadores deixou o comerciante-fazendeiro colérico, e ele resolveu, por fim, fazer o despejo dessas famílias por conta própria.

O dia na campanha iniciava com o despertar das galinhas e as atividades começavam com o nascer do sol. O nascer daquele dia não foi tão diferente dos outros. A vida seguia como de costume. Às 7h da manhã tudo parecia normal, apesar das expectativas de um sonho que gerara suspeita.

Despertavam no horizonte, em linhas verticais, os primeiros raios de luz de um sol incandescente, quando de pé na porta, como espectador, Blaudes Sousa admirava a luminosidade, que, aos poucos, deitava seus raios reluzentes no horizonte, num relevo pouco acidentado, limitado às margens da cor-

dilheira, onde se situa a Serra do Pindá, seguida da Serra de Baturité. Enquanto observava tais maravilhas de fenômenos solares buscava entender a origem do sonho. Foi quando seu pai o surpreendeu com um bom-dia animador.

Vendo o pai preparando-se para ir à cidade de Canindé com o objetivo de fazer compras para a despesa da semana e para o sortimento do ponto comercial, disse o filho ao pai:

– Papai, o senhor não deve ir a Canindé no dia de hoje.

Não entendendo a preocupação do filho, o pai, pensativo, indagou:

– O que está acontecendo, meu filho? Por que essa preocupação com minha ida a Canindé?

– É que esta noite eu tive um sonho, por sinal um tanto expressivo. Sinto como se fosse uma revelação do que está para acontecer.

Mas o velho, como sempre incrédulo com as previsões em sonho do filho, não admitindo, argumentou:

– Foi apenas um sonho, rapaz! Os sonhos geralmente nos vêm como descarrego da mente quando carregada com os problemas do dia a dia.

Disse o filho em réplica:

– Eu não tenho problemas para viver de mente carregada a tal ponto. Este foi uma exceção entre os demais que estão relacionados à sua observação. Sinto que algo está para acontecer. E digo mais: se hoje não acontecer algo semelhante ao que sonhei não se

preocupe que não acontecerá mais nada na fazenda, apesar das ameaças.

Nesse momento, sua mãe, Maria José Sousa Barros, a Zeza, chegou à porta que tinha acesso ao comércio e ficou escutando, preocupada com o que acabara de ouvir. Antes que o velho falasse alguma coisa, Dona Zeza, estando à espreita, interferiu no assunto, defendendo a palavra do filho, dando crédito aos sonhos que já eram de seu conhecimento. Ela disse:

– Pio, é melhor ouvir com atenção o que o Blaudes te fala. Esse menino tem sonhos muito evidentes. Eu acredito no que ele diz. Da forma como ele fala, me dá até arrepios.

Sua mãe tinha tanta convicção do que acabara de confirmar, não por acaso, mas por experiência própria. Quantas vezes o ouvira relatar os seus sonhos e as notícias de ocorridos semelhantes vinham até seu conhecimento. Em outras ocasiões, perguntava-lhe o que havia sonhado. Ao ouvir o seu relato, facilmente interpretava qual bicho estaria a prêmio e sempre era bem-sucedida em jogos de azar.

O velho continuava em suas arrumações, organizando os recipientes, apetrechos para ensacar a mercadoria comprada, com a finalidade de transportar com segurança e higiene, facilitando assim o armazenamento e melhor conservação dos produtos. Pensativo com tudo o que ouvira, decidiu adiar a viagem de sábado, dia 2, para a quarta-feira, dia 6. Era janeiro de 1971.

– Tudo bem! – Disse Pio. – Farei as compras na quarta-feira. No meio da semana os preços são mais em conta.

Com a decisão do velho, esposa e filho sentiram-se aliviados e confiantes para os passos seguintes. E disse o pai ao filho:

– Meu filho, faça companhia à sua mãe e às crianças. Eu vou dar uma saída.

– O senhor vai pra onde?

– Vou dar uma volta pelo sítio. Caso precisem de mim, sabem onde me encontrar.

Dizendo assim, apressou-se em se trocar, vestindo-se apropriadamente para a luta do dia a dia no campo. Pôs no ombro direito, a tiracolo, uma cartucheira calibre 20 e no esquerdo um saco de fibra contendo alguns cartuchos. Olhando para trás, sem palavras, saiu rumo ao sítio.

Dona Zeza manteve-se em silêncio, pensativa quanto ao que acabara de ouvir. Mas podia-se ver com que preocupação se recolhia para suas funções de rotina. Blaudes, então um jovem de 18 anos, voltando-se para suas atividades, continuou martelando o sonho como se observasse o tempo numa contagem regressiva.

SONHO PREMONITÓRIO

No amanhecer do dia 2 de janeiro de 1971, um sábado, Blaudes Sousa despertou um tanto apreen-

sivo. O motivo, um sonho que tivera à noite como premonição do que estaria para acontecer.

No sonho, estando sob o umbral da porta lateral, à direita, sentido norte, da casa que era também um ponto comercial, algo anormal sucedeu inesperadamente. Viu cair de entre nuvens devassas uma grande chave mecânica, medindo aproximadamente 80 centímetros de ponta a ponta, com bocas sextavadas de 70 milímetros de diâmetro, além de outras ferramentas para veículos de grande porte. Ao levantar a vista, buscando explicação para o ocorrido, havia uma longa e larga fenda no espaço nebuloso por onde avançavam dois veículos marca Toyota, um após o outro, e, num movimento brusco, o nevoeiro fechava aquele rasgo nos céus, sem deixar sombra de dúvidas. Seguido o ato, um forte barulho ressoante, como o som de uma grande explosão, repercutiu em frente da casa – com sua posição dianteira voltada para o pôr do sol, às margens da BR-020. Voltou-se de imediato, aturdido de temor, pelo impacto que causou forte abalo no solo, aparentemente um tremor de terra de grande escala. Blaudes apressou-se para ver de perto o que havia sucedido, quando se deparou com uma grande estrutura de aço no solo, que provocara enorme depressão no terreno, superando sua capacidade de peso e tamanho. A máquina consistia num grande motor, de porte, mas inadequado para os veículos rodoviários em circulação naquela época.

Pouco a pouco chegavam curiosos para observar e admirar o acontecimento inexplicável. Em seguida essas pessoas observaram com tanto ânimo e curiosidade, como se fosse um ato de grande proveito para o povo. Depois, dispersaram-se sem rumo, atordoadas como se algo lhes tirasse a noção do convívio natural.

Blaudes observava atentamente em cada uma dessas pessoas a sensação de medo e terror, seguida de grande perda e abandono. Após deixar o local, peregrinou pelos bosques e cerrados, seguindo rumo ignorado. Percorreu um longo trecho, lugares sombrios, seguidos de um forte sol aberto, cruzando lugares desfavoráveis debaixo de um sol ardente. Em meio às caatingas nordestinas, veio a sentir a garganta ressequida e um apetite descontrolado. Sem qualquer alternativa, alimentou-se de batatas bravas e frutos silvestres, vingados em chuvas de verão, apesar de já vencidos pelo tempo e beijados por animais e larvas, popularmente conhecidas por bicho da mosca. Não havia alimentação melhor no momento, apesar de estarem em processo de decomposição. A grande percentagem de água encontrada nessas frutas pelo processo de azedume tornava-as muito saudáveis, a ponto de degustá-las e ingeri-las com grande prazer. As noites tétricas e tenebrosas serviam de abrigo e tornavam-se muito acolhedoras para quem havia fugido de algo sem descrição.

Encontrando-se a caminho de Fortaleza, sob guarda policial, para responder a um processo por

um ato não comprovado de culpa, o jovem era tomado por um ressentimento profundo, por estar sendo conduzido à Capital. Não tinha alternativa, apesar de sentir-se livre da terrível tensão que o levava à desesperança.

Não seria apenas um sonho, mas um prenúncio do que estava para acontecer.

FIMADO DIA
PARA INÍCIO
CLARIFICAÇÃO

secretária José Maria da SEYONE, confere o próximo dia 18 o programa de vacinação, iniciado com o município de Castelo e SEYONE, que vai iniciadamente com

los no interior mas pela continuação está sendo lido aos agricultores, encaminhando as suas para o

o adiantar.

Página 12

no Man
for the
H. & C.
K. & C.
K. & C.

RESOLUÇÃO



A filha do subdelegado Cid Martins, uma das vítimas do conflito de ontem em Canindé extravasa o seu desolamen

O tio Zephero, a seis quilômetros da cidade de Canoinha, tem um pedaço de uma violenta batida entre policiais e agricultores. O conflito originou-se numa discussão entre o tio Zephero, dono do Campo e o agricultor Francisco Nogueira, mas conhecido por Pio sendo este habitante do sítio da propriedade do primo. Há muita discussão entre os dois, mas não se sabe ao certo o motivo, talvez porque o comerciante não tirou Pio de suas terras, mas não conseguiu, porque já tinha alegado que morava ali há mais de 20 anos e já tinha direito de posse. A questão foi levada à justiça, sendo o tio Zephero, agricultor, o advogado e o primo de Canoinha, Nogueira, o advogado. No entanto, não há de ontem, por isso a pequena pecaria que o agricultor não arde do sítio, para alugar sua capota e uma barra com

centenas deentes, o primeiro
periu 80 homens, entre os
cupados da rua, com ordens
arrondar o reservatório e
destruir as habitações. O
feito iniciado com o nome
telos Jaqueira de Sousa, pro
leste. Depois também Nóbis
o subdelegado, El Martins
e os policiais perseguiram
e prendê-lo, foram com
dência e carregaram seu fi
casse Lima Barros, de 9 an
de e nativaram com o g
tante várias horas políci
tando que os não o
e executá-los
Quando encerramos as
tamos informados de
vam também Silva e G
fazendo sete minutos con
do, confins

Aprovação Aumento Po

**MINDE: INVASÃO SE TRANSFORMA EM
CARNICINA ENTRE HOMENS ENFURECIDOS**



John & Mary Ann
John & Mary Ann

Luta, tragédia e carnificina: imprensa do Ceará destaca conflito, com diferentes números de mortos e feridos.

(Acervo pessoal Blaudes Sousa)

4 MORTOS E 6 FERIDOS
NA TRAGÉDIA DE CANINDÉ



ORREIO DO CEARA

3 CADPWNO5 - C25 0.3

**INVASÃO GERA
LUTA DE FOICE,
PAU, REVÓLVER
E ESPINGARDA**

CORREIO publica tab-
da taxa rodoviária

PARA ONDE VAI A HUMANIDADE

Copyright © 2004 John Wiley & Sons, Ltd.

CAPÍTULO II

POLÍCIA E FAZENDEIRO CONTRA AGRICULTORES

Japuara abria suas portas para o despertar de uma nova época quando o tempo fechou-as para o relato de sua própria história. Outras portas se descerraram transparecendo no verso do seu relato as lamúrias da plebe, filhos natos de suas raízes, pouco reconhecidos pela fragilidade de uma existência que se esgotava na luta pela sobrevivência. A contagem regressiva do que estava por vir tirava-lhes o sossego, o ânimo já consumido pelo tempo e o fôlego da vida; minava seus últimos momentos de esperança.

O relógio incansável cerrava suas atividades de espectador justamente às 7h, quando então mergulhados no caos de um constrangimento, físico e moral, se deu a origem da história dos sobreviventes no seio das terras Japuara, a 12 km de Canindé, sentido sul, às margens da BR-020.

1. N.E.: O autor refere-se aqui à casa de comércio da família.

Sábado, sétimo dia da semana, dia do Senhor Deus, segundo o Evangelho, 2 de janeiro, segundo dia do novo ano.

O aceleração brusco de veículos de grande porte, parados em frente à casa de comércio, ativou o comportamento do jovem Blaudes Sousa, que, incansável, esperava a resposta de suas previsões, cujo sonho o preparou com antecedência para o que estava por acontecer.

Saindo à porta, em frente da BR-020, exatamente no local onde descrevera a queda da grande máquina antevista em sonho estavam dois veículos de grande porte, ou melhor, duas carretas, com motores de potência máxima. Era uma estrada de difícil acesso, pois na época ainda era de terra, embora por ela se fizesse a ligação do município com outras regiões.

Dos veículos desceram homens bem vestidos, de camisas brancas e calças sociais de cor escura. Na cintura portavam armas de fogo, revólveres calibre 38, exibindo-os desnudos, por cima das camisas de pano passado. Seguiram até o fornecimento,¹ onde se encontrava o rapaz que os observava, enquanto calculava o número de pessoas nos veículos de grande porte. Ele avaliou que nos dois veículos houvesse cerca de 180 homens portando facões, machados, enxadas e picaretas. Esses recém-chegados o observaram de forma ameaçadora, enquanto esperavam ordens. Os quatro homens, vestidos desfavoravelmente para tal ato, aproximaram-se do fornecimento e adiantaram:

– Onde está seu pai?

Esta foi a saudação inicial, as primeiras palavras ouvidas em vez de um bom-dia. A expressão desses homens fez com que o coração do jovem Blaudes batesse forte, acelerado, como se dissesse: – É chegada a hora! Mas antes de entregar as forças ao pessimismo, respondeu com outra interrogativa:

– O que querem com meu pai?

– Diga a seu pai que precisamos conversar.

Dizendo isso, entreolharam-se e voltaram-se ao jovem com gestos e olhares intrigantes.

– Meu pai foi à cidade, como de costume, fazer a feira dos sábados – disse, esperando a reação dos homens, que pareciam não acreditar em suas palavras, apesar da sua convicção. Eles deixaram claro que não haviam gostado da resposta. Entreolharam-se e fizeram um gesto afirmativo, confirmando a ação imediata. Um deles retrucou:

– Nesse caso, retire as famílias do interior das casas. Vão ser demolidas e tudo em volta das mesmas – continuou, arrogante. – Além das casas vamos destruir tudo o que existe, sítio, arrombar o açude...

– Ora! – pensou Blaudes. Quantas vezes os moradores foram proibidos de pescar no açude, enquanto muitos perderam seus utensílios de pesca. E por que hoje fazer o que parece impossível, arrombar uma parede de larga resistência, compactada há dezenas de anos, apenas com a força dos braços? Devem estar blefando. Interrompeu o pensamento com a indagação:

– Por ordens de quem vieram praticar tal absurdo?

– Do dono! – responderam.

Mas Blaudes insistia em arrancar daqueles homens o nome do verdadeiro mandante, cúmplice de tal tragédia anunciada.

– Esse dono tem nome ou é um fantasma com ideias de monstro?

– É claro que tem nome. César Campos! É esse o seu nome. Agora, não cabe a nós julgar se tem ideias de monstro. Apenas cumprimos ordens.

– Claro que não. Vocês são apenas cumpridores de ordens, apesar de severas demais para serem executadas contra pessoas simples, humanas, não reconhecidas como seus semelhantes. Isto é uma abominação perante a lei.

– Quer saber? Não estamos aqui para ouvir sermões ou para dar explicações. Temos muito o que fazer e o tempo não espera para conversa longa. Retire todos da casa ou seremos obrigados a cumprir com mais severidade, caso continue a contrariar as ordens.

Afirmando isso, entraram porta adentro. Um grupo de peões contratados também invadiu o comércio, impedindo qualquer tentativa de negociação com vistas a ganhar tempo na esperança de que o pai chegasse e as coisas tomassem um novo rumo. Vendo as coisas se complicarem, Blaudes não só pediu como implorou para todos que se retirassem para fechar as portas, mas foi tudo em vão.

Maria José, sua mãe, que estava à porta observando tudo, olhou para o filho e não encontrou palavras para se expressar e aconselhá-lo a não discutir com aqueles homens armados até os dentes. Confiava no

que ele estava a fazer, mas nunca pensou que ele fosse tão longe para tomar uma decisão. Apesar de tensa, confiava na capacidade do filho. Talvez por suas premonições, expressas em sonhos, e por nunca ter lhe faltado com a verdade.

A mãe o olhava com ternura e temor e fazia gestos de quem pedia com clemência: – Faça alguma coisa antes que aconteça o pior!

Percebendo a aflição da mãe, dirigiu-se a ela:

– Mamãe, feche as portas. Não as abra mesmo que eles continuem ameaçando seguir em frente com seus propósitos.

Ao ouvir isso a mãe tratou de fechar a porta. Abandonando o local, advertiu os invasores:

– Se não querem sair, para que eu feche minhas portas, ficará na responsabilidade de vocês.

Realmente, não se sabe o tamanho do prejuízo, pois veio à tona por comentários. Naquele momento ninguém se preocupou com as mercadorias que haviam sumido do estabelecimento comercial, pois com o que restou dos mantimentos foi possível manter a família enquanto ela permaneceu sitiada no interior da própria casa.

Afastando-se passo a passo, Blaudes seguiu rumo ao sítio, indo ao encontro do pai, como haviam combinado.

Seguiu sem olhar para trás. Detestava as gritarias e as algazarras, o comportamento daqueles homens que agiam como se estivessem bêbados. Ao sentir-se encoberto pelos arbustos numa depressão do terre-

no, de onde ainda ouvia aquela turba, voltou-se para observar a ação dos inimigos. Podia ver a destruição das cercas e da cancela que dava acesso às duas casas. Estas voavam pelo ar como pedaços de isopor, tal era a violência com a qual aqueles homens executavam suas tarefas. Não teve dúvidas. Deveria apressar-se, antes que passassem para a demolição das casas. Correndo como um raio até o sítio, na jusante do açude, encontrou Pio após gritar várias vezes, pois este se encontrava distante, na parte baixa, perto das margens da rodovia. O filho, ofegante, cansado de tanto correr, apressou-se em falar:

– Papai, o senhor deve vir rápido, pois o que era esperado aconteceu. Chegaram duas carretas lotadas de homens armados até os dentes. Suas propostas não são das melhores.

– Calma, rapaz! – disse o velho, tranquilizando o filho, que ainda respirava com dificuldade. – Falar é fácil, o difícil é fazer.

– Espero que sim – concluiu o rapaz, deixando uma suspeita no ar. – Mas o que vi quando olhei para trás...

O pai o interrompeu:

– O que você viu foi apenas uma encenação do que ouviu falar.

– Estou bastante crescido para entender o sentido das coisas, meu pai – retrucou o filho. – Só espero que não haja outras encenações dos absurdos que ouvi falar. De tudo que ouvi, só temo o pior: a demolição das casas.

– Tenha calma, rapaz. Acredite em Deus.

– Papai, para nós que estamos longe do problema, de toda aquela algazarra, parece tudo bem, mas quem está dentro, vivendo o problema, está de nervos à flor da pele. A minha preocupação está concentrada na família, na mamãe e nas crianças, que estão lá precisando do nosso apoio.

– Está certo, meu filho! Tens razão. Vamos apressar os passos e seja o que Deus quiser.

– Deus está no meio de todos nós, mas para que as coisas boas possam acontecer temos que fazer a nossa parte – observou Blaudes.

Ainda distantes do local, observaram ao longe tudo o que havia sido destruído. As casas não haviam sofrido maiores danos. De longe, os homens espalhados pareciam formigas agitadas. Uma parte deles concluía a derrubada de uma cerca de pau a pique, outra observava.

Já os homens de colarinho-branco estavam tão absortos na contemplação, a distância, da destruição de cercas que não perceberam a aproximação de Pio Nogueira e do filho Blaudes às suas costas.

Os veículos continuavam estacionados de forma estratégica, voltados para a cidade de Canindé, para o caso de as coisas não saírem como planejado.

Pio, por sua vez, os cumprimentou, surpreendendo-os:

– Bom-dia, senhores!

Apesar do tom calmo, o susto foi inevitável. Como se tentassem deglutir com um nó na garganta, entreolharam-se e, por fim, alguém respondeu secamente:

– Bom-dia!

O sujeito então se voltou para os outros, que permaneciam desconfiados, como gato escaldado com medo de água fria. Pio Nogueira continuou:

– Senhores, por favor, retirem esses homens daqui e nos deixem em paz! As crianças choram. O que fariam se sofressem algo parecido?

– Nós estamos apenas cumprindo ordens – rebateu um deles, sem mais comentários.

– Desacatam famílias humildes, gente de paz, só para cumprir ordens? – replicou Pio.

– Somos apenas prestadores de serviço – disse o sujeito.

– Vocês não sabem o que estão fazendo, cumprindo ordens de uma pessoa desordenada – disse Blandes, revoltado. – Eu só quero que vocês saibam que não atacamos para adquirir os nossos direitos.

– Então vamos continuar os nossos afazeres – respondeu um dos homens, com superioridade.

– Neste caso, meus amigos, só me resta dizer: aonde corre a foice corre o machado. Um caminho trilhado a qualquer momento pode ser rastreado por outras naturezas. São muitas as espécies – devolveu Pio.

Um entre os quatro repreendeu o companheiro que se excedera nas palavras. Fazendo-o calar, e concluiu:

– O serviço vai continuar, não importam as consequências...

– Então, encerro minhas palavras – disse Pio, dando dois passos à frente e se desviando do grupo.

Continuou: – Aqui aprendemos uma lição, nunca atacar o inimigo. Muito menos competir com forças maiores. Apenas buscamos soluções. Se encontrarmos resistência, a última alternativa é recuar e contra-atacar apenas para nos defender. E seja o que Deus quiser.

Dito isso, afastaram-se em silêncio, pai e filho. Ao entrarem na casa, à esquerda do comércio, deram de frente com Maria José junto das crianças, assustadas com um simples abrir da porta. A presença do pai e do irmão tranquilizou os pequenos.

Pio Nogueira pediu à esposa que lhe trouxesse água adoçada e dois melhorais, pois estava com uma terrível dor de cabeça. Em seguida, pediu a Blaudes que tirasse as crianças para a outra casa e que permanecesse lá, dando apoio a elas, em companhia da mãe – mulher de fibra e determinação que, nos momentos difíceis, seguia sem olhar para trás. Zeza amava os filhos e estava pronta para defendê-los em todas as ocasiões.

Blaudes, ao deixá-los em segurança, recomendou à mãe trancar portas e janelas, dizendo que iria fazer companhia ao pai, de forma que ele não ficasse sozinho naquele momento de aflição e de alta determinação. A mãe concordou, pois sabia que a presença de alguém nessas horas difíceis servia de apoio e de incentivo.

O rapaz estava ao lado do pai quando alguém bateu à porta. Era Antônio Mundoca. Blaudes abriu a porta para que o amigo entrasse e os três permanecessem juntos, de portas cerradas. Sucessivamente,

2. N.E.: O autor mantém as marcas da expressão oral nos termos "caboclo velho".

peões subiam na cerca de varas, ao lado da parede, de onde tinham acesso ao telhado da primeira casa a ser demolida. Destelhando e quebrando telha por telha, jogando-as de uma altura de aproximadamente quatro metros. O pai, quase em desespero, ainda mantinha esperanças de contornar aquela situação de difícil conciliação. Mais uma vez abriu sua janela e implorou para que aquelas pessoas, aparentemente humildes, entendessem a sua posição de pai. Se isto estivesse ocorrendo na casa de um de seus parentes, como iram suportar tais circunstâncias?!

Um senhor de idade, cabelos grisalhos, compadecendo-se da humilhação sofrida por aquele pai de família que já havia investido todas as suas qualidades morais na busca de uma conciliação, surgiu do meio do grupo tentando sensibilizar seus parceiros a interromperem a tarefa, lembrando-os de que seu objetivo era o trabalho de emergência nas rodovias do município.

Sensibilizados com o pedido do companheiro, alguns homens começaram a descer do telhado, quando, de repente, aproximou-se um indivíduo que vinha correndo do mato. Colérico, bradou:

– O que estão fazendo? Estão sendo pagos para fazer o serviço! Bando de covardes! Subam e joguem tudo isso abaixo!

Pio Nogueira, ao ouvir a ordem do homem enfurecido, sentiu o sangue subir-lhe à cabeça. Desistia ali de qualquer outra tentativa de apaziguamento.

– Se queres que seja assim, *caboco véi*,² que seja o primeiro!

Fechando a janela, fez o sinal da cruz e murmurou olhando nos olhos do filho, que o encarou sem palavras. Neste momento, Blandes se lembrava das orações de força e poderes espirituais ensinadas por sua querida avó paterna. O indivíduo que chegara correndo subiu na cerca de pau a pique e dali ganhou o telhado, de onde começou a jogar as telhas de cerâmica novas, promovendo um quebra-quebra infundável.

Enquanto acontecia a má obra de destelhamento, Pio, acuado entre quatro paredes, cercado por todos os lados de homens insensíveis, aparentemente alcoolizados, sentia-se encarcerado dentro de sua própria residência. Sem alternativa de liberdade, senão através de uma resistência por meio da força, achou-se obrigado a tomar uma iniciativa de ordem, opondo-se à desordem moral, que o forçava a agir contra as leis do céu e da terra. Empunhou a sua cartucheira calibre 20. O filho Blandes, que estava à parte, observando cada detalhe, cada movimento, embora inexperiente, recomendava ao pai que se mantivesse tranquilo.

– Papai, se o senhor atinge alguém aí... Esse povoão se reúne e se arremessa contra nós, que somos apenas três. O que podemos fazer?

– Deus está conosco, rapaz! A razão nos faz mais fortes que todos eles reunidos. Fique tranquilo! Isso não acontecerá – disse Pio, convicto de que seriam um exército e que, aos invasores, faltava-lhes a razão. Eles se tornariam uma memória, os três em refúgio. Encorajado, o filho tornou a falar:

3. N.E.: Modo regional de referir-se à espingarda.

— Então, me passe essa arma da cintura. Se necessário, saberei como usá-la.

Mas o velho se fez de desentendido, não dando crédito à disposição do filho, e tratou de se posicionar para defender seu lar, quando o disparo de sua cartucheira,³ calibre 20, feriu a entrepernas do indivíduo, aquele mesmo que havia mandado muitos outros subirem no telhado e continuarem a destruição indevida.

No quebrar da espoleta o sujeito caiu por cima da cerca de pau a pique, de madeira pontiaguda, o que resultou que uma das varas o atingiu na cavidade do nariz, penetrando fundo, trazendo-lhe consequências fatais, segundo o médico que o examinou. Quanto aos demais, saltaram de uma altura equivalente ao raciocínio do néscio que, por razão de força maior, praticava o ato, mesmo sabendo que o proprietário, estando no seu direito, permanecia no interior da casa para defendê-la a qualquer custo. O salto precipitado resultou num acidente: um dos homens que pularam, ao colidir com o solo, gritou de dor e depois clamou, pedindo ajuda dos companheiros, alegando ter quebrado o pé. Incapacitado, levaram-no do local.

Um grito de liderança reunia crescentemente os contratados pelo fazendeiro, que agrupados em frente da casa semidemolida, planejavam revidar. Pio Nogueira abriu a janela à direita, em frente ao matagal, executando vários disparos para o alto a fim de dispersá-los, evitando assim uma retaliação com piores consequências.

Enquanto fazia seus disparos, tentando dispersar a multidão que se agrupava no terreiro para um possível contra-ataque, Pio Nogueira não percebeu a aproximação do capataz Otávio Abreu, que surgiu do meio do mato, montado em seu cavalo a todo galope, executando vários disparos contra ele.

Ao ouvir o tropel do animal aproximando-se rapidamente, voltou-se, quase sem chance de defesa, quando uma bala atingiu a janela. Atento, usou de sua agilidade fazendo um disparo com sua cartucheira e, por sorte, o dito-cujo quebrou de lado, fugindo no seu animal a toda carreira.

A notícia veio à tona quando o capataz voltou para casa, após 10 dias de fuga, com o peito todo pontilhado, ferido a chumbo, já em processo de cicatrização. Depois se veio a saber, por terceiros, que suas cicatrizes passaram a ser motivo de piadas. Dizem que o tal gastou uma caixa de fósforos para queimar o próprio corpo, como álibi da fuga que o levou a passar tantos dias longe da família e do trabalho na fazenda.

Depois do ocorrido, os colarinhos-brancos, pano passado, armados até os dentes, ligaram os veículos e saíram em disparada, deixando para trás seus pres-tadores de “serviços de imediato”, condenados a seguir a pé 10 km pelo estradão, debaixo de um sol de 40°C, sem falar na sensação térmica do calor nordes-tino. Caminhariam até o acampamento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sude-ne), próximo à cidade de Canindé, local onde haviam sido contratados e levados para a execução daqueles

atos de violência. Tais atos eram uma espécie de xequemate, a jogada final do fazendeiro, que tentava expulsar os moradores da fazenda Japura.

Disperso, o grupo pegou o estradão em fuga. Uma nova reunião em frente da casa levou Pio, Blaudes e Antonio Mundoca a seguirem os contratados, forçando-os a continuar a caminhada, de forma a não voltar a perturbar o povo da fazenda. A turba dispersou-se, seguindo rumo ao lugar de onde viera.

Pio e seus companheiros se afastaram até 100 metros da casa, seguindo a grande fila, a plebe em debandada. Ao retornarem, viram vários peões escondidos num conduto, uma depressão de terras às margens da rodovia, formada pelas águas no decorrer dos tempos. Foram ao seu encontro, expulsando-os.

ENTUSIASMO NA IDA, INSATISFAÇÃO NA VOLTA A PÉ

Um testemunho, interposto pelo destino, José Suter, morador da fazenda Japura, seguia a pé em direção a Canindé para o trabalho de jardinagem na casa de César Campos quando, no percurso, se encontrou com os dois veículos lotados de peões, pessoas que trabalhavam no serviço de emergência da estrada, que seguiam com destino à fazenda. Ao reconhecer os motoristas do patrão pediu que parassem e ao que seguia à frente perguntou:

- Aonde vão assim, com tanta gente?
- Vamos à fazenda – respondeu sem detalhes.

Mas, como peão de estrada não gosta de arrodeios, tomaram a palavra e adiantaram:

– Vamos prestar um serviço para o homem de Canindé.

– Vai ser um estouro! – afirmou outro. Alguém, percebendo o susto sofrido por aquele pedestre, acrescentou insensivelmente:

– Alguns serviços de imediato, por fim, arrombar um açude indesejável...

– Mas, por que arrombar o açude? – indagou um tanto apreensivo, por ser apanhado de súbito. – O que será daquele mundão sem água? Não sei que tipo de serviço vão fazer, mas o açude?! Pelo amor de Deus!

José Suter, um homem simples, talvez um dos mais humildes da fazenda, tinha sua residência localizada abaixo da jusante da grande barragem. Temia que as águas invadissem sua casa, arruinando mais a vida de um pai de uma grande família, cujo filho mais velho poderia contar com seus 15 a 16 anos e o mais novo era uma criança de colo, ainda em amamentação. Formavam uma escadinha, já que naquela casa todo ano chorava uma criança nos seus primeiros dias de vida.

Do meio da lotação alguém muito intrometido, diremos assim, indivíduo inescrupuloso, sem conhecimentos das diferentes versões, mal informado e conclusivo do que ouve falar sem qualquer averiguação, que segue o boato e digere os fatos numa difusão precipitada e maldosa, afirmou:



Violências e abusos: imagens publicadas nos jornais da época mostram a destruição das cercas.

(Acervo pessoal Blaudes Sousa)

Posseiros responsabilizam César Campos pela tragédia

(ELYSIO SERRA, enviado especial. Fotos de Humberto Sampaio) — "Responsabilizo João César Campos e a Polícia de Canindé como os únicos responsáveis pelo conflito ocorrido sábado último na fazenda Japurá, no Município de Canindé. Tudo que o comerciante queria os policiais faziam, mesmo arbitrariamente e de encontro à lei". Foram as palavras de Francisco Nogueira Barros, o Pio, em sua primeira entrevista concedida ontem à tarde nas matas do Município de Canindé, ao repórter "As Vozes da Sociedade".

com todas as garantias para Fortaleza, juntamente com mais quatro companheiros.

Disse o agricultor que

ceias que levantadas por Joaquim Abreu de Sousa e Waldemar Pais. No mesmo dia, Otávio Abreu de Sousa, capataz de César, queimou os roçados de Francisco Nogueira Barros. Antônio Anastácio de Araújo, Antônio Mariano Soares e José Francisco da Silva.

Quarta-feira da semana passada, os soldados voltaram e tomaram as terras dos pobres trabalhadores que estavam pescando no açude, o mesmo acontecendo no dia seguinte. Na terça-feira, foram conhecidos os mandados para "levar a César Campos e até mesmo arrombar a barragem do açude para impedir as pescarias, bem como o fornecimento de água, que é bastante di-

spanhou sua espingarda.

Naquela ocasião, a arma disparou e foi atingir um operário, no caso Joaquim Rodrigues dos Santos, que estava no telhado e ao cair ficou estrepido numa estaca e morreu.

Com a morte de um dos mandados por César Campos, os outros correram e ficaram distantes, 200 metros, de sua residência, como se tivessem planos de voltar.

Neste ataque, Otávio Abreu de Sousa, capataz de César Campos, chegou a atirar em Francisco Nogueira Barros, sem con-

SEGUNDO CONFLITO

Quando do primeiro choque, às 8 horas, alguns homens estavam em seu fornecimento, mas os mesmos não tomaram parte

tar a arma, pois nada estava fazendo e não tinha participado da luta. Por isso recebeu logo um tiro desfechado por Cido. Ven- do-se agredido, Nonato investiu contra Cido, matando-o a golpes de foice. Francisco Martins atirou também no agricultor e recebeu uma folgada na cabeça.

Assim começou o tiroteio e quando terminou dois já estavam mortos, Cido e o soldado Jorge Paulo de Freitas.

FUGA

Após o tiroteio, não se sabe quem fugiu. Os acusados, Francisco Pio e seus companheiros apanharam Raimundo Nonato Pais e seu filho Wal- ter, foram presos, levando-os para dentro de casa, pois

Aliança espúria: Pio Nogueira denunciou em entrevista que a polícia local cumpria ordens do latifundiário.

(Acervo pessoal Blaudes Sousa)

– O homem não faz mais questão do açude nas terras. O peixe está sendo pescado pelos moradores. Se estão comendo todo seu peixe, ele resolveu romper o açude. Se tiram o peixe, ele tem razão de tirar a água. Depois disso, vêm as consequências. Não somos nós que vamos pagar o pato.

– Que pato? – Tomado pela sensação de grande perda e de inquietação, não entendendo a narrativa do mal, um desvio conclusivo do indivíduo, filosofia de peão, indagou a respeito do pato.

Então os motoristas aceleraram os veículos e saíram de arrancada, ignorando a dúvida do pobre homem que, apesar de analfabeto, era sábio por saber viver a vida livremente, sem atropelar quem tenta lhe tirar do sério.

Ao retornar, por volta das 10h da manhã, pegava a estrada com muita disposição, apesar da preocupação por tudo o que ouviu e tinha que calar, pois o seu emprego dependia daquele homem que pagava o salário com o qual ele mantinha sua família. Ao longo da estrada deu de vista com uma muralha de homens, uma longa fila às margens da rodovia. Ao encontrar-se com a peonada de volta com o pé na estrada, cansada, parecendo contar os passos, indagou, simulando tranquilidade:

– Já estão de volta? Mas, também, com esse mundo de gente... Não deve ter sido difícil.

Sabia ele que para fazer o que fora determinado não seria serviço para pouco tempo. Talvez dias, apesar de tanta gente, que parecia tão disposta. Apenas

procurava um motivo para arrancar daquela gente uma nova informação, já que o entusiasmo da ida contrastava com a expressão de insatisfação da volta.

Um senhor de idade, ao ver o homem insatisfeito com o silêncio, parou diante de Suter e fez seu histórico, baseado no que aconteceu:

– Aconteceu uma desgraça, senhor! Após a demolição das cercas de longe e de perto das casas e de todas as benfeitorias em volta, subiram na casa através de um pedaço de cerca de faxina,⁴ deixado talvez a propósito, como estratégia de subida, e de cima jogavam as telhas cerâmicas, destruindo tudo. O dono da casa muito implorou; por fim, vendo que não tinha outro jeito, refugiou-se e aconteceu o primeiro tiro.

– Morreu alguém?

– Do jeito que aquele homem caiu por cima daquela cerca de varas, provavelmente... Outros saltaram e tiveram sorte. Um deles foi tirado pelos companheiros dizendo ter quebrado o pé.

– E aconteceram outros disparos?

– Sim! Os peões se agitaram e começaram a se agrupar em frente da casa e o homem continuou atirando para cima. Só parou quando todos pegaram a estrada.

– Por que saíram a pé? Não foram de transporte?

– Quando a espoleta rachou pela primeira vez os motoristas ligaram os carros e saíram de arrancada, deixando todo mundo a pé. Só que o sujeito que diz ter quebrado o pé não está nesse grupo. Deve ter conseguido ajuda de alguém na beira da estrada.

4. N.E.: Conjunto de varas flexíveis, trançadas. (Dicionário Houaiss, 2009).

5. N.E.: O governo federal, nas áreas mais afetadas pela falta de chuvas, abriu as chamadas "frentes de emergência", que faziam obras e serviços, remunerando os alistados. Ver Gomes, 2006.

6. N.E.: Pesquisa nos jornais da época mostra que há divergências sobre o número contratado. Em alguns registros é referido o contingente de 80 homens ou menos. Gomes (2006, p. 20) aponta para a variação, referindo-se às edições de *Gazeta de Notícias* e de *O Povo* do dia 4/1/1971.

— Meu Deus! — suspirou José Suterio e continuou com sua caminhada, depois de ver naquele povo algum arrependimento pelo ato injusto e cruel. Talvez não só pelo ganho de 10 cruzeiros, mas pela curiosidade e pelo prazer de olhar de perto a miséria de quem, merecendo ou não, teria que sofrer tal represão. Assim, seguiu seu destino, rumo à fazenda.

Anos depois, em conversa com Blaudes Sousa, Suterio lamentou o ocorrido e afirmou estar muito agradecido por ter sido integrado na organização da terra após a desapropriação da fazenda. Ele tornou-se proprietário do seu pedaço de chão, do qual tira seu sustento e com o qual mantém a vida familiar.

A SECA, AS FRENTES E O SERVIÇO SUJO A 10 CRUZEIROS

No tempo do ocorrido, período de seca na região, o Estado tomou providências com a criação de frentes de trabalho de emergência⁵ para solucionar parte do sofrimento do povo, que enfrentava a falta de chuvas no período da plantação. Com o decorrer do tempo a escassez de alimentos de primeira necessidade levou a população ao desespero, a arriscar a própria vida para atender à necessidade da família.

Diante da crise, César Campos, aproveitando-se da ocasião, contratou homens dessa frente de trabalho para executar seus planos, a invasão na fazenda Japuara, pagando míseros 10 cruzeiros por pessoa e chegando ao número de 180 voluntários⁶ para o

serviço. Foram necessárias duas carretas grandes para transportar até a fazenda esse contingente que faria a demolição de cercas e telhados e preparava o arrom-bamento do açude.

7. N.E.: O autor refere-se a Joaquim Rodrigues, conhecido como Joaquim Piau.

8. N.E.: Cídio Martins, ou Cid Martins, era subdelegado de Canindé.

A VISITA DO DELEGADO E O NOVO CONFRONTO

Dia 2 de janeiro de 1971. Após a morte do peão conhecido como Piau,⁷ que prestava serviços para Júlio César Campos, durante o destelhamento da residência de Francisco Nogueira Barros, a notícia se espalhou e os moradores, insatisfeitos com a situação, foram para o local do ocorrido. Vendo o que havia acontecido, permaneceram ali em apoio à família e em solidariedade ao grupo. Não sabiam eles que se tivesse de acontecer alguma coisa o alvo de qualquer represália seria a casa de Pio. Afinal, foi ali que tudo começou.

O segundo equívoco teve início logo cedo. Antes das 8 horas chegou à frente da casa do pequeno comércio – local das previsões de Blaudes Sousa – uma camionete Rural lotada com oito pessoas. Imediatamente o delegado Cídio Martins⁸ abriu a porta do veículo e desceu de arma em punho, bradando:

– Onde se encontra o bandido Pio? Já fugiu?

O segundo a descer da Rural, Chico Martins, era irmão do delegado, a quem acompanhava na operação. Por fim, desceram seis policiais, enfileirando-se perto do veículo. Engatilharam suas armas e se colocaram em posição de tiro, aguardando apenas um

9. N.E.: O uso do 21 como sobrenome deve-se ao fato de que um antepassado apresentava uma malformação: tinha 21 dedos entre mãos e pés.

comando para se voltarem contra os moradores que só dispunham de suas ferramentas de trabalho para se defender.

Estavam presentes nove pessoas, todas moradoras da fazenda Japuara: Blaudes Sousa, Jacó 21, Valdemar 21, Alfredo 21, Nonato 21, estes de sobrenome Pais,⁹ Joaquim Abreu, Plautos Sousa, Antônio Mundoca e Luís Mundoca. Essas pessoas simples não conheciam a real intenção dos forasteiros. Mas viam o arsenal nas mãos dos policiais.

Blaudes, ao presenciar o modo como aqueles homens chegaram, gerando insegurança, muito nervoso, conteve a vontade de dar uma gargalhada. Cerrou nos lábios o sorriso numa contração muscular, sério, sufocando-o num silêncio absoluto, quase em estado de pânico. Observava igualmente naqueles homens de farda um olhar de terror, o que o fez concluir que, fosse o que fosse acontecer, era chegada a hora. Esses homens seguravam suas armas como se elas estivessem para cair, firmando o dedo no gatilho, transmitindo pavor. Apesar de estarem fortemente armados, pareciam temer o silêncio dos moradores, que tinham nas mãos seus instrumentos de trabalho – do facão à foice. Talvez o que mais receavam fosse a estratégia de um povo que já não tinha muito a escolher: se viveria como eterno perdedor ou se morreria como herói.

Cídio Martins, usando de sua patente de delegado para humilhar um senhor de idade, um ancião do meio rural, dirigiu-se a ele autoritário e prepotente:

– E tu, velho? O que faz com essa foice na mão?

Nervoso, por ser interpelado por um delegado de polícia pela primeira vez na vida, o velho Nonato Pais, conhecido como Nonatinho 21, por ser gago atrapalhou-se nas palavras para responder e, inocente do que estava para lhe acontecer, conseguiu apenas dizer que tinha aquela ferramenta em mãos porque estava de saída para o trabalho com seu sobrinho Jacó, e que era seu costume sair com sua ferramenta. Impaciente com suas dificuldades de articulação, o delegado lhe cortou a palavra, tentando arrancar-lhe a foice bruscamente. Encontrou resistência da parte do ancião que, firme, segurou seu instrumento de trabalho como se quisesse dizer que dele, apesar da idade, dependia sua subsistência.

Incomodado com a resistência de alguém supostamente frágil, mas com tamanha firmeza, enquanto falava, num ímpeto, o delegado engatilhou seu revólver calibre 38 na face do velho e disparou à queima-roupa. O projétil se alojou na maçã do rosto do trabalhador, abaixo da cavidade do olho.

O ato violou os conceitos do velho camponês, não lhe dando oportunidade de distinguir o bem do mal, nem de apelar à Justiça. A revolta gerou violência e novos desdobramentos. Decidiu fazer justiça com as próprias mãos, avançando sobre o delegado. O impacto do projétil o havia deixado atordoado, desequilibrado. Diante do acontecido, a família não sabia o que fazer: se socorria o velho ou se retaliava. Revoltados, o filho e os sobrinhos do agricultor fe-

charam o cerco em volta do atacante e do atacado. Tudo então se tornou mistério.

A polícia entrou em ação e os disparos formaram uma cortina de fumaça, tirando a percepção visual da cena e confundindo a todos. Blaudes Sousa foi alvejado por uma rajada de metralhadora, tendo fios de cabelo cortados na altura do crânio. Lavradores arrebatavam armas das mãos dos policiais e as arremessavam longe.

No final, ninguém sabia quem fez o quê para quem. Exceto Chico Martins, um dos feridos, que teria tirado a vida de Nonato 21 e depois justificado:

– Vinguei a vida do meu irmão, dando cabo da vida daquele que o matou.

O delegado teve parte do crânio cortado e uma porção de seu cérebro ficou exposta ao sol ardente. Naquele momento, policiais e lavradores se embrenhavam numa luta corporal. Os agricultores abandonaram suas ferramentas e passaram a desarmar aqueles homens de farda. Enquanto uns policiais corriam com medo de uma desforra, outros apelavam por clemência. Por tal rendição eram poupados de qualquer agressão. Os agricultores não sabiam sequer como manejar tais armas pesadas, entre elas o rifle, o fuzil e o mosquetão. Tomadas, eram arremessadas para o pátio entre as duas casas, a de comércio e a de moradia. Depois disso foram recolhidas e guardadas num canto da sala, à espera da Justiça, trancadas à chave, evitando assim que caíssem em mãos erradas.

Após o incidente sofrido, de balas de metralhadoras lhe apartarem os cabelos, no confronto entre soldados e agricultores, o jovem Blaudes, inexperiente, viu-se exposto ao perigo e recuou para o pátio, de onde observava o enfrentamento mais sangrento já ocorrido no município de Canindé.

Nonato Pais, o Nonatinho 21, parecendo segui-lo, caminhava esvaindo-se em sangue. Pequena quantidade lhe regava a face, dando a perceber o pre-tume de fumaça causado pela detonação da arma à queima-roupa. Outro projétil atingiu a veia do seu coração e grande quantidade de sangue jorrava do pescoço, aos borbotões, sobre o ombro direito, asso-lando a terra como se fosse o ímpeto de grossos pin-gos de chuva.

A cena despertou a solidariedade do rapaz, que nada podia fazer. Ele sentiu a dor de perda, pois para este jovem o velho Nonatinho tinha um dom espe-cial. Ao vê-lo, pedia sua bênção, para ouvir de sua boca palavras espirituosas, cheias de carisma e dedica-ção. Ao cruzar o pátio, em pleno espaço aberto, sem prestar atenção ao fogo inimigo, Blaudes foi alvejado por vários disparos. Ao descarregar a arma, um poli-cial, ofegante, bradou:

– Acabou a minha munição!

Foram suas últimas palavras, encerrando de vez sua ação de violência e terror. Desfalecido, permaneceu jacente sobre a terra que o gerou. E, como diz a Pala-vra: “Quando o homem quiser superar a Deus, então o Senhor mudará os tempos e toda Palavra se cumprirá”.

10. N.E.: O autor refere-se a marmeleiral, aglomerado de marmeleiros, árvores cujos frutos são marmelos.

Ao ouvir alguém chamá-lo numa esquina da parede, advertindo sobre o perigo, Blaudes despertou para a realidade, recolhendo-se para trás da casa, de onde ele e o companheiro saíram, refugiando-se no matagal. No marmeral¹⁰ balas zuniam por entre galhos e ramos, dando sinal de que a batalha seguia seu curso sangrento.

Blaudes seguia a poucos passos do companheiro Alfredo 21, que, apressado para chegar a lugar nenhum, dizia:

– Caminha ligeiro, rapaz! Vai acabar sendo alvejado por uma bala perdida.

E alongava os passos como se de perto fossem seguidos. Tais projéteis voadores mostravam que os perseguidores tentavam alvejá-los mesmo a distância. Fugiram para a Pedra D'Água, lugar longínquo, fundos da fazenda, longe de tudo e de todos. Ambos continuaram a caminhada como se buscassem a sobrevivência longe dos próprios rastros.

O sol ardente declinava naquela tarde tétrica, infernal, de um destino sinistro, no qual, ao final de tudo, não havia origens nem ideologias. Emergindo de seu naufrágio, Blaudes sentiu-se um girino dependente de uma simples poça d'água para resistir ao tempo e não se afogar nas lamúrias. Sentia-se ignorado pela própria sorte.

Que orgulho tem o homem de contar sua história para filhos e netos sem um final feliz? Mas o mundo quer saber. Uma história de uma vida não se distingue de outra por simples detalhes, mas sim pela realidade dos fatos.

Caminhos tortuosos

Em tudo posso, mas nem tudo consigo conduzir.
Ao passo que a lei conquista espaço em defesa da vida
e do meio ambiente, o homem perde o controle da
situação real, diante de um avanço brusco e degradante
de um progresso frágil, comprometedor das origens
da vida vegetal como um todo e da vida animal.

Se morre a terra, também morre o mar.
Se os vales deságuam, os olhos enxáguam.
Sem gotas de orvalho, apagam-se os sonhos.
Sem rastros nos caminhos, a vida se encerra.
Sem paz e sem guerra, cessa o calor.
Sem vítimas e sem pranto, também sara a dor.
Assim é o continuísmo de um mundo que tanto
buscou o extremo. Estéril, eis o ponto final.
Sem Éden, sem Paraíso, sem Alfa, sem Ômega, sem
princípios, sem fim.
A terra vive, só não deve sangrar.
Sangra, só não deve morrer.
O homem nasce, seu propósito é viver.
Idealiza, com o propósito a matar.

A vida sangra no poder da guerra.
No padecer da terra, não revidará.

A vida é um tempo de luz.
Mais que um momento feliz.
Também é vítima
De um ato infeliz

Propondo doar um pedaço de si
Pra poder resgatar o que está próximo do fim.

O ato é cruel, não nos dá a oportunidade de pensar.
Proteja a vida e salve-se.¹¹

11. N.E.: Poema de autoria de Blaudes Sousa.

POLÍCIA TEME UM NÔVO CONFLITO EM CANINDÉ

O normal, segundo a polícia, é que os grupos de resistência se desloquem para áreas de mata, onde possam se organizar e preparar para o combate. Mas, segundo a polícia, os grupos de resistência em Canindé não se desloca- ram para áreas de mata, mas se deslocaram para áreas de mata, onde possam se organizar e preparar para o combate. Mas, segundo a polícia, os grupos de resistência em Canindé não se desloca- ram para áreas de mata, mas se deslocaram para áreas de mata, onde possam se organizar e preparar para o combate.



O POVO
FUNDADO EM 1964 POR JOSÉ GOMES DE OLIVEIRA

Aqui Tombaram os Mortos
Fotos aéreas mostram os corpos dos mortos do conflito de Canindé, a 100 km de Fortaleza. Os corpos foram encontrados em um campo de mata, onde estavam os corpos dos mortos do conflito de Canindé, a 100 km de Fortaleza.

1 - Fortaleza, Ceará, 24 de Junho, 4 de Junho de 1971

"CORREIO" localiza fuggitivos de Canindé



Francisco Nogueira Barros, Pfo



Antônio Monteiro



Alfrado



Francisco Nogueira Barros



Joaquim Aguiar

CORREIO DO CEARÁ

FUNDADO EM 2 DE MARÇO DE 1915

Homens da resistência: jornal estampa na capa fotos dos cinco camponeses resgatados na mata. (Arquivo pessoal Blaudez Sousa)

Francisco Nogueira Barros, o Pfo, um dos principais envolvidos no conflito da Fazenda Japurna, em Canindé, foi localizado ontem à tarde, sozinho e faminto, pelos registradores "associados" Elyrio e Humberto Sampaio que realizaram longa caminhada até seu esconderijo improvisado nas matas da serra Santa Teresa. Com ele, outros cinco participantes do choque em que quatro homens morreram, inclusive o delegado civil do Município, Cláudio Martins. Caçado por volantes da Polícia Militar desde o dia da tragédia, Pfo recebeu a reportagem "associada", que se fazia acompanhar do advogado Lino de Sá Correia e integrantes da Federação dos Trabalhadores Rurais.

CAPÍTULO III

EM FUGA, EMBRENHADOS NA MATA

Distantes de qualquer índice de água e de comestíveis para a reposição das energias defasadas pelo cansaço da longa caminhada, Blaudes e Alfredo 21 foram além das expectativas no plano de fuga. Ambos decedentes, debaixo de um sol ardente, com uma sensação térmica acima da capacidade física por ultrapassarem o meio-dia sem comer e sem beber, apelaram para a casca da catingueira, uma espécie de árvore cuja casca tem sabor bastante amargo. Se mastigada, é um estimulante à saliva e com ela se mantém a garganta umedecida. Com isso estavam em condições de continuar a caminhada de grandes obstáculos. Apesar de tudo, romperam um trecho da mata virgem de difícil acesso, cruzando uma trilha, guiados pelo relevo de altos montes, partindo da localidade de Pedra D'Água ao serrote Santa Tereza, de onde se dirigiam à casa de Félix Mateus.

1. N.E.: O autor refere-se à planta Malícia.

Aproximava-se a noite. A fragilidade muscular por falta desses dois elementos básicos da vida aumentava o cansaço e a vontade de comer e beber, numa sonolência indefinível, resultado da caminhada num emaranhado de ramificação espinhosa conhecida popularmente por malícia,¹ rama espinhosa, muito maléfica à vida animal.

O encontro com o camponês Félix, amicíssimo e compadre de Pio Nogueira, foi de extrema importância naquele momento. Blaudes se dirigiu ao humilde homem, pai de uma grande família, todos dependentes da força de seus braços, por serem de idade não compatível com trabalhos pesados da agricultura:

– Seu Félix, temos fome e muita sede. Hoje ainda não comemos e não bebemos.

– Oh, meu filho, da sede vocês serão saciados. Quanto à comida, não temos no ato. Estamos cuidando disso para alimentar a todos. Acredito que estão todos com as mesmas dificuldades.

– Como assim, seu Félix? Quem são eles, alguém dos nossos?

– Sim, meu filho! Seu pai, compadre Pio, e seus companheiros da fazenda.

– Quer dizer... Estão aqui?

– Não! Mas estão bem próximos daqui.

– Diga! Onde podemos encontrá-los?

– Um momento. Não posso indicar a posição, mas posso levá-los até eles.

– Tudo bem, meu amigo. Quando for possível, estaremos à espera.

– Já levo vocês lá!

– Caso queira esperar, a gente ajuda a levar o rango.

– Não, meu filho, não podem demorar aqui. É muito perigoso. O seu pai veio à minha casa à noite, quando todas as crianças já dormiam.

– O que o senhor está sabendo a respeito do ocorrido na fazenda?

– As notícias não são das melhores.

– O que o senhor quer dizer com isso? Tem notícias de minha mãe e meus irmãos?

– Falaremos no caminho. Não podem demorar aqui.

A voz daquele homem solidário causava espanto. Seus gestos contidos assustavam, deixando Blaudes e Alfredo mais ansiosos pelas notícias do decorrer do dia. Sem demora, Félix Mateus os convidou a caminhar para a mata, ao encontro dos refugiados, que estavam sob um código de segurança: para poder chegar até eles teriam que usar certo código, por meio de assobios, reproduzindo sons de animais silvestres. Ao que aparecesse voluntariamente seria considerado intruso e todo plano poderia mudar de sistema, conforme o combinado.

O trio seguiu uma trilha sombreada pelo ocaso, já que o sol havia se escondido no horizonte panorâmico de vergel. Parecia que aquele ambiente tinha dado origem à noite do local.

E disse Félix, o guia dos refugiados:

– Não podemos falar muito. Devemos estar com os ouvidos bem afiados sob o silêncio da noite. Tudo

2. N.E.: Frei Lucas Dolle, vigário da Paróquia de São Francisco, em Canindé. Ver Gomes, 2006.

o que se ouve parece estranho, esquisito para entendermos de onde vem ou o que venha a ser.

Disse Blaudes em torno do que lhe seria mais urgente:

– Só quero que me diga o que sabe da minha família, o que falam do acontecido e como andam as coisas com todo esse tiroteio.

O camponês, de semblante assustado, contou:

– O que se sabe é que a polícia voltou após o ocorrido. E os homens que eram encontrados em suas casas foram detidos e levados presos a Canindé. As mulheres ficaram sob investigação. Sua mãe, dona Maria José, foi interrogada pela polícia. Foi a que mais sofreu para dizer onde teria ido o marido. Achavam que ela sabia do seu esconderijo. Pelo que sabemos, foi forçada a se ajoelhar e dizer a verdade. Mas como nada sabia continuou o suplício até a intervenção do Frei Lucas,² que veio intermediar o conflito entre os moradores e a polícia.

– Pobre da minha mãe! Depois de velha passar por tal vexame. Mas ela é forte e saberá como dar a volta por cima. Como estão meus irmãos que estão sob sua custódia? Se a mãe está sob pressão, imaginem eles.

– Um de seus irmãos, o Francisco, foi levado pela polícia, obrigado a carregar armas pesadas sobre os ombros, além de uma pesada caixa de balas. Quando dizia não poder mais conduzir tal peso era obrigado a se ajoelhar, com armas sobre a cabeça, forçado a confessar onde tinha ido o pai em fuga. Com tal interrogatório, forçaram o menino com apenas sete

anos a dizer o que não sabia. Diziam que ia ser morto e enterrado na mata e que não seria encontrado pela família. Chorando, continuava a dizer que nada sabia. O levantavam de supetão e o forçavam a seguir em frente com tal peso, como se fosse animal de carga.

– Como souberam de tal absurdo?

– A criança testemunha com todas as letras. Diz que nunca foi chamada pelo próprio nome, apenas por palavrões.

– A presença do Frei Lucas continua exercendo influência sobre a polícia?

– De certo modo, sim. Mas o que se sabe é que os interrogatórios têm sido muito pesados. Bastante pressão psicológica, a ponto de estressar qualquer vivente.

Concluindo seu relato, afirmou ter chegado ao ponto da comunicação estratégica.

– É aqui. Agora fiquem em silêncio. A minha comunicação com o grupo é através de sons.

Após um breve espaço de tempo, Félix soltou seus assobios, como se imitasse algum animal silvestre noturno. Do outro lado de um riacho, ao alcance da vista, a resposta, parecendo repercutir os sons enviados. Por três vezes repetiram o mesmo som, finalizando com silvos breves em sequência, como se contassem de um a três.

– Pronto! O caminho está livre. Podemos ir – disse o guia.

E, assim, seguiram os três até o esconderijo. Pai e filho se saudaram como se ambos tivessem dado um ao outro como morto, no local do fogo cruzado. O encon-

tro foi de grande alegria e regozijo por quebrar uma fiada de pensamentos pesarosos. Quanto aos demais amigos, consideraram o encontro vitorioso. Melhor viver em comunhão do que estar em debandada.

O grupo reunido contava com a presença de Pio Nogueira, Blaudes Sousa, Alfredo Pais, o Alfredo 21, Joaquim Abreu, Antônio Mundoca e Luís Mundoca, este ferido à bala.

CERCADOS PELA ONÇA E ASSEDIADOS PELOS INSETOS

A primeira noite na mata foi como um pesadelo. Os ouvidos sempre inclinados para o lado sonoro. Ruídos pesados, chiados, assovios silvestres, vozes de animais... Tudo parecia estratégia de um mundo desconhecido. Era como se os camponeses estivessem cercados por inimigos, caçadores de cabeças.

Logo após o anoitecer, Blaudes cavou uma vala na areia do riacho com o propósito de torná-la um leito para dormir. Conseguiu uma porção de rama, de verde a murcha, para cobrir-se, dos braços à cabeça. Quanto ao corpo, cobriu de areia dentro da vala, dos pés ao pescoço. Assim passou a noite na sua suíte natural, chamando a atenção dos companheiros pela criatividade do disfarce. Eles sentiram na pele a mudança de uma vida pacata, o preço de uma liberdade em fuga. Insetos de toda espécie chegavam de súbito, dando aos intrusos as boas-vindas pelo banquete para os nativos daquele ambiente.

No dia seguinte, apesar das expectativas da vida em desmando, planejavam suas defesas e se associavam na placidez de suas funções, cuja ação eles exercitavam na prática de suas atividades para que nada viesse contrariar a vitória conseguida com laços de sangue. Para um povo simples, de princípios humildes, o episódio na fazenda foi a virada do século, o fim da picada, o fundo do poço.

O crepúsculo do amanhecer deslumbrava com seus raios por entre a mata, que oferecia o negro manto em contraponto à luz incandescente. O gorjeio dos pássaros, num trinado incomparável, fazia daquela manhã a esperança de um novo dia, quebrando um tabu de pensamentos negativos, carregados de adrenalina e pesares pelas perdas estimadas.

Era chegada a hora da longa caminhada. Da várzea à pequena montanha conhecida como serrote Santa Tereza parecia perto, mas a estratégia da caminhada fazia a distância demasiado longa. Era um trecho de matagal de difícil acesso. Um emaranhado de ramificações de cipó, trançado de tiririca e malícia madura, formando verdadeiro enredo. O fio cortante do capim tiririca e a serra espinhosa da erva daninha maltratavam os frentistas. Vez ou outra o grupo se revezava, especialmente os mais dispostos, com mais pressa na jornada. Mesmo assim, a caminhada seguia vagarosamente. Por medida de segurança, a opção não podia ser por trechos limpos, onde poderiam ser vistos. O importante era alcançar o lugar desejado, para maior segurança do grupo em fuga.

O pé do serrote Santa Tereza era considerado princípio e fim. De longe, sua vista panorâmica, bastante acidentada, sempre foi encarada como o horizonte que, quando alcançado, dava condições a uma nova vista, a novos horizontes. Mas, apesar da longitude, havia a preocupação de ser visto a distância. Por isso, nenhum dos trabalhadores em fuga podia subir as encostas seminuas e apreciar a vista panorâmica.

Mais uma noite aproximava-se e o retorno do longínquo serrote à várzea tinha que ser realizado à luz do dia pelo difícil acesso, já que as noites na mata eram tenebrosas. Seguidos pela onça pintada, a pior fera das matas do sertão nordestino, enfrentavam a praga de toda a diversidade de insetos, alguns deles de picadas quentes, doloridas, que infeccionam e se tornam ferimentos incomuns, furúnculos, tumores.

A aproximação à casa de Félix se dava pela necessidade de água e de alimentos, não importando a quantidade, pois, qualquer que fosse o bocado, seria o suficiente. E seria dividido em seis porções iguais. Saciados, só tinham que agradecer, pois foram naquelas quatro noites com quatro dias servidos por aquele homem que fazia o possível para, além de alimentar a família numerosa, manter a solidariedade ao grupo em fuga. E este dependia da sua ajuda para sobreviver no meio daquela região de mata nativa.

Nas noites, próximos à casa da família que os protegia, havia mais tranquilidade para pensar e agir, vivendo em comunhão uns com os outros, sem se deixar abater. A notícia dos acontecimentos era uma

das prioridades do grupo. Saber como caminhavam as demais ocorrências e como afetavam os familiares, direta ou indiretamente, era uma das maiores preocupações, principalmente dos pais de família.

Durante dias e noites, o grupo parecia viver um pesadelo. Bastava o dia cair para a fera, a onça, dar suas boas-vindas. Com seus esturros característicos e quebra-quebras ameaçadores, parecia não haver distância nem fronteiras para segui-los onde quer que fossem.

A pequena montanha, conhecida como serrote Santa Tereza, é constituída de grandes lajeiros, formando assim pequenas cavernas, também conhecidas por furnas, locais que serviam de refúgio e moradia para animais selvagens daquela redondeza de matas e cerrados generalizados.

Para não dar sinal de que estavam pelas proximidades, os camponeses em fuga evitavam usar armas de fogo para afastar a fera, o que permitia a ela aproximar-se mais e mais, deixando-os em estado de alerta por dias e noites.

No terceiro dia da fuga, de muitas andanças, ao voltarem de tardezinha tiveram alguns encontros-surpresa. Animais silvestres cruzavam o caminho a pouca distância. Era como se o destino quisesse forçar uma situação-limite, como num jogo de xadrez: jogar o Rei contra a Rainha, para um término à maneira do grande jogador. Pio Nogueira, feito o cabeça da grande jogada, deixando de lado as 32 peças de valor variado, passou a interpretar as 64 casas em que se movem essas figuras. Ele disse:

– Hoje é o dia da caça, amanhã será do caçador!

A vida tem dessas manobras. Quem não as conhece se perde numa delas e tudo pode acontecer. Sem chances de administrá-la, cai no abismo. Sem chão, o resultado é fatal. O bom navegador conhece o oscilar das ondas pela maresia e navega mar afora. Encoraja seus marujos no bailar da maré e faz seu percurso feliz com o mar. É como o aviador nas alturas: na forte turbulência mantém seu aparelho sob seu comando, controla a velocidade e assume seu curso. Ao ultrapassar o fenômeno, confere a rota, retorna à velocidade permitida e segue naturalmente seu percurso.

– O hoje não nos pertence. O amanhã só o tempo nos dirá – avaliou Pio.

– Quer dizer, no dia da caça não se come? – perguntou alguém do grupo.

– Temos necessidade de comer carne, admito. Mas não podemos chamar a atenção dos caçadores, dos caça-cabeças. Não esqueçam que nesse tabuleiro somos apenas figuras indefesas, prestes a ser caçadas. Nossa jornada depende de nós, de nossa paciência. Se perseverarmos em sobriedade, a grande jogada nos pertencerá.

– Quem garante? – voltou a indagar o sujeito, desta vez identificado pelos companheiros, que o olharam em silêncio, enquanto se esforçava para seguir adiante. Luís Mundoca, cansado e ferido à bala, se aborrecia com qualquer coisa. Pio retomou a palavra:

– Garanto que esse será o xequemate. Desta vez, nesta caçada não haverá sangue, somente paz.

Ao chegarem ao lugar determinado, onde deveriam permanecer uma noite, ouviram as lamentações de dor de Luís Mundoca. O único ferido do grupo – havia três dias – continuava sem atendimento médico. Sentindo seu caso agravar-se, tomou a iniciativa:

– Não estou conseguindo seguir a jornada. Sinto muitas dores e uma dormência dolorosa se aloja pelos ossos da perna e se espalha pelo resto do corpo, como um indício de febre. Se continuar aqui, sei que não vou resistir.

Instruído pelos companheiros a sair da mata em busca de ajuda, antes que seu caso viesse ter a piores consequências, tornando-se uma infecção generalizada, Luís Mundoca acolheu a decisão. Ele tomou o caminho em busca de ajuda enquanto a noite era chegada, para ter melhor acesso às casas sob vigilância policial.

Desgarrado do grupo, procurou familiares em busca de apoio, mas as notícias que circulavam na fazenda não eram boas. Os familiares haviam sido advertidos de que, qualquer que fosse a família que acolhesse algum dos implicados no conflito, seria cúmplice com culpa ativa. E passaria a receber os mesmos tratamentos do réu, cuja casa ficaria sob estado de sítio, sem entrar ou sair ninguém, até que fosse retirada toda tropa policial que fazia sentinela na fazenda havia três dias. Ao ouvir que não era bem-vindo por motivo de segurança, recusou buscar ajuda para não ser pego, pois seu caso o incriminaria por envolvimento direto, e temeu ser morto sem chance de defesa.

Receando entregar-se voluntariamente, Luís Mundoca voltou para a floresta em um ponto distante do lugar de onde havia saído. Sozinho, vagou por lugares desconhecidos, sofrendo as piores coisas, sem chance para voltar, pois estava sem rumo, completamente perdido.

A vida noturna na mata tinha suas vantagens e, ao mesmo tempo, desvantagens. Hora de descanso, mas também de desconforto. A onça já não incomodava tanto. Sua presença ameaçadora até dava a segurança de que as noites seriam solitárias, sem intrusos circulando por perto. Isso deixava o grupo mais tranquilo. Eles poderiam dormir, não fossem os insetos que não davam trégua durante toda a noite.

No dia 5 de janeiro, considerado o dia da caça pelo grupo em fuga, durante suas andanças de retirada da várzea ao serrote Santa Tereza e vice-versa, todos presenciaram animais silvestres cruzando o caminho, outros passando perto, pelas laterais, além dos pássaros pousados em árvores próximas, sem muito se importar com a presença daquela gente que os olhava com desejo e apetite sôfregos, sem nada poder fazer.

Era chegada a terceira noite, que parecia não ser diferente das demais em meio ao ambiente com seus fenômenos naturais. O grupo foi separado, dois a dois, para que todos se revezassem na segurança e todos pudessem descansar das caminhadas.

Blaudes lembrava que havia tirado uma única soneca, na primeira noite nas matas, quando camu-

flado na areia do riacho, cobertos cabeça e braços, com ramos verdes colhidos de antemão, às margens do arroio.

Foi nessa dita noite, antecedida pelo dia da caça, que a onça, com seu bramido caracterizando uma aproximação estratégica, seguida de um quebra-quebra, parecia decidida a um ataque. Blaudes, deitado na folha seca, com as mãos cruzadas por baixo da cabeça, servindo-lhe de travesseiro, esperava o companheiro de vigília Antônio Mundoca manifestar-se para, juntos, tomarem a iniciativa de despertar a todos para maiores precauções. Vendo que era o único acordado do grupo, tocou a perna do pai, Pio Nogueira, que estava deitado próximo, ao alcance de sua mão. Despertando de súbito, acordou a todos antes mesmo de saber do que se tratava. Por fim, perguntou num sussurro quase indecifrável.

– O que foi Blaudo? Viu alguma coisa?

Esta era a maneira pela qual seu pai o chamava, trocando seu nome oficial, de certidão, Blaudes, para seu próprio linguajar. Foi por apelido, Blaudo, que se tornou popular na região, o que contribuiu para a divulgação incorreta de seu nome pelos meios de comunicação e, como consequência, de sua ausência dos registros e documentos dos acervos de memória do conflito da fazenda Japuara.

– Não senhor! Apenas ouvi o quebrar da madeira e o rugido da onça, como se estivesse prestes a atacar, mas, de certo modo, como se temesse alguma coisa – respondeu o filho. Estava um tanto abatido

pelas noites sem dormir, pela insônia adquirida pela inquietação provocada por insetos e pela presença ativa do gato selvagem, que fazia de tudo para defender suas reservas de intrusos, os quais eram uma ameaça para a espécie.

A presença da fera, entretanto, protegia-os da investida inimiga, que poderia acontecer a qualquer momento, por não estarem muito longe do cerco percorrido pelos policiais.

Naquele dia, sonolento, o grupo decidiu sair à caça do animal feroz. A poucos metros constatou o quebrado da madeira, tanto verde quanto seca, e o rasgado de unhas cortantes nos tronqueiros das árvores em volta do local de dormida. A caça ao animal teve encerramento com a interferência de Félix Mateus, com seus sinais sonoros, com os quais os encontrou, levando-lhes notícias das últimas horas. Atônito, foi falando antes que alguém do grupo lhe fizesse algum interrogatório:

– Compadre Pio, as notícias não são das melhores. Encontrei Airtinho, filho de seu Amorim, na fazenda. Ele disse ter vindo de Fortaleza em busca de notícias. Quando chegou a Canindé lhe disseram que os comentários são de mal a pior. A própria polícia da cidade comenta que, onde vocês forem encontrados, serão metralhados. E se a metralhadora não os alcançar, o fuzil e o rifle os alcançarão.

– É compadre Félix! Estávamos pensando em nos entregar, mas se comentam isto, que venham nos buscar. Não temos para onde ir. Saindo de seu convívio

padeceremos de fome e de sede por estas matas. Isto é: se as debilidades físicas não reagirem num duelo fatal com a onça que nos tenta todas as noites. Esta madrugada fez absurdos para nos intimidar.

– Compadre Pio, essa onça que circula por aqui tem bastante idade. É perseguida por fazendeiros e caçadores da região, mas nunca conseguiram pegá-la de jeito. Come criação por todas essas redondezas. O que mais admira a todos: sangra o animal dentro do chiqueiro e retira-o por cima da cerca de varas, numa altura de dois metros, sem ao menos deixar vestígios de pelo no varal. Segundo os prejudicados, a fera retira suas presas deixando apenas o rastro de sangue da cerca até a entrada da mata. Depois disso, não deixa nem vestígio, nem pista de onde esconde suas vítimas.

– É isso, compadre. Desde o quebrar da barra estamos na pista do grande animal. Mas sua maneira de agir é estratégica. Já dá para se ver que o instinto é mais eficaz. Sua maneira de agir supera a inteligência do seu hábitat.

– Compadre, isso é um tipo de bicho de grandes emboscadas. Enquanto é caçada ela segue o caçador pelos próprios rastros. Conhece o tempo de atacar em cada canto da floresta.

– O bicho é sagaz e esperto! – concluiu Pio Nogueira. – É como um jogador de damas... Entrega pontos mais fáceis, armando uma jogada maior para mais adiante.

– Tem razão, compadre Pio. Se o homem tem domínio da sua moradia, os animais têm do seu hábitat.

– Félix Mateus! Compadre e amigo, com uma notícia dessas, vamos ter de lhe dar um pouco mais de trabalho. Sabemos que as despesas estão grandes, mas um dia meu compadre será ressarcido por tudo. Há tempo para tudo. Um dia, a vida dará a volta e meu amigo velho terá muito mais a ganhar.

– O compadre conhece minhas condições. Não tenho muito a oferecer, mas farei o que puder. Enquanto permanecerem por aqui darei meu apoio no que for possível.

– Obrigado, compadre. Apesar da peste, de tanto inseto durante toda a noite e da investida da onça nas noites escuras, no mais tudo tem sido uma maravilha.

– É, compadre! Só que não podemos continuar nessa conversa por mais tempo. Caso chegue alguém, talvez a família não saiba despistar bem o intruso que venha a desconfiar e nos trazer maus momentos.

Então se despediram. Félix Mateus voltou à sua humilde residência e o grupo seguiu a caminho do serrote Santa Tereza.

Haviam se passado três dias com duas noites no interior da mata. O sol atravessava a vegetação semi-nua, intensificando o calor ardente, o cansaço físico, sufocando a todos que, já debilitados pelo regram do comer (uma vez por dia) e do beber (duas vezes), sentiam-se fracos, sem muito a reclamar da sorte. Exaustos pelas noites sem sono em meio ao emaranhado garranchoso, que tinha que enfrentar nas caminhadas por rumos diversos, Blaudes disse ao pai durante a travessia de volta à várzea:

– Papai, as pernas já não estão reagindo ao repuxo. Sinto-me cansado. Já se passaram três noites e não consegui pregar os olhos e isso me deixa muito abatido.

Ao que o pai respondeu, pensativo:

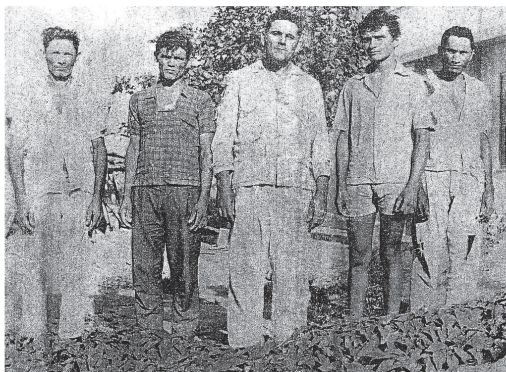
– O que podemos fazer, meu filho? Esta é a única estratégia cabível no nosso sistema de fuga. Não podemos permanecer no mesmo lugar por muito tempo.

– Mas em qualquer lugar que estivermos correremos o mesmo risco se formos encontrados. Ao nos deslocarmos de um lugar ao outro podemos ir de encontro aos caçadores.

Pio Nogueira mostrou-se preocupado. Concluiu que em tudo há risco para ambos os lados.

– Não sabemos o que pode nos acontecer caso sejamos encontrados. Correremos o risco qualquer que seja a nossa posição. Se perto ou longe... Seja qual for a posição, é um risco que temos que enfrentar de cabeça erguida. Quem sabe seja uma nova forma de nos redimirmos desse cansaço que já nos aflige.

Enquanto caminhavam do serrote Santa Tereza à várzea, conversavam em busca de soluções para o caso de um momento crítico, de decisão no grupo. A situação era tensa, de vaga esperança para um resgate, mas havia perseverança, de forma que a maneira de agir continuava firme, sem desânimo. A vontade de um novo encontro com a sociedade os levava avante, rumo a uma nova etapa da história, onde todos os problemas ficariam à mercê do tempo, a passos de uma liberdade há muito esperada. Foram quatro dias com três noites de muita tensão.



Francisco Nogueira Barros, Pio, entre seus companheiros de luta e da fuga que ontem terminou.



Famintos e sedentos, Pio e seus companheiros receberam com alívio a reportagem "associada".

Altivez: nem as privações da fuga alquebrantaram os trabalhadores de Japuaara.

(Acervo pessoal
Blaudes Sousa)

CAPÍTULO IV

O RESGATE

Estavam sofridos, mal hidratados, pois o precioso líquido da vida, a água, era bebido apenas duas vezes ao dia. E também mal alimentados, carentes de uma alimentação adequada para o momento de tanto desgaste físico e emocional.

Quando se aproximavam do local marcado para o único descanso do dia ouviram um converseiro na altura da residência de Félix Mateus. Parte do grupo queria uma fuga imediata, mas Pio Nogueira pediu cautela, enquanto analisava vozes de quem falava nas proximidades. Blaudes tomou a iniciativa de falar a todos:

– Não dá mais para tanta fuga e tanto sofrimento. Se sairmos daqui para lugar remoto não haverá refúgio para ninguém. Chegou a hora da decisão. Se for a polícia, quem tiver sua arma, sua ferramenta em mãos, arremesse longe em caso de voz de prisão. O mais é só esperar e seja o que Deus quiser.

Passado um breve tempo de escuta e muita tensão, Blaudes dirigiu-se ao pai:

– Papai, é a voz do Dr. Lindolfo!

O pai refutou:

– Não é, rapaz! Lindolfo quando fala mais parece o rugido do leão.

Mas o filho replicou:

– Eu não vou conhecer a voz do Lindolfo Cordeiro?! O Leão da Montanha! Esperem e logo estará entre nós.

Nisso todos ouviram sua voz sonora, autoritária, ordenando à equipe que vasculhasse os arredores, se possível desse uma busca pelas proximidades do serrote Santa Tereza, aproveitando o máximo possível a luz do dia. De ouvidos atentos, os refugiados entreolharam-se como se não acreditassem no que ouviam. Quando desciam o alto viram a equipe formada de várias pessoas, tendo à frente os advogados da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece), doutor Lindolfo Cordeiro e doutor Ubirajara, ambos defensores da causa Japuara. Em seguida vinham os demais, em fila, ultrapassando das margens do terraço à floresta, de onde foram vistos e aceitos pelo grupo. Indecisos sobre o que fazer – como diz o ditado: se correr o bicho pega, se ficar o bicho come –, desta vez a razão falou mais alto, exibindo a esperança de um povo que mostrava sua simplicidade como bandeira de uma nova liberdade.

O grupo de camponeses, apresentando-se espontaneamente, foi visto pela equipe. Famintos, maltra-

filhos, os cinco foram recebidos pela equipe constituída pelos advogados e pelos jornalistas do jornal *O Povo* e da TV Canal 2, órgãos de comunicação do Estado do Ceará na década de 1970. E também pelo comandante regional da Polícia Militar, coronel Chaguinha,¹ o qual, munido de armas de fogo, garantiu proteção total, até de responder à altura, em caso de represália da polícia de Canindé, numa tentativa de alcançá-los para um possível resgate.

Entrevistas e longas conversas contribuíram para um entrosamento dos lavradores com aquela gente de alta sociedade, que não media esforços para obter daquelas pessoas simples, sujas, uma boa matéria de primeira mão. Após tantas entrevistas, filmagens por todos os ângulos no interior da mata, subiram a rampa, onde eram esperados pelos motoristas para uma longa viagem.

Estavam à espera, em frente à casa de Félix Mateus, dois veículos de tamanho médio: uma Kombi e uma Rural, com capacidade suficiente para transportar toda aquela gente mais os seus utensílios de trabalho.

Ainda em Fortaleza, souberam que não passava veículo suspeito em Canindé sem ser revistado, e para afastar qualquer suspeita tiveram que substituir os carros da Federação dos Trabalhadores e da TV Canal 2 por veículos alugados em Quixeramobim. Além disso, para garantir um resgate com sucesso, tiveram que viajar de Fortaleza a Quixeramobim por caminho mais longo, quatro vezes a distância via Canindé, ida e volta.

1. N.E.: Trata-se do Coronel PM Francisco das Chagas.

O que mais impressionou a equipe de resgate é que havia ameaças de retaliação da polícia de Canindé, que ameaçava metralhar os envolvidos na tragédia de Japura onde eles fossem encontrados. Por tal motivo, disse o coronel Chaguinha, caso fossem alcançados, tinha autoridade para tomar decisões em defesa de sua equipe de trabalho e dos resgatados, pois passava a ser de sua inteira responsabilidade transportá-los com segurança até a cidade de Fortaleza.

Passaram por lugares suspeitos, onde havia risco de uma suposta retaliação. Como viajavam em veículos comuns, ninguém desconfiou. Quando paravam em lugares menos suspeitos, a vigilância era total. E a recepção digna, um reconhecimento pelo ato de bravura e de coragem em busca de uma liberdade negada pela força e pelo poder daqueles que não reconheciam os homens do campo como seres humanos, mas como simples miseráveis, escravos do trabalho braçal e da incapacidade, sujeitos à repressão do latifúndio na época do regime militar.

O desconforto da viagem era mínimo. Parte do espaço era ocupado pelas equipes do jornal e do canal de televisão e seus equipamentos, ambas atuantes na regeneração do grupo que estivera em fuga. Às vezes, o silêncio despertava em Blaudes um pensamento inoportuno, lembranças do que passara durante tantos dias e noites de aflição, comendo e bebendo de maneira insuficiente, enquanto ali estavam sendo recepcionados com fartura por aqueles que os acompanhavam. De pensamentos variados, lembrava as

cenas do deitar no solo nu, forrado apenas pela folha seca, que, apesar de rala, era considerada excelente colchonete, na qual tirava aquelas sonecas, por etapa, durante as inesquecíveis noites, incomodadas pelos insetos e pela fera.

EM FORTALEZA

A chegada a Fortaleza foi tranquila. A viagem não oferecia a segurança almejada, mas a paz permaneceu por todo o percurso, por vários municípios, de Canindé a Quixeramobim, de Quixeramobim a Fortaleza.

Apesar das ameaças, as portas da cidade grande se abriram para aquele grupo que tanto lutou por seus direitos. Guardados a sete chaves num pequeno compartimento, os lavradores permaneceram sob custódia do jornal *O Povo* e da rede de televisão Canal 2 até o dia seguinte, quando, a partir das 8 horas da manhã, começaram a chegar autoridades competentes para um contato direto com o grupo, e que, por precaução, pediram sigilo total até que fossem ouvidos em depoimento. Transportados à Secretaria de Polícia em Fortaleza, prestaram depoimento ao delegado Raimundo Pereira Filho, responsável pela Comarca de Canindé. Após a identificação pelo Poder Público, foram transferidos para o Corpo de Bombeiros, onde ficaram presos, em prisão especial, à espera de julgamento.

Apesar de quatro paredes se unirem a uma grade de ferro e os vigilantes se revezarem 24 horas, dia e

noite, o tratamento era digno, em comparação com a situação vivida a céu aberto. Estavam numa cela de aproximadamente 3 metros por 4 metros, com WC interno e camas beliche.

O órgão corporativo de salvamentos e ações de defesa civil inicialmente recebeu as cinco pessoas resgatadas na mata entre o serrote Santa Tereza e a várzea, terras próximas à fazenda Japuará: Francisco Nogueira Barros, Pio; seu filho, Francisco Blaudes Sousa Barros, e os demais moradores da fazenda em conflito, Joaquim Abreu, Alfredo Ramos Fernandes, o Alfredo 21, e Antonio Soares Mariano, o Antonio Mundoca.

LUÍS MUNDOCA SOZINHO NA MATA

O sexto integrante do grupo, Luís Mariano da Silva, o Luís Mundoca, ferido à bala na altura da virilha, não tendo êxito ao procurar ajuda junto aos familiares, preferiu voltar à mata. Não teve as mesmas condições favoráveis de comer e de beber, de manter-se hidratado e alimentado regradamente. Passou momentos difíceis, noites com febre alta, fome e sede. Comeu raízes de determinados arbustos, batatas bravas, que nem os animais selvagens apreciavam, em razão do amargor indefinível. Passou a sentir-se saciado a ponto de ter ânimo para levar adiante sua jornada em busca de uma saída.

Ao cair da noite a febre voltou com maior intensidade e permaneceu até o dia seguinte, quando a

onça lhe apareceu decidida a atacá-lo. Ao colocar-se de pé sobre as patas traseiras, de garras exibidas no ar, a poucos passos de devorá-lo, Luís levantou-se e, valendo-se de São Francisco, pediu a ele que intercedesse e não o deixasse ser devorado pelo bicho feroz. Seu clamor foi atendido. Desarmando-se em rugidos, a fera deu a volta retorcendo-se, indo embora como se alguém a tocasse, expulsando-a para longe dali. Assustado com tanta pressão nervosa, ele decidiu sair da mata e ficar perto das margens da estrada, apesar do risco de ser morto por policiais, uma vez que sabia das ameaças.

No dia seguinte, passando em frente à residência de Manuel Chicó, terras de Edimundo Lopes, ao sul da fazenda Japuara, às margens da rodovia BR-020, Luís Mundoca foi capturado pela polícia de Canindé. Era uma patrulha motorizada em ronda, na busca não somente dos implicados na chacina, mas de todos os moradores da fazenda do sexo masculino. Detidos, os moradores eram conduzidos para Canindé, onde enfrentavam interrogatórios e permaneciam presos até que conseguissem provar sua inocência.

Apesar de Luís Mundoca encontrar-se fragilizado, com o projétil alojado no fêmur e a febre intermitente desde seus dias de fuga, foi submetido a interrogatórios antes mesmo de ser medicado. A tensão nervosa, somada à pressão emocional, impediu-o de entender tais interrogações e de ser explícito em suas respostas. Sem êxito, seus investigadores cede-

ram à ética e o enviaram para tratamento de saúde. Submetido à extração da bala, teve uma recuperação satisfatória e a Justiça tomou as precauções devidas dentro da lei, enviando-o para o Corpo de Bombeiros, onde já se encontravam seus companheiros de andanças pelas matas do serrote Santa Tereza à várzea, terras da fazenda Salão dos Marianos.

ASSINAR O FLAGRANTE SEM CONHECER O ESCRITO



Plautos Sousa Barros, filho de Pio Nogueira.

(Marta Cioccarri/MN-UFRJ, fev. 2011)

No decorrer do conflito entre policiais e agricultores, membros do grupo em combate se anteciparam em fuga e, tomando rumo ignorado, refugiaram-se pelas matas das redondezas e em fazendas circunvizinhas, com acessos estratégicos, protegendo-se contra buscas de arrastão.

Aconteceu que Plautos Sousa, filho de Pio Nogueira, tendo essa iniciativa, desgarrrou-se do grupo, refugiando-se a quilômetros do ocorrido, nas terras de Luís Geno e da esposa Roseli Nogueira Mesquita, irmã de Pio Nogueira, proprietários da fazenda Impoeira da Pedra, onde, escondido no Riacho do Cipó, passou seus dias de espreita e de muita tensão.

Ao ter conhecimento do resgate do pai e seu grupo, Plautos e seus cunhados decidiram entregar-se à Justiça na cidade de Canindé, onde foram presos e submetidos a interrogatórios. Sob pressão, Plautos

respondia às perguntas feitas pelo coronel Raimundo Pereira. Muitas vezes, não concordando com insinuações culposas, foi espancado com o coice de fuzis, o que lhe provocou contusões graves nas costelas e nas pernas. Obrigado a assinar o próprio flagrante, sem direito ao conhecimento do escrito, continuou detido por seis meses após a soltura dos demais: o pai, Pio Nogueira; o irmão, Blaudes Sousa; o sogro, Joaquim Abreu; e os demais companheiros – Alfredo 21 e Antônio Mundoca.

REGRESSO, INTIMIDAÇÃO E TIROS

Doutor Lindolfo Cordeiro – advogado da Fetraece, que defendia os camponeses –, numa das visitas de rotina ao grupo de agricultores presos na unidade do Corpo de Bombeiros, disse que o lugar em que se encontravam detidos não era um cárcere para criminosos, mas sim uma prisão especial, onde tinham todo conforto e proteção, evitando qualquer represália ou retaliação dos que queriam vingança. Estavam ali, sob os cuidados da segurança pública, para que nada viesse a atingi-los por causa dos acontecimentos da fazenda. E disse mais: que a soltura dependia deles próprios, principalmente da palavra do líder do grupo, Francisco Nogueira Barros. E indagou ao líder camponês qual era a sua atitude em relação a isso. Pio Nogueira, respondendo, confirmou a sua lógica, dizendo que, se dependesse dele, há mais tempo estaria na fazenda cuidando de seus afazeres.

O advogado afirmou que, ao sair dali, seus primeiros passos seriam providenciar um *habeas corpus* para a liberdade de todas aquelas pessoas, vítimas do tal equívoco entre o poder do latifúndio e a razão do povo humilde. E afirmou que, muito em breve, Pio Nogueira e seu grupo estariam de volta à fazenda Japuara para cuidar de seus afazeres, como sempre. Ao ouvirem isso, todos se alegraram e transmitiram o prazer de estar a poucos passos da liberdade sonhada.

No dia seguinte, quando menos esperavam, chegou Lindolfo Cordeiro, com um sorriso afável estampado na face, gestos decididos e singelos, demonstrando a eficiência do seu engajamento, de um profissional que seguia à risca a ética. Saudando a todos expressivamente, indagou:

– Estão prontos para a viagem?

Pio Nogueira e seu grupo olharam-se atônitos, com uma súbita alegria interna, sem acreditar no que acabavam de ouvir. O advogado estava acompanhado pelo coronel comandante daquela corporação, que se preparava para deixar o cargo por causa da aposentadoria. Mesmo assim, conhecendo os fatos que levaram o grupo à prisão, ele prometeu a Pio Nogueira que ficaria na instituição de salvamentos até que fosse garantida a liberdade do grupo todo.

E, ao aproximarem-se da porta, que era uma grade de ferro, disse o coronel:

– Finalmente, chegou a hora. Não sabemos como expressar nosso sentimento: se com uma alegria es-

pontânea ou com um sentimento de perda. Almejei vossa liberdade, mas a distância vai nos separar. Quanto à nossa amizade, permanecerá para além deste conjunto corporativo, não militar, mas de ações de defesa ao cidadão. Agora tenho que ir. Lindolfo tem algo a lhes falar. Com os olhos úmidos, deixou a todos suas sinceras saudações.

Lindolfo Cordeiro, tomando a palavra, disse:

– Pio, vamos deixar as formalidades para dias prósperos e aproveitarmos o tempo. A viagem é longa e complexa.

Lindolfo referia-se a passar pela cidade de Canindé. Ainda estava muito recente para um contato direto com a população, que poderia interpretar a presença dos posseiros pelo lado negativo e considerar uma afronta. Quanto às consequências, não se sabe com qual tamanho de revolta poderiam ser recepcionados.

– Temos que voltar ainda hoje – informou o advogado. – Vocês permanecerão na fazenda com apoio total da Federação (Fetraece). Serão monitorados pela Justiça sob todos os aspectos, para que ninguém tente qualquer represália pessoal, ou qualquer outra, pelo que aconteceu entre policiais e agricultores da fazenda.

E partiram rumo à fazenda Japuara, atravessando a cidade de Canindé.

Do grupo, permaneceu detido no Corpo de Bombeiros Plautos Sousa, por assinar seu próprio flagrante. Não se sabe a respeito da prisão dos demais



Vitória: em pleno regime militar, o primeiro caso de Reforma Agrária no Ceará.

(Acervo pessoal Blaudes Sousa)

posseiros da fazenda, por prudência dos implicados, por acharem mais certo omitir o caso, de modo a não se complicarem com os processos em andamento do grupo que agora respondia em liberdade.

A volta à fazenda os fez pessoas livres, confiantes, ao pensar que daquele dia em diante, ao acreditar na sua força, no seu desempenho em cima daquilo que lhes pertencia, o seu trabalho traria progresso para o futuro, dias melhores. Mas a tranquilidade daquelas pessoas foi ameaçada por uma gente inescrupulosa. Condutores passaram a circular frequentemente no local da tragédia, entre o pôr do sol e a meia-noite, talvez em busca de oportunidades para uma desforra, ou para intimidá-los em plena conquista, desestabilizando-os.

À noite houve disparos de armas de fogo em frente à casa de Pio Nogueira. Identificado o autor dos disparos, Pio o denunciou à Justiça por intermédio da Fetraece, e o indivíduo, de classe alta, residente e domiciliado na cidade de Canindé, foi intimado pela Justiça para um corretivo. Desse dia em diante a paz voltou a reinar e tudo permaneceu calmo, tranquilo, como se nada tivesse acontecido.

JUSTIFICATIVA

Japuara, exemplo de luta social. A sua história permanece viva nas raízes de seu vergel, regada pelo pranto daqueles que ainda lamentam o sangue derramado de seus mortos.

Ainda hoje, o espírito de justiça clama nas tétricas e vagas noites, atordoado pelo som repetitivo de um tiroteio premeditado da polícia contra agricultores, por indução do fazendeiro que se julgava o dono da razão pelo poder capitalista. Dia após dia, noite após noite, entre 2 e 6 de janeiro de 1971 o fato foi consolidado.

Terra adorada entre outras mil... Berço materno dos filhos radicalizados; fixados no solo em que jaz o espírito dos seus entes queridos, que muito fizeram para merecê-la.

O sangue dessa gente continuará a correr, mas, desta vez, nas veias de uma nova geração que, apesar de exercer suas funções com lentidão, continua a sua obra por amor à terra íngreme, pela grande afeição dos filhos natos a seu torrão natal.

ECONOMIA

Situada a 12 km da cidade de Canindé, sentido sul, e ao norte de Campos, distrito da cidade franciscana, Japuaara responde por parte da renda do município com sua indústria de cerâmica, com três unidades em atividade, sendo uma delas associada aos moradores da região e as demais de propriedade particular, as quais têm contribuído com a economia do setor, dando melhores condições de renda às famílias residentes e aos forasteiros que migram em busca de trabalho.

A PRIMEIRA REFORMA AGRÁRIA DO CEARÁ

A resistência dos agricultores resultou na primeira Reforma Agrária ocorrida no Estado do Ceará. Um mês e dois dias após o término dos conflitos, o presidente da República assinou um decreto desapropriando a área da fazenda, com 36 lotes com tamanho de 37 a 42 hectares,² que beneficiou os antigos moradores.

Os lotes que limitam com a BR-020, sentido nascente ou leste, atualmente têm como titulares: João Bandeira, Francisco Laurino (Pretim), José Lúcio, Luís Gomes, Antônio A. Araújo (Bacafu), Alfredo 21, Valdemar 21, Joaquim Abreu, Jacó 21, Enéas Arruda, Plautos Sousa e José Mariano.

As limitações de fundos desses lotes têm os seguintes titulares: Roque Mariano, José Rosa, José Suterio, Chico Mariano, Expedito Arruda, Expedito Mendes, Bernardo Luzia, Félix Mateus, João Medeiros, Otávio Mundoca, Chico Mundoca e Tomaz Garrote.

São proprietários dos lotes que limitam com a BR-020, sentido poente ou oeste: Cícero Mariano, Raimundo Luís, Fransquim Luís, Joaquim Damião, Francisco Nogueira Barros (Pio Nogueira), Antônio Pinto, Joaquim Mendes, Geraldo Mariano, Antônio Mariano (Mundoca), Chico Arruda e Cícero de Pim.

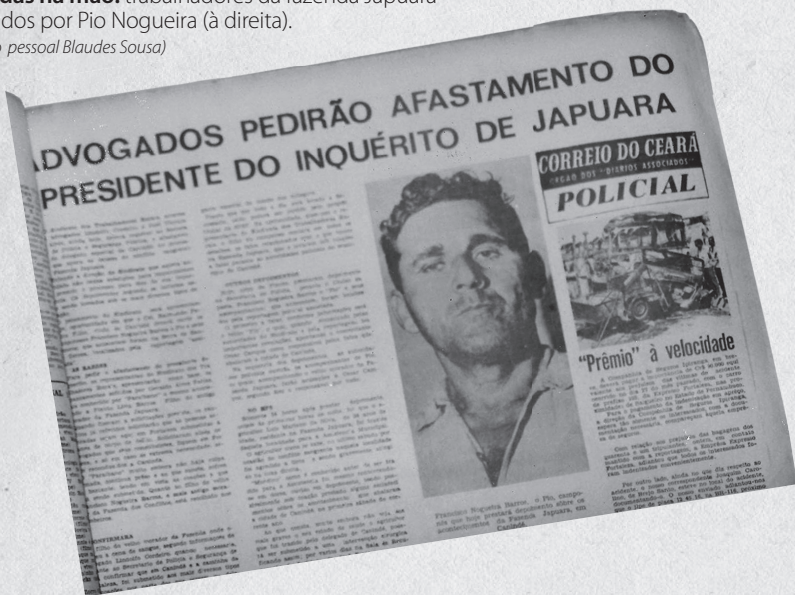
Antônio Bezerra Peixoto, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), foi o responsável pela entrega dos títulos agrários aos seus referidos titulares.

2. N.E.: Há divergências sobre os números. Segundo Blaundes, a extensão de Japura é de 1.540 hectares, divididos em 36 lotes, com 37 a 42 hectares. Barreira (1992, p. 56) afirma que foram desapropriados 3.645 hectares em benefício de 39 famílias, com lotes de 26 a 42 hectares. Gomes (2006, p. 35), apoiando-se em *O Povo*, de 4 fev. 1971, diz que a desapropriação beneficiou 70 famílias, com lotes de 52 hectares.



Enxadas na mão: trabalhadores da fazenda Japuará liderados por Pio Nogueira (à direita).

(Acervo pessoal Blaudes Sousa)



CAPÍTULO V

VIAGEM E AMEAÇA DE NOVA PRISÃO

Blaudes Sousa, liberado da prisão no Corpo de Bombeiros, onde passou 28 dias detido na companhia de mais seis detentos, decidiu permanecer em Fortaleza para cuidar da sua educação e buscar um trabalho digno. Queria estar em paz consigo mesmo e com a vida social que tanto sonhou, apesar de a vida não ter lhe proporcionado grandes oportunidades.

Em meados de 1971, após várias tentativas de encontrar emprego, recebeu uma proposta para viajar ao Mato Grosso, onde atuaria como vendedor ambulante de guarnição de cama, mesa e banho. Não pensou duas vezes. Partiu sem consultar a Justiça sobre os processos em andamento. Durante dois anos viveu entre Cuiabá, Rondonópolis e Campo Grande.

Em março de 1973, Blaudes foi intimado pelo Juizado da Vara Criminal de Canindé para o acom-

1. N.E.: Até 1977 havia apenas o Estado do Mato Grosso. O desmembramento em dois estados se deu em 11 de outubro daquele ano.

panhamento dos processos. Caso não comparecesse no tempo previsto seria decretada a sua prisão preventiva, e seu pai, Francisco Nogueira Barros, seria responsabilizado judicialmente pela ausência do filho.

Ao receber o telegrama do pai com a lamentável notícia de que Pio teria de responder pela sua ausência, renunciou a uma proposta de promoção a administrador na firma em que trabalhava como vendedor e regressou à terra natal determinado a permanecer no estado até que tudo fosse resolvido.

O que mais o revoltou foi ter que voltar de Campo Grande (MT)¹ para acompanhar tais processos, apesar de sua inocência, enquanto os maiores, causadores da tragédia, ficaram em plena liberdade, sendo representados diretamente pelos próprios advogados. Além de inocentar os agressores, os advogados incriminavam pessoas que entraram no campo de ação forçados a se defender contra um grupo de policiais, os quais tinham ordem de levar Pio Nogueira à cidade de Canindé, vivo ou morto.

O dia 2 de janeiro de 1971 entrou na vida dessas famílias não como uma saudação do ano-novo, mas trazendo lágrimas. Apesar da humilde esperança de paz, elas tinham muito mais a oferecer: prosperidade para uma Nação, doando-se com a própria força do braço.

Apesar das privações sofridas, Blaudes soube tirar seus proveitos da situação, escrevendo sua pró-

pria história entre quatro paredes cerradas, no inverso à luz do dia, a liberdade vista através de uma grade de ferro, o que o deixava com uma pergunta atravessada na garganta:

– Por que comigo?

A resposta lhe veio como título da obra: “O único álibi, a verdade”.²

2. N.E.: O texto, no qual Blaudes faz um exercício de criação poética, nascido da experiência na prisão, está no Anexo deste livro.



Sob os auspícios do Padre Cícero:

Blaudes mostra o retrato dos pais, na casa em que moram o irmão Luzardo e a esposa.

(Marta Cioccarl/MN-UFRJ, set. 2010)

CAPÍTULO VI

PIO NOGUEIRA, UM LÍDER

Um líder não vem a ser pelo individualismo do “ego”. Não se apresenta com o dito da própria índole.

O “eu” individual não responde por uma sociedade quando todos caminham unânimes por um ideal simultâneo, um plano em comum.

Ser líder é ter princípios; é viver socialmente, participando de uma causa social, por uma determinada razão. Quanto ao “querer”, é ter vontade ou intuição do que é real para com a vida em sociedade. Isto é ser líder.

Francisco Nogueira Barros – Pio Nogueira – era filho nato da terra trabalhada, cuja natureza foi lavrada pela força do braço e cultivada por amor à tradição de um convívio respeitoso. Como líder, implantava suas ideias, radican-do-as no meio social, buscando transmitir seus meios de sobrevivência a uma geração



Maria José e Pio Nogueira.

*(Retrato de família/
Acervo pessoal)*

1. N.E.: Refere-se à cartilha *Caminho Suave*, usada para alfabetização, também chamada de cartilha do rato porque o cartaz do "r" tinha o desenho de um rato.

inculta, que tampouco sabia a origem de suas raízes, a não ser através de sua cultura e de sua civilização.

Pouca gente entendia a sua mensagem, mas seguia seus rastros, confiante que suas pegadas eram firmes e mais do que seguras. Pio jamais vacilou nem nunca acreditou num fracasso.

Companheiros que se desviavam do caminho muitas vezes o faziam por descaso ou por impaciência, por falta de perseverança. Geralmente o fracasso os fazia arrependidos, mas por orgulho não voltavam atrás.

Pio Nogueira seguia os rastros dos companheiros desviados da luta e os convencia à reintegração, provando a capacidade de um verdadeiro líder. Convencida, a comunidade acreditava mais e mais na palavra daquele homem, dirigida a quem quer que fosse, sem nunca perder seu valor. Seu dito passou a ser lei perante muita gente que viu a realização de suas obras na localidade e se tornou base para um futuro próspero entre essas pessoas, não só para a comunidade, como para todos que ingressaram nessa luta com esperança de dias melhores.

Apesar de semianalfabeto, por ter estudado apenas a cartilha do rato,¹ Francisco Nogueira Barros debatia qualquer assunto entre doutores da lei, professores, religiosos...

Um homem simples, generoso e muito prestativo, sobretudo comunicativo. Qualquer que fosse o assunto em debate, demonstrava conhecimento adquirido dos livros que o rodeavam. Seu *hobby* principal era a leitura incansável de bons livros e costumava exibi-los

**Um camponês autodidata:**

ao carisma Pio Nogueira juntava o conhecimento aprendido em obras de religião, astrologia, meteorologia e direito.

(Acervo pessoal Blaudes Sousa)

aos amigos, deixando-os desejosos de possuí-los. Alguns deles: *Astrologia*, arte de prever acontecimentos com base na observação e posição dos astros; *Meteorologia*, estudo da atmosfera e dos seus fenômenos; *Nova Constituição Brasileira*, lei básica que estabelece o regime político e social de um Estado; outros similares, como o *Código Penal Brasileiro*, conjunto sistemático de disposições legais relativas a um ramo do Direito; o livro da vida, a *Bíblia*, obra fundamental, que serve de guia, considerada sagrada pelos cristãos; *A vida de Jesus*, desde a anunciação do anjo Gabriel a Maria, sua mãe, à ressurreição de Cristo. Isto faz ver de perto que suas ideias eram radicadas em obras consolidadas.

Ninguém conduziu bandeira à sua frente porque era a sua especialidade. Ele tinha o prazer de erguer a sua bandeira diante da luta, enfrentando obstáculos que se interpunham entre ele e seus objetivos. Sua

motivação era limpar o curral da injustiça e fazer fluir a luz de seu brio.

Hoje a comunidade Japuara vive agradecida pela prosperidade dessas terras, adquiridas com muita luta e bravura de um povo simples e humilde, que por meio de muito sangue derramado conquistou um dos primeiros casos de Reforma Agrária no país. O resultado dessa ação de mudanças no campo agrícola permanece ativo nessas terras até os dias atuais, onde filhos e netos desses heróis permanecem radicados usufruindo da obra de seus antecessores.

Francisco Nogueira Barros, o Pio Nogueira, já não existe entre nós. Resta apenas a lembrança de seu nome como um mito na história de uma Nação. Este homem foi e continua sendo um ser forte na memória de um povo que não o esquecerá.

Por termos vivido juntos, pai e filho, tal ato de insatisfação e de revolta, esse passado continua em minha memória. Aconteceu comigo!

Localizada ao sul da capital cearense, Canindé fica a 132 km de Fortaleza, com acesso à BR-020. E 12 km ao sul da cidade está a fazenda Japuara, onde meus pais viveram a maior parte de suas vidas. Maria José Sousa Barros, a Zeza, faleceu em 1997. Francisco Nogueira Barros, o Pio, faleceu em 1998. Os cônjuges descansam no seio da terra; no recinto em que eram esperados por seus entes falecidos. Que descansem em paz!

FAZENDA JAPUARA, CANINDÉ (CE),

2 DE JANEIRO DE 2011 – 40 ANOS DO CONFLITO.

Premonição em Lenha

Ào amanhecer o dia 02 de Janeiro de 1972, um dia de Sábado, Bfaudes Sousa, despertou um tanto apreensivo. O motivo, um sonho que tivera à noite como premonição do que havia de acontecer.

Estando sob o umbral da porta lateral, a direita, sentido Norte, casa ponto comercial, algo anormal, sucedeu inesperadamente. Caio de entre nuvens de neblina, uma grande chave mecânica, deendo aproximadamente, 80 cm de ponta a ponta com bocas serrilhadas de 70 mm de diâmetro, além de outras, ferramentas, para veículos de grande porte. Ao levantar a vista, buscando explicação para com o ocorrido, havia uma fumaça e fumaça fumaça no espaço nebuloso por onde, até passavam dois veículos marca Ticoia, um após outro e num movimento brusco, o nevoeiro fechava aquela passagem nos céus, sem deixar remanescentes de dúvidas. Seguiu o ato um forte barulho ruído, como som de uma grande explosão, repercutiu frente a casa, a mesma, tendo sua posição de antena, voltada para o portão de S, as margens da BR 020. Voltando-se de imediato, alívio de temer, cujo impacto, causou forte abalo no solo, aparentemente, um tremor de terra em grande escala. Bfaudes, apressou-se para ver de perto o que havia sucedido quando, deparou-se com uma grande estrutura de aço estufada ao solo, cujo impacto, provocou grande depressão no terreno, superior à sua capacidade de peso e tamanho, pela depressão provocada no terreno.

A máquina consistia num grande motor de porte, mas inadequado para os veículos rodoviários atualmente, em circulação nas vias rodoviárias.

Observação:

by remitec

Imagens oníricas: um prenúncio das violências que estavam por acontecer.



Vidas reconstruídas:

antiga casa de Pio Nogueira, onde ocorreu a destruição, hoje habitada pelo filho Luzardo.

(Marta Cioccarl/MN-UFRJ, fev. 2011)

SEGUNDA PARTE



Narrativa: uma descrição minuciosa das lembranças de Japuara.

2 3 4 5 6 5 D

Assunto:

O retorno de um mundo remoto, para as terras de origem, causou o reencontro de uma vida aparentemente invisível, com as raízes, arraigadas no céu materno, berço estável de onde partiu.

A convivência entre familiares seguia os seus costumes. Uma gente um pouco mais amadurecida, não foi difícil de uma nova adaptação. Quanto aos parentes e amigos, apresentavam-se um tanto complexos, talvez por inferioridade ou por ausência, a falta de comunicação, passado tempo. Mudanças de costumes influenciavam numa evolução diferenciada por motivos da migração dessa gente em tempo de escassez.

E assim, a arte de migrar para terras longínquas, me fez viver o pluralismo de uma liberdade que para sentir a sua estima, tive que dobrar os joelhos diante os caprichos do mundo para ser reconhecido e poder mostrar o meu tipo como alibi de uma liberdade ainda ameaçada pela lógica do sistema dominante.

As grandes cidades e campos agrários, se uniram no dia a dia, desse povo que crescem como trabalhadores turistas, conhecendo a importância de uma transformação que antes, era apenas sonho. Hoje, o conhecimento, os costumes com o saber agir, deram adeus a utopia trazendo ao mundo presente, suas inspirações feitas sonhos reais.

A minha história, narrava o meu testemunho em partes mais, a lei de Japuara, omitia tais razões diante manobras dos ditadores onde, cada ação...
... tinha o seu preço.

Após dias de espera para uma audiência mar-

Observação:

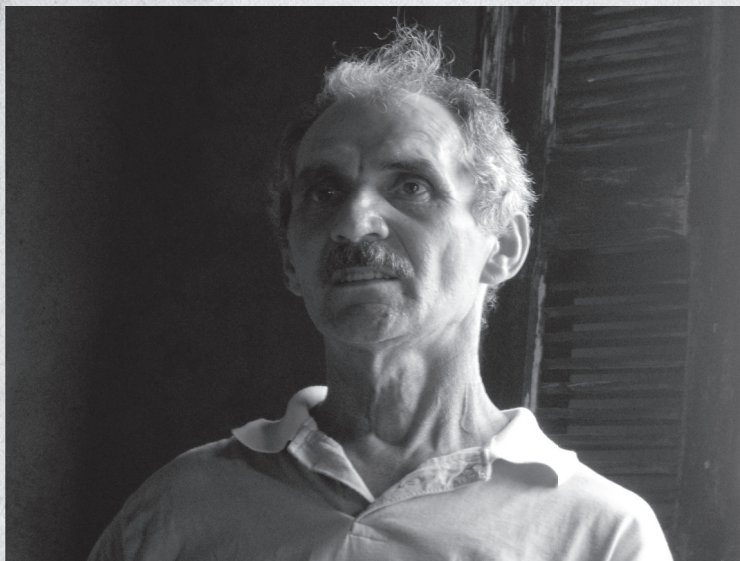
by romitoc

INTRODUÇÃO

ALINHAVANDO REFLEXÕES

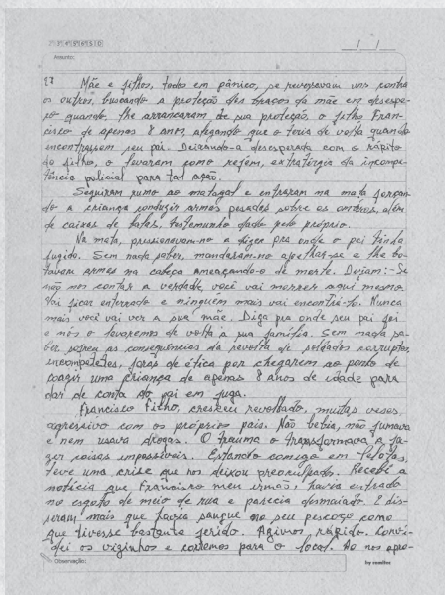
Após relatar os fatos ocorridos na fazenda Japura, o autor abandona a voz do narrador em terceira pessoa, supostamente mais neutra, que manteve na Primeira Parte do livro. Nos textos enviados para a edição a partir de janeiro de 2012, passa a assumir a primeira pessoa do singular, o “eu”, para falar do seu percurso desde então, das lembranças, das marcas que não podem ser apagadas e das profundas consequências desses eventos na vida da família Sousa Barros. Suas andanças pelo país, do Ceará ao Mato Grosso, do Rio Grande do Sul ao Maranhão, mostram como a experiência do conflito fundamentou seu senso de justiça e sua luta por um mundo melhor.

A partir da liberdade condicional, começa nova vida – já não pode ser uma retomada. Muito jovem, com pouca instrução, vai trabalhar no Centro-Oeste, depois segue para Pelotas, no sul do Rio Grande do Sul. Viaja para o Maranhão, compra um pedaço de terra e volta a ser agricultor. Então, junta-se a um grupo e participa de uma ocupação de terra. Torna-se professor e liderança, chegando a presidente da associação local de trabalhadores rurais. Depois disso, ainda voltaria ao Rio Grande do Sul.



Exemplo: os valores e a inteireza moral de Pio guiam as lutas de Blaudes.

(Marta Cioccarri/MN-UFRJ, set. 2010)



A construção de uma biografia: o autor recompôs histórias e teceu reflexões sobre si mesmo e sua gente.

CAPÍTULO VII

LIBERDADE CONDICIONAL

Na luta tivemos o apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará. O doutor Lindolfo Cordeiro, advogado ativo pela Fetraece, que esteve presente durante todo o percurso jurídico, também nos acompanhou voluntariamente no retorno até a fazenda Japuara. Foi conselheiro e fiel defensor. Chegado o momento da partida, num veículo oficial da Federação, Lindolfo Cordeiro foi mais expresso em suas advertências sobre os perigos do que poderia ocorrer, de tentativas de uma suposta retaliação por parte dos familiares inconformados pela perda de seus entes queridos.

Eu já havia traçado meus planos em torno do meu destino após a prisão. Não voltaria à fazenda com o grupo. Permaneceria em Fortaleza para retomar os meus deveres, o estudo e o trabalho – que muito deixavam a desejar –, na busca por dias melhores.

Recordações de um tempo que não voltará. Tive uma infância calma, tranquila. Digo, filosofando:

– Mais tranquila que água de poço.

Na minha adolescência fui um sonhador. Dava tempo ao tempo para a conquista de minhas ideias. Transformava-as em fantasias sobre folhas pautadas, marcando-as no bico da caneta. Historiava o meu mundo criando personagens fantásticos para contracenar com a própria vida e resguardava-os como relíquias após o grande sucesso vivido por minhas próprias emoções. Ressalvo: as minhas emoções eram espectadoras de minhas próprias criações.

A tragédia violenta da fazenda Japuara, onde vivi o envolvimento direto com o caso que me levou à prisão, bloqueou minhas intuições saudáveis. O pior de tudo: além de ter sido acusado, fui ferido psicologicamente. Através do estudo sonhava chegar aonde um espírito de luz me prometeu, um bom futuro. Ele disse: “Um dia hei de botá-lo no auge da vida!”

Isto me aconteceu em sonho. O encontro foi com dois seres celestes, que falavam ao mesmo tempo, numa só voz. Ele disse mais: “Nos fale sobre o sol em poesias”. Olhando fixamente o astro celeste, apesar de sua luz incandescente arraigar pelas escarpas dos céus com toda a sua ostentação, recitei maravilhas, exaltando-o como o astro da vida, com frases indecíveis, alcançando o apogeu de sua magnitude em descrição. Após o recitado, ouvi suas últimas palavras aprovando o meu dito: “Por isto hás de alcançar o auge da vida!” E partiram ocultamente, enquanto

fui tomado por um arrebatamento de alegria e muita emoção, sem a percepção do seu afastamento.

O reencontro com familiares e amigos fez-me sentir momentos de prazer espiritual, uma liberdade há muito esperada. O que mais me chocou foi a notícia de que familiares e amigos choraram ao pensar que eu havia morrido na chacina de Japura. O reencontro com essas pessoas me trouxe grande satisfação. Foi emocionante receber tanto carinho de pessoas ligadas por laços de amizade e laços de sangue.

Trabalhando como vendedor autônomo na cidade de Fortaleza, o destino cruzou meu caminho e me deu esperança de dias melhores. Convidado por amigas para um baile de carnaval no Clube Tiradentes, num dos bairros da capital, tivemos a companhia de seus pais, que entraram no samba com a mesma alegria da juventude em fúria.

No dia seguinte fui convidado a fazer uma viagem ao centro-oeste do país em missão de trabalho. Sem pensar nas consequências de um processo em andamento, por falta de orientação, pensando estar livre para todos os efeitos, participei a meus pais a decisão tomada sobre a viagem. Inocentes dos processos que tramitavam em silêncio na Justiça, eles me deram suas bênçãos e parti diretamente a Cuiabá, Mato Grosso, por todo o mês de março. Ao passarmos por Minas Gerais, um acontecimento desagradável me deixou com pulgas atrás das orelhas. Ao chegarmos à cidade de Montes Claros fomos comunicados de que teríamos uma demora na cidade para uma pres-

tação de contas, pois o patrão, chamado Jeomar, tinha comércio autônomo, crediário de rua na região. Teríamos de pernoitar na cidade e, no dia seguinte, partiríamos para o destino desejado.

Aproveitamos para conhecer um pouco a cidade na companhia de um dos seus trabalhadores, conhecido por Jonas, e, ao chegarmos, Jeomar o esperava enfurecido, feito uma fera ferida. A revolta estava no olhar esmagador do patrão, prestes a atacar quem o contrariasse. Permanecendo todos calados, esperávamos a reação do homem encolerizado, quem seria sua presa predileta e o motivo para tal menosprezo com os demais do grupo. Encarou Jonas e o atacou com palavras maldosas, sem chance de defesa. O rapaz tentou articular uma defesa. Jeomar o agrediu, desarticulando-o. Sem equilíbrio, Jonas caiu a seus pés e foi humilhado, pisoteado. Com o pé sobre seu pescoço, ele botou o revólver sobre sua cabeça e ameaçou lhe botar uma bala na cara se o interrompesse. Percebia-se que o sujeito tinha prazer de humilhar alguém na frente dos outros, para intimidá-los e dominar a todos com sua autoridade destrutiva.

No dia seguinte, partimos cedo e Jonas foi levado a Mato Grosso no compromisso de trabalhar para pagar uma conta, de origem suspeita, segundo o rapaz. Isso me deixou intrigado: trabalhar para alguém tão violento e pouco confiável. O contato responsável por minha ida a Mato Grosso, o pai de minhas amigas, não viajou conosco e foi a única vez que o vi, desde o convite da viagem até os dias de hoje.

Chegando a Cuiabá, tudo parecia às mil maravilhas. Fomos recepcionados por vizinhos que se tornaram amigos, o que nos facilitou uma adaptação cultural e uma convivência plena. Quanto à moradia, casa simples, com laterais livres, baldios e fundos, aparentemente uma reserva em abandono, desprovida de cuidados.

LOCAL DE TRABALHO E DE MORADIA

Instalado o escritório na parte da frente do prédio, em compartimento único, logo após vinha o depósito, este lotado até próximo ao telhado, desprovido de qualquer proteção de higiene, com mercadorias diversas: guarnição de cama, mesa e banho, para qualquer categoria, ou seja, classe social. A casa era de modelo antigo, construída com quatro grandes repartições, mais um banheiro interno. Habitávamos os fundos, terceiro e quarto compartimentos, com acesso por uma porta no terceiro recinto, num curto recanto de parede, a que se seguia um estreitamento da quarta peça, com banheiro e WC. Quanto aos empregadores, instalaram-se em estabelecimento com acesso a uma vida farta, com direito a tudo que o dinheiro possa dar.

No dia da chegada à cidade de Cuiabá, Edson Rebolso, o Dissim, e Jeomar, sócios, saíram para um passeio pela cidade, acompanhados pelos demais empregados, compromissados com o trabalho autônomo, enquanto eu, Blaudes Sousa, membro do grupo,

decidi ficar para botar a casa em ordem, fazer a limpeza, pois tudo parecia um abandono na sujeira.

Ao iniciar tal limpeza percebi a presença de Jonas, o rapaz levado para pagar por uma dívida – teria sido vítima de um golpe baixo de um explorador. Ele estava a caminhar nos fundos da casa, por entre arbustos no terreno matagoso.

Pegando a vassoura, dei início à limpeza pela sala, terceiro compartimento da casa, com acesso à porta do depósito e da saída para os fundos baldios. Iniciada a limpeza, dei de vistas com um volume suspeito, envolto em uma toalha de banho, cor vermelha, com forma de paralelogramo, medindo cerca de 20 centímetros de largura por 80 centímetros de comprimento. Fiquei ansioso para conhecer o conteúdo do pacote. Abri cuidadosamente o embrulho e surpreendi-me: era um maço de dinheiro, com cédulas de maior valor. Preocupado com tal sucedido, de alta responsabilidade, voltei a embrulhá-lo e tratei de tomar precauções para que não chegasse ao conhecimento do rapaz já envolvido com o episódio de endividamento no Estado de Minas Gerais.

Com o pacote ainda no lugar de abandono, forcei a porta do depósito. Por sorte, estava sem tranca. Peguei o fardo, que era de bom tamanho e peso, e providenciei o seu esconderijo por entre as mercadorias, aliviando-me. Permaneceu sob minha guarda aquele fardo de valor desconhecido, passando a ser de minha responsabilidade até que seus verdadeiros donos voltassem do passeio. Che-

gados, pedi a presença dos dois, Edson e Jeomar, e ao abrir a porta do depósito surpreenderam-se por tê-lo deixado sem tranca, o que para eles foi falta de atenção. Ao entrar, me olharam intrigados. Quando puxei de entre as mercadorias tal pacote percebi em seus gestos o susto e como se reversavam entre si. Atônitos, questionaram-se por tal falha, responsabilizando um ao outro. Após contar-lhes o ocorrido, de como foi encontrado e as precauções tomadas, pegaram o pacote e foram mais precavidos em relação às suas economias.

No dia seguinte, o primeiro de muito trabalho na cidade recepcionista, tivemos um sol bastante ostentoso. Éramos humildes nordestinos em busca da sorte em terras estranhas. Foram muitos dias de trabalho duro, mal remunerado. Quando, então, Edson Rebolso e Jeomar resolveram abrir cobranças na cidade de Rondonópolis. Trabalhado o dia, acharam pouco rendimento e decidiram deixar dois responsáveis pelo trabalho para dar continuidade ao empreendimento, ampliando o negócio para melhor arrecadação ou, quem sabe, aplicar um de seus golpes.

INTERPRETANDO A VIDA

A razão do ser frágil é como o sonho que vive no inconsciente enquanto se dorme e morre no despertar, por incapacidade de torná-lo real. Mas as lembranças transformam-se em esperanças no ressurgir de um novo dia.

Por probabilidade do poder, assim agiram os patrões sem consultar a ninguém a respeito de quem ficaria fazendo o trabalho na cidade de Rondonópolis. Por conta própria fizeram suas escolhas. Entre os empregados, escolheram Blaudes Sousa e Jonas, eu e o cujo, que, segundo Jeomar, o trapaceou com alta soma de dinheiro, na cidade de Montes Claros, onde trabalhava com vendas e cobranças. Ambos ficaríamos para dar continuidade à abertura de cobranças e arrecadarmos semanalmente as parcelas do combinado. No momento, refleti como trabalhador, não podia escolher posição ou condições, muito menos determinar como levar a vida em terras longínquas, a muitas milhas de meu torrão natal. Sem pensar no pior, silencieei, em concórdia com a decisão.

Passaram-se alguns meses, as vendas e a arrecadação pioravam no decorrer do tempo. Nos finais de semana Jeomar aparecia para arrecadar o apurado, sempre reclamando do pouco rendimento.

Numa das prestações de conta, Jeomar fez uma contabilidade à sua maneira e nos passou uma senhora soma em débito, uma rentabilidade a favor dele, dizendo que tinha um desfalque de um milhão e quatrocentos mil cruzeiros, moeda corrente na época. De carranca fechada não deu assunto e saiu, voltando momentos depois. Em sua ausência, chamei Jonas para uma conversa a respeito do desfalque, o mesmo jurou por tudo não ter cometido fraude nenhuma para causar tal desconfiança e advertiu ser mais uma das manobras de Jeomar para nos endividar. Senti em

suas palavras o temor de quem não havia esquecido o passado e arrematei falando das intenções do patrão e que se preparasse para o pior.

Não tardou, Jeomar entrou no pequeno quarto, um cubículo. Encostando a porta começou uma agressão verbal; dirigindo-se ao empregado, o agrediu com palavras difamantes. Assustado com a presença violenta do patrão, Jonas baixou a cabeça sem reação, humilhado. Cabisbaixo, afastou-se, encostando-se à parede, onde foi agredido fisicamente. Segurado pelo bical do colarinho e empurrado de encontro à parede, o rapaz teve uma arma apontada para sua cabeça. Estático, amarelou.

De súbito saltei, segurando o agressor com um golpe de braço, lhe tirando a chance de revidar. Com o braço torcido para trás, estava imobilizado, e o cano de sua arma encostada na sua nuca. Sugerí que apertasse o gatilho. O homem, colérico, me ordenava que o soltasse, ameaçando vingar-se. Mas o que podia fazer se estava sujeitado, sem reação para seus atos absurdos? Qualquer reação de força o sujeitava, forçando seu braço para cima.

Tentei levá-lo para fora. Entre trancos e barrancos, chegamos à porta e, com a ponta do pé, consegui abri-la e o empurrei para a rua. Ele disse que o que eu estava fazendo era uma humilhação imperdoável. Retruquei:

– Humilhação, Jeomar? E o que vocês faz com seus empregados, é lícito? É direito de patrão? O que você tem feito se não humilhar-nos o tempo todo?

Ele replicou:

– Ninguém me entende!

– Quer ser entendido? Procure ouvir as pessoas. Ser empregado não quer dizer que essa gente não tenha suas razões. Sem um entendimento mútuo ninguém chegará a lugar nenhum. Vou soltá-lo. Mas não tente piorar as coisas.

Então interferiu, tentando soltar-se.

– Do contrário o quê? Quer dar uma de moralista para cima de mim?

Na sua tentativa de soltura, ergui seu braço com força para cima, alcançando o máximo de sua articulação. Ele pediu clemência.

– Tá bom, tá bom!

– Você que me obriga a tomar decisões impen-sadas.

– Só quero que me solte!

– Promete não tentar nada contra mim ao se ver livre?

– Você sabe que eu não tentaria nada contra você.

– Eu não sei de nada. Pelo que vejo, você com suas investidas violentas... Quem gostaria de tê-lo como adversário com toda essa má fama? Apesar de tudo, tenho muito respeito por você. Em troca disso você me decepciona.

– Meu problema não é com você. Você tomou as dores pelo outro.

– Se existe outro, este seria eu, no lugar dele, atingido indiretamente.

Num espaço de tempo em que o silêncio abrangia a minha indignação, soltei o homem em fúria, que me olhou atravessado. Esquivando-se colocou a arma na cintura, indo diretamente ao carro. Deu partida, saiu de arrancada, parecendo ter feito aquilo como ato de intimidação. Ao se distanciar, cheguei a me perguntar: será que valeu a pena uma ação tão nobre por um ato de covardia, em que o sujeito que se diz inocente não demonstrou ser vítima de uma causa injusta?

Esta dúvida permaneceu em meus pensamentos por muito tempo. Após ser alforriado de suas dívidas por Edson Rebolso, o sócio de Jeomar, Jonas partiu para São Paulo com os seus familiares. Depois, vim a saber de sua confissão: tinha sido ele o responsável pelo desfalque em Rondonópolis. Havia responsabilizado Jeomar porque sabia que o patrão tinha o costume de aplicar esse golpe em seus empregados.

No amanhecer do dia seguinte à confusão, batidas na porta nos despertaram com uma única razão: a presença do patrão com cara de quem comeu e não gostou. Abri a porta um tanto receoso, deixando que o patrão opressor entrasse para a retomada de seus insultos, o que inevitavelmente roubou o espírito de paz no novo dia.

Da porta observei a presença de seu sócio, Edson Rebolso, escorado no veículo a uns 50 metros do pequeno imóvel de aluguel que ocupamos por pouco tempo.

Naquele momento não houve alterações nas atitudes do patrão. Enquanto passava suas normas para o companheiro, saí para saudar seu sócio, que me recebeu com poucas palavras.

Nesse mesmo dia viajamos para Cuiabá, onde trabalhamos cativos, comendo o pão que o diabo amassou.

O tempo passou como tudo passa, mas uma coisa marcou minha vida: confiar desconfiando e nunca me sujeitar aos caprichos de patrão. Por esse motivo me dediquei a trabalhar por conta própria, por não suportar a ideia da sujeição.

Certo dia, cheguei do trabalho por volta das 13 horas e perdi a hora do almoço, a principal refeição do dia. Motivo: havia um contrato de refeições para todos os empregados, em local não apropriado. O sol estava inclemente, de 40°C, mas a sensação térmica era ainda mais quente. Jeomar exigiu que eu voltasse para o trabalho em cima do rastro, para cumprir o ritual dos horários, pois não lhe importava a condição alimentar de seus trabalhadores. Contestei, mas o patrão achou que eu queria lhe afrontar e partiu para a agressão verbal.

A sede de justiça me encorajou a ponto de encará-lo de frente. A sua indiferença tinha uma finalidade: tirar proveito do trabalho forçado através do grito, da humilhação. Eu o defrontei sem agressividade. O homem investia na força da fama, mantendo-me sob pressão, para intimidar-me. Há pouco havia instalado seu escritório, comprado um móvel, uma

escrivaninha de último lançamento, como quem quisesse exibir o seu capital àquelas simples pessoas de quem dependia tal posição. Não tolerava que chegasse perto de seu móvel a ponto de tocá-lo com a mão.

Revoltado com tantas humilhações, sentei-me apoiando o lado direito do corpo sobre sua escrivaninha. O homem ficou a bradar para que eu me levantasse e me afastasse de sua mesa. Sentado, sugeri que ele mesmo usasse o seu poder para me tirar dali. Acovardando-se, baixou a cabeça, pensativo, e se deu por vencido. Saímos do impasse.

Tempos depois, ambos os sócios decidiram entender o comércio para o sul do estado, a cidade de Campo Grande, segunda em população e desenvolvimento. Partimos de Cuiabá na esperança de recuperação de um passado mal remunerado.

Jeomar voltou para Cuiabá, onde permaneceu com atos de trampolinagem, enquanto Dissim instalou-se em Campo Grande, trabalhando e prosperando em harmonia com seu grupo. Após um determinado tempo, com a ausência de Jeomar, então numa de suas viagens para o Nordeste, Dissim precisou ir a Cuiabá e falou-me para assumir a administração do comércio em sua ausência.

Contabilizei tudo nas pautas de um caderno, sob o bico de uma caneta, durante dias, até o retorno do patrão para a retomada de suas atenções. Uma prestação de contas montanhosa. Foi um dia de muito trabalho, com a conferência das cobranças, tudo contabilizado na máquina calculadora de braço mecânico.

Após fecharmos o caixa, Edson Rebolso disse:

– Você tem em caixa oito milhões de cruzeiros.

Era muita coincidência uma contabilidade tão elástica com um total exato, sem mais nem menos. Automaticamente respondi:

– Está errado. Não me leve a mal. Vamos corrigir as cobranças novamente.

Pacientemente, foram conferidas todas as cobranças do fichário. Concluído o trabalho, repetiu-se a mesma totalização.

– Blaudes, não sei o tamanho do erro, seja lá o que for, o erro não está na contabilidade. Você mesmo acompanhou. Conferimos ficha por ficha. Eu lamento.

Olhando nos seus olhos, respondi:

– Você lamenta? Vou pegar o dinheiro – E saí como quem não tivesse nada a perder, apesar de fingir um gesto de perdedor. Voltando com o dinheiro, coloquei sobre a escrivaninha oito pacotes de um milhão de cruzeiros.

Após conferir o montão censurou, aliviado:

– Oh, rapaz! Você me fez repetir todo esse trabalho por uma simples brincadeira? Deveria ter evitado esse vexame.

– E você, Dissim, achou que eu estava em falta com a casa?

Para fim de conversa pedi desculpas por confundir a ordem do trabalho e me retirei, voltando com quatro maços de dinheiro, totalizando quatrocentos mil cruzeiros. Coloquei sobre a escrivaninha dizendo:

– Aqui está! Isto não me pertence. Caso queira dividir com teu sócio, faz isso, se não, pra mim não faz diferença.

Ele me olhou surpreso, como quem não acreditava no que estava acontecendo e disse:

– Com esta você me surpreendeu. Pensei ter faltado dinheiro.

– Caso tivesse faltado, o que faria?

Curvou a cabeça sobre a mesa, pensativo, permaneceu calado.

O tempo passou e, com isto, conquistei a confiança e a admiração do patrão, que passou a me respeitar e confiar na pessoa que eu mostrava ser.

Em outra ocasião, em que Jeomar tinha ido a Fortaleza, Dissim fez sua viagem de rotina a Cuiabá me deixando na administração. Apesar de ter meus trabalhos de rua, vendas e cobranças, dava para conciliar, considerando a confiança, chave do negócio, para cumprir o dever com honra e honestidade.

TOMADO PELA REVOLTA

Quanto às visitas de Jeomar a Campo Grande, eram constantes. Numa dessas, vindo de Fortaleza, surpreendeu-se com a minha atuação na administração, na ausência do sócio, em viagem a Cuiabá. Não gostou da decisão. Enfurecido, exigiu uma prestação de contas de imediato, de todo movimento decorrido nos quatro dias de ausência do sócio, não sabendo ele que aquela não era a primeira vez e que tudo sucedeu

com muito sucesso. Mas, diante de suas razões de dono da situação, tive que descartá-lo, dizendo que só haveria uma prestação de contas com a presença daquele que me confiou a posição administrativa do comércio e que sua insistência só lhe causaria mais aborrecimentos.

Tendo a chave do depósito em mãos, Jeomar fez uma contabilidade à sua maneira. O que me preocupou foi a desordem que havia deixado no fichário. Finalizando, perguntou-me quanto havia em caixa. Respondi qual era a quantia exata da arrecadação. Ele retrucou que, na sua contabilidade, faltavam duzentos mil cruzeiros e que eu teria de repassar todo o dinheiro arrecadado. Reagi automaticamente contra sua arrogância:

– Essa é a quantia em mãos. Se te serve, tudo bem. Se não...

– O seu dever é passar tudo quanto foi arrecadado – revidou, tentando me vencer no grito.

Jeomar, apesar de tantas lições, ainda não sabia com quem estava tratando de negócio. E lhe respondi à altura:

– Não gosto, assim como não aceito, a forma como faz a prestação de contas com teus empregados. Se tem saldo, tira o que tem, o deixando no zero; se não, estipula dívidas a ponto de deixá-lo endividado, trabalhando como escravo de teus caprichos. O dinheiro está guardado. De lá eu garanto que ele não sairá enquanto não fizer uma prestação de contas justa, a ponto de não me deixar endividado.

Furioso, exigiu a entrega da quantia em caixa. E mais, disse que Dissim pagaria por confiar a administração de seu comércio a estranhos. Respondi que suas ofensas só piorariam a situação e não haveria repasse de dinheiro nenhum se não contornasse a situação com bons atos.

Num entra e sai, como quem quisesse partir, mas dependia da grana para cumprir os seus deveres, pediu-me a entrega da quantia para um depósito de urgência. Com isso, considerei sua rendição e sugeri que fizesse um recibo da quantia declarada e o dinheiro lhe seria entregue. E acrescentei que prestação de contas só a quem havia me confiado tal posição, apesar de não ser remunerado por tais serviços, fora de meus deveres de rotina. Assim, saímos do impasse. Passado o recibo, lhe entreguei a quantia de cinco milhões e duzentos mil cruzeiros. Conferiu como quem tivesse pressa e partiu sem dizer um até breve.

Com a chegada de Edson Rebolso me senti aliviado ao lhe passar as chaves do depósito, caderno de anotações e o apurado depois do equívoco com seu sócio. Sabendo do seu retorno, vindo de Fortaleza, agiu com naturalidade, o que me pareceu que já havia tido contato com Jeomar em Cuiabá. Ao saber da reação do sócio e de suas façanhas, sorriu com escárnio, como quem estivesse acostumado a conviver com a tramoia do sócio trapaceiro. Passando o recibo do dinheiro entregue e o apurado, adiantei mais sobre a antecipação de seu sócio com suas contabilidades errôneas, com falta de duzentos mil cruzeiros.

Exigi uma prestação de contas com seus caracteres responsáveis, mas Dissim disse assumir sua posição sem a necessidade de botar em prova a capacidade de alguém de sua inteira confiança por motivos temperamentais de uma pessoa alucinante, e assumiu, dando o dito por não dito. Desse momento em diante seguimos na luta como dois amigos confiáveis, sem comentarmos o passado.

Certa ocasião, chegando de um longo dia de trabalho, encontrei Jeomar um tanto agitado, discutindo com seu sócio, este sentado atrás de sua escrivaninha. Ao entrar no recinto fui encarado por Jeomar, que dizia estar à minha espera. Respondi de imediato:

– Não está mais! Acabei de chegar. O que se passa que não é do meu conhecimento?

– Como que não é de seu conhecimento? Encontrei todas as suas cobranças atrás da casa e diz não ter conhecimento do mal feito?

– Alto lá! Não sou eu o responsável pela chave do depósito. Se alguma coisa foi tirada daqui não me responsabilize por isso. Se isso que diz aconteceu mesmo, a responsabilidade cabe a quem me persegue. Como não encontra brecha pra me incriminar, trama qualquer coisa para vencer sua vítima mantendo-a humilhada, sem chance de defesa. Esta é mais uma de suas cartadas.

Tomando a palavra como quem se achasse por cima da carcaça, continuou com suas insinuações intrigantes:

– Você jogou as cobranças fora para dar o golpe.

– Golpista é você, Jeomar, fazendo trapaça com seus empregados para mantê-los endividados sob seus caprichos.

A discussão se agravou e Jeomar foi até a valise, deixada em cima de uma banquetta num canto da parede, tirou o revólver e, ao colocá-lo na cintura, volveu-se como um monstro endiabrado. De súbito, saltei a seus pés, decidido a enfrentá-lo, apesar de ameaçado. Com o dedo abanando seu nariz, protestava corajosamente:

– Queres me intimidar em posse dessa arma? Se fostes homem para botá-la na cintura como ameaça à minha pessoa, seja homem para usá-la.

Fui tomado por uma revolta inominável. Olhando a sua face não conseguia ver seus olhos. Transformou-se num rosto embaçado, sem brilho; difícil entender as suas intenções, o que realmente tencionava de posse de uma arma na cintura. Como não lhe dei espaço para segundas intenções, foi se afastando de costas rumo à porta, passo a passo. Quando do lado de fora do depósito, no interior de outro quarto que dava acesso à sala, lamentou-se:

– Minha vida é ser humilhado por empregado e ter de aguentar calado pelos seus mal feitos.

Respondi no ato:

– Falou muito e não disse nada. Ao contrário, a sua vida é humilhar seus empregados, considerando-os ladrões, mas hoje sabemos quem de nós dois é o ladrão. E não tente nada. Se me ferir, garanto que ainda te pego.

Ao passar da porta da sala virou-se e saiu esturando mais do que um leão ferido após um grande duelo. O que realmente aconteceu foi um grande duelo entre duas pessoas expressando suas razões.

Dissim sentado estava, sentado ficou. Com um chapéu de palha quebrado na testa, os cotovelos sobre o plano da mesa e as mãos de um lado e outro da face, como quem tapasse os ouvidos por tal zoada, presenciava tudo em silêncio. Não opinava com um sim ou um não, para defender ou condenar a ninguém, muito menos um gesto justificante, para dar ou tirar razão de quem quer que fosse.

Ao voltar-me, desculpei-me pelo episódio. Dissim permanecia sentado rabiscando uns papéis. Respondeu-me com naturalidade:

– Não esquentar! Tudo terminou bem – continuou rabiscando, como quem escrevesse sobre a própria vida.

Ao vê-lo mergulhado em seu silêncio, decidi respeitar o seu jeito de agir e me retirei a pegar um ar livre, como de costume, sempre que sinto o ambiente pesado. Respirar um ar puro e sentir a aragem soprar no rosto, ainda ofegante, foi como sentir a conquista da liberdade.

Após uns dois meses da polêmica desonrosa de Jeomar, o último debate oral que tivemos, recebemos a notícia da venda do comércio, com crediário de rua, para uma dupla de nordestinos, Chico Paché e Nilson Costa, e do pedido de nossa continuação no trabalho.

Isto aconteceu sem o consentimento dos trabalhadores, que há muito atuavam por quase nada, relacionando o trabalho a um salário fantasma ou a uma remuneração que nunca existiu.

Quanto ao resultado do acerto de contas com os empregados, eu vim a saber, por Dissim, que Jeomar tinha viajado para o Nordeste sem planos de retorno. E adiantou que brevemente estaria a caminho para sua terra natal. Quanto ao acerto de contas, ele me pagaria a sua parte de duzentos mil cruzeiros e a outra parte caberia a Jeomar, totalizando quatrocentos mil cruzeiros. Essa segunda parcela, cansei as pernas andando do bairro José Walter ao do Picí, em Fortaleza, para receber o único saldo, referente a dois anos de muito trabalho. Esse foi enterrado com Jeomar na cidade de Fortaleza.

Ele fez um pacto com um amigo de que o que morresse primeiro viria buscar o outro e assim aconteceu. Seu amigo morreu num acidente de carro em Fortaleza e, após um ano, ao passar no local do acontecimento, Jeomar veio a óbito. Apesar de andar acompanhado com enfermagem no seu veículo onde quer que fosse, o chamado o levou ao local do acidente fatal do amigo pactuante, coincidindo a hora, dia da semana e o mês de óbito. Ao chegar ao local, não se sentiu bem, parou o veículo e piorou a ponto de sua enfermeira chamar socorro. De nada adiantou. Entrou em óbito ali mesmo, cumprindo-se o pacto dos dois amigos abastados, donos de grandes somas em dinheiro.

Minha estadia com Chico Paché e Nilson Costa foi de curta duração, mas de bons lucros. Com poucos meses de trabalho, Nilson, que assumiu a direção dos negócios, teria de viajar ao Nordeste. Tinha planos de passar em Belo Horizonte para a compra de um carro do ano e seguir viagem à terra natal. Para isso pediu que eu ficasse na administração, dizendo ele que viajaria tranquilo deixando o comércio sob minha responsabilidade.

—Com o telegrama em mãos, falei para Nilson, entregando-lhe o documento:

— Pintou problema, meu amigo!

O patrão, sentado atrás de sua escrivaninha, me olhou com os olhos aflitos, como se premeditasse um retrocesso nos planos.

Nilson, desconhecendo o assunto abordado, fez questão de se inteirar da história, suspeitando ter tido notícias de supostos fatos. Após a narração do resumo do episódio, apesar de aparentar tristeza, demonstrou sua solidariedade à minha decisão: o retorno às minhas raízes para eliminar os males que ainda retinham minha liberdade.

Marcada a data da viagem, foi planejada pelos amigos uma festa de despedida — marco de uma amizade inesquecível. Chegado o dia, parti saudosamente, pois sabia que naquela cidade havia conquistado a credibilidade do saber se doar sem o medo da traição, há tão pouco vivida em minhas origens. Apesar da liberdade trabalhista, valeu apenas enquanto durou.

A DIVISÃO DE MATO GROSSO

Campo Grande vivia numa grande luta pela divisão de Mato Grosso. A década de 1970 foi um período de grandes expectativas políticas no estado. O tempo passou e o sonho tornou-se real na vida política da região. A bandeira nacional ganhou mais um símbolo, o do Estado do Mato Grosso do Sul, tendo como capital Campo Grande. Sinto-me lisonjeado por ter convivido com esse marco de desenvolvimento político e geográfico da história deste país, que tem muito a mostrar, sem limites de fronteiras, o que o torna admirável perante outras nações.

(Acervo pessoal Blaudes Sousa)

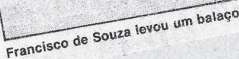
As 2 horas da manhã de ontem, moradores da Avenida Pontes Vieira proximidades da casa 1234, ouviram um estampido e saíram de suas casas para ver o que havia ocorrido e encontraram o corpo de um homem caído no meio da rua, com sangue. Os de-

As 2 horas da manhã de ontem, memorandos da Avenida Pontes Vieira proximidades da casa 1234, ouviram um estampido e saíram de suas casas para ver o que havia ocorrido e encontraram o corpo de um homem caído sobre uma poça de sangue. Os de- legados Celso Moura e Valmir Alber- tino, de plantão, mobilizaram peritos do Instituto de Polícia Técnica e componentes do Grupo de Apoio Po- licial, a fim de tentarem colher maio- res informações a respeito. O rapaz havia levado um tiro na testa tendo morte instantânea. Não quem quis dar maiores detalhes a respeito. Um maior levava consigo uma ca- rrega de documentos fo

A vítima levava consigo uma carteira com documentos pessoais e maiores detalhes a respeito. A vítima levava consigo uma carteira e através dos documentos foi identificada como sendo Francisco de Sousa Barros, de 21 anos, natural de Canindé, filho de Francisco Nogueira Barros e de Maria José Sousa Vieira, residentes na Avenida Pontes Vieira, 1212. Os familiares do jovem subseqüente de sua morte às 3 horas da ma-

nhã e estiveram na Secretaria de Segurança Pública providenciando a liberação do corpo para sepultamento. Eles queriam uma explicação para o fato, mas suas perguntas, por enquanto, não tiveram resposta.

Preliminarmente, policiais do GAP constataram em suas diligências no local que o vigia da casa 1234 é o principal suspeito. Seu nome ainda não foi dado a conhecer. A partir de hoje, o delegado Luís Coelho, titular da 4ª Distrital, dará seguimento às investigações e chamará o acusado para prestar esclarecimentos. Aparentemente não houve motivo para a cometimento do delito. Pessoa que reside nas imediações da casa 1234 pode ser notificada pois é possível que alguém tenha ouvido qualquer discussão entre a vítima e o criminoso. Espere-se que até o final desta semana, a 4ª DP tenha qualquer pista que leve à elucidação do crime. □



(Marta Cioccarì/MN-UFRJ,
set. 2010)



CAPÍTULO VIII

À DISPOSIÇÃO DA JUSTIÇA

O retorno de um mundo remoto para as terras de origem causou o reencontro de uma vida aparentemente volúvel com as raízes arraigadas no seio materno, berço estável de onde parti.

A convivência entre familiares seguia os seus costumes. Uma gente um pouco mais amadurecida, não tão difícil de uma nova adaptação. Parecia-me, no entanto, que parentes e amigos se apresentavam um tanto complexos, talvez por sentimento de inferioridade ou pela minha longa ausência e falta de comunicação. Passado o tempo, mudanças de costumes influenciavam numa evolução diferenciada por motivos de migração dessa gente em tempo de escassez.

E, assim, a arte de migrar para terras longínquas me fez viver o dualismo de uma liberdade: para sentir a sua estima tive de dobrar os joelhos

diante dos caprichos do mundo para ser reconhecido e poder mostrar o meu brio como álibi de uma liberdade ainda ameaçada pelas lógicas do sistema dominante.

As grandes cidades e campos agrários uniram-se no dia a dia desse povo que cresce como trabalhador, que deambula de um lugar para outro, conhecendo a importância de uma transformação do que antes era apenas sonho. Hoje, com o conhecimento, os costumes e o saber fazer deram adeus à utopia, trazendo ao mundo atual suas inspirações, feitas sonhos reais.

Após dias de espera para uma audiência marcada com meses de antecipação, fiquei inquieto, impaciente para notificar minha presença nos processos perante o árbitro que exigia minha volta, sob pena de ter minha prisão preventiva decretada. Meu pai pedia que eu tivesse um pouco mais de paciência, pois faltava pouco mais de um mês para a audiência, mas antecipei-me indo à casa do magistrado. Essa estratégia de pressão estava rigorosamente fora da ética. Ao ser recebido em sua residência com apreço, relevei tal atitude.

O magistrado, agradecendo minha presença antecipada, adiantou:

– Apresente-se no dia determinado. Sua presença nos processos será indispensável.

Então, nos despedimos. No dia da audiência me fiz presente na chamada dos réus. E, na sequência, continuei comparecendo fielmente a cada uma das audiências relativas ao processo de Japuara.

A esta altura Lindolfo Cordeiro, advogado pela Federação dos Trabalhadores, já estava fora dos processos do caso Japuara por responder a processo resultante de calúnias – era acusado de ser o incentivador do equívoco entre lavradores e fazendeiro, causando a chacina de 2 de janeiro de 1971.

Doutor Leandrios, advogado particular constituído pelos agricultores, defendia os implicados nos processos. Contratamos, já que o poder público não nos dava o direito de um defensor.

Com o passar do tempo, resolvi aguardar as audiências trabalhando e estudando na cidade de Fortaleza.

Nos dias de audiência, eu me encontrava com o doutor Leandrios na rodoviária para viajarmos a Canindé e participarmos da sessão forense, o acusado e o defensor. Apesar de conversarmos o tempo todo sobre o ocorrido, viajando de Fortaleza a Canindé, doutor Leandrios ficava consternado por minha posição em relação à do mandante. Como jovem, eu tinha meus sonhos defasados por motivos banais, enquanto César Campos, o mandante que causou a tragédia, nunca compareceu a audiência nenhuma para justificar seus atos.

Certo dia, numa dessas viagens, doutor Leandrios me adiantou que, em breve, eu teria boas notícias. E não foi muito longe. Nessa dita viagem, após a audiência, ele me chamou e disse:

– Consegui sua liberdade. Você é uma pessoa livre. Se quiser estudar, trabalhar ou viajar, faça-o com disponibilidade.

– Posso viajar para o sul, sem nenhuma interrupção?

– Caso seja convocado para algum depoimento, eu responderei por sua ausência.

Com isso, me senti seguro, preparado para dar os primeiros passos, após suas palavras. Matriculei-me num curso e dei início ao trabalho autônomo como fotógrafo na cidade de Fortaleza.

Em meados de março de 1974 surgiu uma viagem para o Rio Grande do Sul, para a cidade de Pelotas. Teria como patrão Edson Rebolso e Valter, seu cunhado. Ambos residentes no bairro Jóquei Clube, de onde partimos debaixo de muita chuva.

Foram cinco dias de viagem. Éramos dez pessoas. Uma viagem longa, dramática. Sete pessoas sentadas no lastro de uma caminhonete D-10. Foram momentos difíceis, viajando de dia e de noite, dormindo com as pernas cruzadas, umas por cima das outras.

Para memorizar a trajetória, comecei a escrever, redigir, detalhando pontos, lugares, fatos e acontecimentos, e tudo começou assim:

*Ceará começou a pista
Entrou Pernambuco e já está na lista
O motorista o quanto mais corria
Entramos em terras estranhas. Anotei Bahia
Parava pouco, corria demais
Tivemos que passar por Minas Gerais
Com sofrimentos e agonia
Com tanto esconderijo é que o Detran comia.*

Um aborrecimento me desviou a atenção, tirando-me a inspiração poética. Isto foi o bastante para me desinteressar pelo restante da longa jornada.

Até o final de 1974, ano de difíceis decisões, trabalhando em Pelotas (RS) com Edson Rebolso e seu cunhado, vivia inadequadamente. Para quem sonhava com uma vida melhor, o destino tornava-se uma verdadeira contradição, e o sonho tornava-se uma sinuca, um jogo de azar. Não parei aí. Continuei sonhando com uma nova virada quando conheci Adalberto de Deus do Carmo, gerente fichário de Antônio Evangelista Sobrinho, este residente e de comércio radicado em Bagé (RS), ambos naturais de Campos Sales (CE). Nós nos identificamos por sermos de naturalidade cearense e de natureza humilde, bastando uma boa palestra para nos entendermos. Fui convidado a trabalhar com eles, com boas propostas de ganho, o que me fez pensar em mudar de direção e seguir velhos planos. E assim aconteceu. Dias depois, estava a trabalhar com novos patrões, que valorizavam os seus semelhantes na qualidade de empregados.

O entusiasmo pelo trabalho, com rendimentos favoráveis, me fez superar obstáculos, conquistar minha autoestima. E a amizade aos novos patrões me trouxe outras conquistas.

Em 1979, Antônio Evangelista resolveu vender o comércio de Pelotas aos empregados, com proposta de dar assistência com mercadorias de qualidade, como sempre trabalhou, e preços acessíveis, para que

tivessem condições de prosperar. Mas, na prática, os preços se elevavam gradativamente em curto prazo.

Trabalhando por conta própria, dando continuidade ao movimento de vendas e cobrança autônomo, o entusiasmo por ter como patrão a própria responsabilidade superava a elevação de preços, e o trabalho cansativo era compensado pela ampla autonomia.

No final do ano construí minha própria casa, conquistando uma situação econômica menos sufocante, e livrando-me do fantasma do aluguel. Suas portas estiveram sempre abertas para receber e abrigar meus irmãos. Estiveram comigo na Região Sul, a partir daquele ano, com objetivos de trabalho: Luzardo, Osvaldo e Francisco Filho – este seria morto tempos depois por motivos decorrentes de um trauma psicológico contraído na tragédia da fazenda Japuara. Ainda na adolescência partiu do seio familiar.

Do Ceará a Pelotas os antecederam Maria Juraci, a mais velha da família, Francisco Valdeci, conhecido por Valdir, falecido em 2011, vítima de um acidente vascular cerebral (AVC) fulminante, e Maria Valdete, esta com sua história a contar sobre Japuara, sobre a chegada do reforço policial e suas façanhas praticadas com mulheres e crianças.

Presente no episódio de Japuara, Valdete, com apenas 13 anos, tanto presenciou como sentiu na pele fatos que na vida não esquecerá jamais. Refugiados na casa de Jacó, próxima às residências onde ocorreram os fatos, Maria José, minha mãe, esposa de

Pio, com sua preocupação e proteção de mãe, unia os filhos em fila, segurados mão a mão. Saíram da casa de Jacó buscando refúgio, um lugar seguro, distante do local da tragédia, quando, ao atravessarem a rodovia, atualmente BR-020, foram surpreendidos por policiais que abordaram a todos, pressionando-os para dizerem onde meu pai estava refugiado. Minha mãe uniu os filhos em sua volta dizendo nada saber de seu paradeiro. Foi espancada com o coice de armas pesadas. Eles insistiam em arrancar informações, quando um deles alegou já terem encontrado meu pai. Valdete, inocente das intenções maldosas dos homens fardados, interferiu na insinuação do policial dizendo:

– Quantos Pios existem? Porque não é a primeira vez que a gente ouve que já capturaram meu pai e continuam procurando.

Mamãe pediu que a filha ficasse calada, mas ela replicou:

– Se é que já prenderam meu pai, que vão embora e nos deixe em paz!

Nisso, o soldado, sentindo-se contrariado com seus argumentos, arremessou o coice do fuzil em sua cabeça, causando-lhe um hematoma, marca existente até hoje, encoberta por seus cabelos, prova da repressão policial a pessoas indefesas.

Mãe e filhos, todos em pânico, se reversavam uns contra os outros, em desespero. Então os policiais arrancaram da proteção da mãe o filho Francisco, de apenas sete anos, alegando que o teria de volta quan-

do encontrassem seu pai. Ela ficou desesperada. Levaram o menino como refém. Seguiram rumo ao mata-gal e entraram na mata, forçando a criança a conduzir armas pesadas sobre os ombros, além das caixas de balas, testemunho dado pelo próprio Francisco.

Na mata, o pressionavam a dizer para onde o pai tinha fugido. Ele não sabia. Fizeram-no ajoelhar-se e lhe botaram armas na cabeça, ameaçando-o de morte. Diziam:

– Se não nos contar a verdade, você vai morrer aqui mesmo. Vai ficar enterrado e ninguém mais vai encontrá-lo. Nunca mais você vai ver sua mãe. Diga para onde seu pai foi e nós o levaremos de volta à sua família.

Sem nada saber, o menino sofreu as consequências da revolta dos soldados corruptos, incompetentes, sem ética, a ponto de coagir uma criança de sete anos para dar conta do pai em fuga.

Francisco Filho cresceu revoltado, muitas vezes agressivo com os próprios pais. Não bebia, não fumava, nem usava drogas. O trauma o levava a fazer coisas impossíveis. Quando estava comigo, em Pelotas, teve uma crise que nos deixou preocupados. Recebi a notícia de que meu irmão havia entrado no esgoto do meio da rua e parecia desmaiado. E disseram mais, que havia sangue no seu pescoço, como se estivesse bastante ferido.

Agimos rapidamente. Convidei os vizinhos e corremos para o local. Ao nos aproximarmos observamos o tampão do esgoto à parte. Numa profun-

didade de 2 metros seu corpo jazia desfalecido. Havia bastante sangue em seu pescoço, como se tivesse caído sobre coisas cortantes. Fizemos o resgate com dificuldade. Enquanto o levávamos para casa ele despertou e difamou os vizinhos com palavras comprometedoras, enquanto era por eles ajudado. Foi uma decepção. Desculpei-me com a família Bjerk da Silva, que aceitou o desagravo.

Liguei para o centro psiquiátrico e o internei. Ele passou uns quatro meses em tratamento, tendo uma recuperação satisfatória. Ao receber alta, providenciei sua volta ao Ceará, ao convívio dos pais, que lamentaram o ocorrido.

Cerca de oito anos após a sua partida, recebi a notícia: meu irmão Francisco Filho havia sido assassinado na cidade de Fortaleza.

O DESTINO E SUAS DETERMINAÇÕES

Conheci Maria Elena Nunes, minha esposa, trabalhando numa loja de calçados de Modesto Almeida, sogro de Cal, este irmão de Natinho, gerente administrativo da Foto Almeida, de seu irmão. Por meio de trabalhos fotográficos à empresa desses amigos tivemos um contato visual, sem comprometimento. Mas no casamento de seu irmão, Paulo Nunes, com Élide Regina, a Regina, filha de Élide e Moacir, vizinhos, fomos apresentados e o tempo se encarregou de nos unir num romance de pouca duração. Regina tinha uma irmã, Márcia, que conheceu

e se envolveu com meu irmão Osvaldo. Eles se casaram e tiveram uma filha, Daniela.

Osvaldo trabalhava comigo em vendas, como autônomo, e tudo ia bem. Por incentivo de amigos da família Bjerk da Silva, que residiam em Gravataí, município da Grande Porto Alegre, decidi me instalar na cidade e vender na rua artigos de cama, mesa e banho. Deixei o negócio de Pelotas sob a responsabilidade de meu irmão, pois o casal residia em minha casa desde o casamento. Nesse período o casamento fracassou. Separados, Osvaldo entrou em depressão, entregando-se à bebida, dispensando qualquer tipo de orientação.

Associado na bebida com um sujeito proprietário de carro – sabe-se que entre bebida e direção não há conciliação –, aconteceu o esperado. Foram vários dias de UTI, com várias costelas quebradas, um rim cortado ao meio, o fígado todo perfurado por ossos quebrados, o corpo arreventado, como se tivesse passado por um triturador. Osvaldo ficou hospitalizado por quase um mês. A comunicação era de dois modos: de um lado, verbal, do outro, apenas respostas com os olhos, sinalizando sim ou não. Já se aproximava a sua alta hospitalar, mas Osvaldo não conseguia rir, pois lhe provocava uma tosse com secreção de sangue. Os médicos foram avisados e ele passou por tratamento pulmonar rigoroso, escapando por milagre.

Houve uma baixa nos negócios e passei por maus lençóis. Eram contas atrasadas e títulos em car-

tórios... Renegocieei a conta com o fornecedor, meu ex-patrão Antônio Evangelista, cancelei novos pedidos, por fim paguei o restante entregando o carro para me livrar do débito que tanto me estressava.

Durante a internação de Osvaldo a vida virou um caos. De Gravataí a Pelotas, de Pelotas a Gravataí, me virava dia e noite com longas viagens e muito trabalho, o que me fez tomar uma decisão. Levei meu irmão para Gravataí durante sua recuperação e ele lá permaneceu com serviços leves, arrecadando o aplicado na praça e fazendo uso como lhe fosse útil.

Permanecendo em Pelotas, reassumi tudo o que havia deixado para trás e dei continuidade às compras e vendas, conforme pude. Certo dia, decidimos a sua volta de Gravataí. Já em Pelotas, Osvaldo decidiu voltar ao seio familiar, junto às velhas raízes. Japura foi seu destino, onde reside até hoje.

As baixas que tive no comércio afetaram a minha autoestima, me deixando pouco entusiasmado com o trabalho de vendas e cobranças.

Os planos de casamento com Elena Nunes me seguravam nessas terras, já que a data do noivado se aproximava. Estava marcado para o Natal de 1985. Foi então que caiu a ficha de que este casamento não poderia se realizar, pois a ideia de retorno para minhas origens seria uma grande responsabilidade para quem conhecia experiências de cearenses casados com gaúchas. Retornando ao Ceará com esposa e filhos, eles precisaram voltar com as famílias, que tiveram a saúde afetada pela aridez do clima nordestino.

Decidido a retornar ao seio materno, a meu torrão natal, cancelei o noivado e deixei todos os meus pertences na gestão do meu irmão Valdir, na cidade de Pelotas. Na véspera do Natal parti com destino ao Maranhão, onde meus pais, saindo do Ceará, se estabeleceram em busca de uma vida melhor. Eles tinham uma propriedade de pequeno porte, um sítio enraizado com frutíferas, coco de praia, cana-de-açúcar. Tinham colocado a terra à venda para retornarem ao Ceará.

No Maranhão fui recepcionado com alegria pelos familiares, que aguardavam minha chegada. Como já era sabedor da intenção de venda do sítio, fiz proposta de negócio e fixamos compromisso com as normalidades cabíveis e recibo de compra e venda. Passei a proprietário da gleba. Nato do ramo de trabalhar a terra, não foi difícil minha readaptação à agricultura.

Com a partida de meus pais, de volta a Japuará, no Ceará, ficaram comigo dois sobrinhos, filhos de Juraci, a irmã mais velha, ambos criados por meus pais, o que me deu mais ânimo e coragem para firmar o pé no chão e lutar por meus ideais. No ano seguinte, 1986, Beto Guimarães, um dos sobrinhos, decidiu voltar para a companhia dos velhos, ficando comigo o outro sobrinho, Willes Guimarães, até 1990.

No sítio, localizado na BR-022, entre as localidades denominadas Reta e Copa 70, município de Açailândia (MA), residi por pouco tempo. No mês de setembro, com uma boa colheita de milho empaiolado em casa, conheci Irmão Firmino, um com-

prador de sementes da cidade de Açailândia. Negociamos 80 sacas com o melhor preço da praça, nos tornamos amigos e suas visitas da Reta à Copa 70 tinham seu ponto de apoio em minha residência. Numa delas me contou de seus planos para os próximos dias. Convidou-me a participar de uma ocupação de terras devolutas, já demarcadas em lotes, com um líder comunitário chamado Macedo e seus seguidores, inspirados na expectativa de ficarem com elas.

No dia marcado para a visita de Firmino chegou a notícia de que foram mortos dois posseiros, escapando um terceiro, uma mulher de nome Nazaré, que saiu com vida por se fingir de morta. Planejamos entrar nas terras oito dias após as mortes, o que aconteceu com muito sucesso.

Doutor Armando, proprietário de uma pequena parte das terras, contratou pistoleiros para resguardar a entrada principal, pagando uma fortuna por cabeça. A área total, de 86 mil hectares, era dividida por quatro águas, todas demarcadas com lotes de 100 hectares. Com o decorrer do tempo foi combinado com todos os posseiros uma nova divisão, para 50 hectares, tendo de frente 250 metros com água por 2.000 metros de fundos, terras férteis de mata virgem.

A área, que tinha por nome Capoema, no município de Santa Luzia, tinha sua extensão irrigada por rios permanentes, transformados em pântanos, mangue, e sua extensão relevante retratava a flora das reservas amazônicas e era habitada pela fauna própria da Região Norte.

CONHECENDO SUA HISTÓRIA

Na região que engloba a Capoeira havia pequenos fazendeiros. Chico Rico, do Estado do Paraná, entrou no Maranhão com a ideia de se tornar um forte pecuarista e, para isso, teria que conseguir toda terra possível. Iniciou com a compra de pequenas fazendas, pagas com preço justo, às vezes mais para tirar os fortes de seu caminho. Mas, com a existência de áreas menores, de pessoas que não queriam vender, instruiu seus homens a indenizar essas terras, conforme fossem ficando dentro da área da grilagem. Alegava ser proprietário da área e que essas pequenas propriedades ficavam dentro de suas terras. Encontrando resistência dos pequenos proprietários, determinou que fossem expulsos e, assim, segundo o comentário dos mais velhos, muitos foram mortos.

Dessa maneira, Chico Rico conquistou todas as terras devolutas que extremavam com os demais latifúndios, totalizando 86 mil hectares. Fez muitos empreendimentos com altos empréstimos, se endividando a ponto de não cumprir os compromissos com os seus credores.

O que se sabe é que Chico Rico se ausentou, endividado com os bancos. E deixou Capoeira a critério dos vigias, que não assumiam além dos terreiros de suas casas. Conclusão: com sua saída, em curto tempo a situação ficou descontrolada. Parte dos animais das áreas de pastagens foi devorada pelas onças, que eram em grande número até aquele período.

Sabendo da existência dessas terras, Macedo, da cidade de Açailândia, convidou trabalhadores para a invasão, com informações de serem terras devolutas, livres de problemas. Organizou-se com seu povo, não visando qualidade ou posição, se sem-terra, sem-teto, negociante ou pequeno proprietário de terra, seu objetivo era conseguir grande número de pessoas para dar impressão de que nada poderiam fazer para a retirada de tanta gente.

A notícia se espalhou por todo o Maranhão e com pouco tempo já se sabia que havia posseiros por todas as suas aguadas. Segundo levantamento, feito por meio de abaixo-assinados, já chegava o número a 890 famílias, espalhadas por toda a área. Com o tempo, o número de famílias cresceu até chegar ao ponto de se criarem acampamentos para a espera do corte e, assim, terem o seu pedaço de terra há tanto sonhado.

Foi nesse período de atulhamento de candidatos pela terra que houve a redução dos lotes de 500 metros para 250 metros de frente, uma largura compatível para construir e fazer criatório, já que as terras mediam 2.000 metros de fundos. Então, Macedo combinou com os posseiros a doação de uma área de 1.000 metros junto à igreja para os acampados fundarem uma vila, ficando os fundos da terra para trabalhos comunitários, o que contribuiria para a conquista, dependendo apenas de o órgão federal, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), oficializar a posse nas terras. Mas, sem que pudéssemos esperar, o Incra se antecipou com



Prefeitura Municipal de Santa Luzia
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ECONOMIA E FINANÇAS
DIVISÃO DE PESSOAL E RECURSOS HUMANOS

CERTIFICADO

Conferimos o presente Certificado FRANCISCO BLAUNDES SOUSA BARROS
mento o Curso DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES DE 1ª A 4ª SÉRIE DO 1º GRAD por ter concluído com aprovação
com duração de 24 HORAS realizado no período DE 12 A 23 DE FEVEREIRO DE 1996

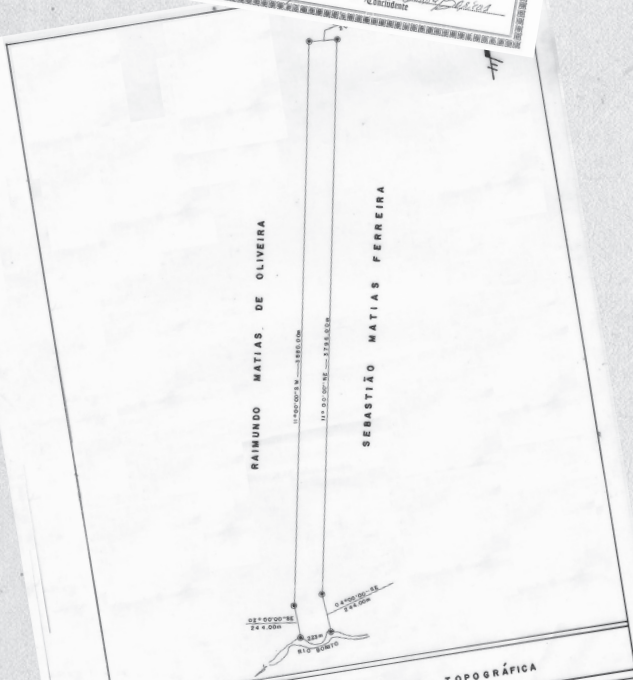
Folha N.º 038 Registro N.º 100 Livro N.º 001

Santa Luzia 14 de FEVEREIRO de 19 96

[Assinatura]
Secretaria de Curso

[Assinatura]
Secretaria (2)

[Assinatura]
Francisco Blaudes Sousa Barros
Coordenador



PLANTA TOPOGRÁFICA

DESENTECNO:

OBRA: AGRO PASTORIO RIO BONITO
IMÓVEL: PAT. ÁGUAS CLARAS
PROPRIETÁRIO: FRANCISCO BLAUNDES SOUSA BARROS

ÁREA:

31.4700 m²

PERÍMETRO:

5587,00 m

MUNICÍPIO:

SANTA LUZIA

ESCALA:

1:20.000

ESTA DO:

MARANHÃO

DATA:

22/04/97

CONFERE:

RESERVA

COD:

VISTO:

DESENHO:

VALTER LINO

[illegible][illegible]

= continua...

oi dos Santos Silva
oureiro, Francisco
ngelista Costa; Ma
ns, Todos elei -

e mantinha a pala

...e depois de discutido
...adida à Ata e tomar as assinaturas do
...Associação ora fundada, os
Silva, Sebastião de Sousa, Manoel Almeida da Silva, Francisco Pimenta
Alves de Oliveira, Antonio Ruy da Rocha, Maria Costa Soares, Francisco
Silveira, José Batista Pereira Figueira, Francisco de Sousa, José Francolino da
livro probo e assino a copia autographa do livro. **MARCELO FERREIRA**
Vila Rica, 27 de janeiro de 1995.

ANTONIO GABRIEL FERREIRA
Antonio Gabriel Ferreira
Secretario

Francisco Blaudez Sousa Barros
Presidente

Presidente
Registro Integral de Títulos e Documentos e Ou-
tros Papéis do Cartório do 1.º Ofício da Comarca
de Santa Luzia, Estado do Maranhão.

Documentos, foi apresentado ao: ao Protec 010
k sol 4-1-1993 4903 67

555 259

Santa Lucia (22) do [illegible] 9/10/1961

Marcelo Coelho Rodrigues
Exercendo Substituição

**De novo,
nas lutas do
campo:** agora
no Maranhão,
Blaudes é
professor e
presidente da
Associação dos
Trabalhadores
Rurais do Vale
do Rio Buriti.

(Acervo pessoal
Blaudes Sousa)

CANTORIO DO 1.º OFÍCIO
 Câmara de Santa Luzia - 141.
Magalhães Cavilha Rodrigues
Abelardo Cavilha Rodrigues
Francisco Alves Sousa
Leandro Guimarães

1. N.E.: Trata-se de poemas escritos pelo autor.

sua presença na área, anotando o nome de cada possuidor e dando comprovante de sua presença para cada pessoa registrada em seu cadastro.

Estiveram na área, dando seu apoio, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Cáritas, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Greenpeace, pelo qual fui entrevistado. Fui filmado recitando duas obras de minha autoria: “Meu Brasil Brasileiro” e “O Mundo do Homem Máquina”.¹

Reunidos diante da igreja, eu tive a oportunidade de dar a palavra e expressei a minha ideologia de vida, baseada nos princípios da Igreja, nos termos bíblicos, interpretando a caminhada conforme os ensinamentos de sua pastoral. Padre André, ouvindo minha palestra, falou para Macedo me incluir na organização da luta pela terra, dizendo ele que meu ponto de vista em relação à caminhada seria de grande importância para todos, para a evolução de um movimento que há pouco tinha se iniciado.

Dias depois, Macedo convocou uma assembleia na comunidade Rio Bonito, onde ocupamos e residimos, me apresentando como novo membro da organização. Anos mais tarde, eu estava na luta como liderança, indicado pela plebe, pelos posseiros em massa. As assembleias eram para avaliarmos os movimentos internos e externos, em relação a viagens, reivindicações, prestações de contas, etc. No final de tudo se registrava no livro de Atas todo movimento esquematizado, ficando assim com uma história marcada passo a passo.

Na caminhada pelas comunidades em busca de adesões a abaixo-assinados de interesse comum, partia do Rio Bonito e ia ao Rio Buriti, Água Amarela, passando por outras pequenas áreas de águas permanentes, fatiadas com igual medição para todos, motivo de alegria por serem ricas em águas, férteis a toda semente, dignas de um povo radicado no seio da terra com seu trabalho braçal.

Numa dessas visitas às comunidades soube de um lote nas águas do Rio Buriti, com seus direitos de posse à venda, à espera de alguém que o indenizasse a preço justo. Vendo as terras semiabandonadas, falei com Leonardo, representante da área, sobre minhas intenções de mudar-me de Rio Bonito para outra área e, por intermédio dele mesmo, indenizei o lote onde edifiquei e fixei moradia, dando continuidade à luta em busca de uma rápida intervenção do Incra para fins de desapropriação das terras em benefício dos posseiros. Passei os direitos de posse das terras do Rio Bonito para o sobrinho Willes, que me acompanhou durante anos. No ano de 1993, ele voltou ao Ceará. Vendendo seus direitos de posse, partiu como um vitorioso, calçado com o lucro do seu trabalho.

Permaneci na Capoeira, residindo nas terras do Rio Buriti, próximo à Vila Tancredo Neves, onde lecionei por dois anos, contratado pelo município de Açailândia. Transferido para o município de Santa Luzia, ao qual as terras pertenciam territorialmente, continuei lecionando por mais dois anos, da 1ª à 4ª série.

Ausentando-me do colégio, ensinar ficou a cargo da minha comadre, Maria Celina, uma dirigente do movimento administrativo do antigo acampamento, atual movimento da Vila Tancredo Neves, onde residia com seu cônjuge, compadre Lucas, sendo eu padrinho de um dos seus filhos, Rafael.

Eu ocupava a presidência da Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale do Rio Buriti quando contraímos um empréstimo para a compra de gado, projeto do governo federal para pequenos produtores rurais. Em grupos de 22 pessoas, Capoeira se organizou em peso para contrair o empréstimo, com juros de 4% ao ano, mudando a vida de todos os familiares.

APÓS 11 ANOS, REATANDO O NOIVADO

Em 1996, em visita a meus pais na fazenda Jaquara, reencontrei-me com minha irmã Valdete, residente em Pelotas (RS). Ela chegou dois dias após a minha chegada, também em visita a Pio Nogueira e Zeza. Francisco Nogueira Barros contava 75 anos. Após passar por três acidentes vasculares cerebrais (AVC), permanecia com saúde estável, com recomendações médicas de sobriedade alimentar e sem bebidas que pudessem lhe comprometer a saúde. Maria José Sousa Barros, com 68 anos, havia sofrido um AVC após o assassinato do filho Francisco Filho, aos 36 anos. Como contei antes, aos sete anos ele havia sido tirado de suas mãos pelos soldados que bus-

cavam Pio e seus homens, após a chacina de Japuara, em 1971. Minha mãe, paralisada do braço direito e puxando a perna com dificuldade, clamava justiça sempre que comentava ou ouvia falar nos episódios em memória, vividos com aflição, desespero e uma dor que o amor de mãe não esquece jamais.

Em minha conversa com Valdete lembrávamos-nos do passado, mareado pelo tempo, sem esperarmos resultados que viessem a decidir duas vidas envolvidas num passado aparentemente defasado. Falo de Maria Elena, hoje minha esposa. Após 11 anos de um noivado desfeito, ouvi de minha irmã que Elena não havia se casado e me esperava sem perder a esperança de que um dia isso haveria de acontecer. Decidido, escrevi a Maria Elena para um possível contato, conscientizando-a de minha solteirice, e interessado em, quem sabe, reatar o noivado a distância.

A carta foi entregue a Maria Elena com um ano de atraso, mas a resposta foi imediata. Recebi carta com resposta positiva, como se o noivado não tivesse chegado ao fim. Anexava o número do seu telefone para que eu entrasse em contato, o que facilitou para atualizarmos a conversa, despreocupadamente. Com poucos telefonemas reatamos noivado e combinamos um possível encontro, com sua viagem de Pelotas (RS) ao Maranhão, e encontro em São Luís, da forma que aconteceu no dia 28 de maio de 1998.

Dois anos convivemos entre as matas da Capoma e a cidade de Buriticupu. Por não se adaptar ao clima maranhense, Maria Elena viveu momentos difí-

ceis, convivendo com doença para a qual os próprios médicos não previam recuperação. Passaram a diagnosticar coisas estranhas e a passar um receituário com remédios caríssimos, com dose única de até R\$ 80,00, e outros controlados, que os próprios farmacêuticos alegavam não vender. Diziam que a pessoa que usasse tal remédio ficaria dependente pelo resto da vida. E mais: sem o remédio poderia ir à loucura.

Com medo do que pudesse acontecer a ela, distante de sua família, decidi tirá-la das mãos dos médicos e apelei para a medicina natural. Colhendo dos campos e das matas raízes, cascas, folhas, flores e até mesmo frutos, fiz chás e garrafadas. Graças a Deus, ao atingir a quarta garrafa, tomada a rigor, a mulher apresentava-se forte, disposta como uma jovem saudável. Então sugeri a ela que voltasse a seu médico e pedisse uma nova avaliação de seu caso.

Feitos todos os exames cabíveis, o médico constatou que Maria Elena estava completamente curada. Admirado com o resultado, perguntou se continuava tomando a medicação prescrita. Maria Elena disse não ter chegado a comprar tal medicamento. Contou ter sido orientada a não seguir tal tratamento se de fato estava em busca de saúde. Soube que esse tipo de medicamento poderia fazer dela uma dependente pelo resto da vida. Após um desabafo, por sentir-se desapontado pelo não uso de tal medicamento prescrito, controlado, o médico perguntou se havia feito alguma cirurgia. Ao ouvir que não, indagou curioso: – O que fez que explique esta cura? Elena disse:

– Meu esposo fez umas garrafadas e segui tomando conforme suas orientações.

O médico balbuciou qualquer coisa e concluiu:
– Dona Maria Elena, você está pronta pra outra! Desejou-lhe boa saúde e manteve para si a dúvida: Quem melhor contribuiu para tal cura? A medicina natural ou a fé, através da sua vontade de se curar? Vamos unir as duas teses. Ambas se completam de igual para igual.

Passados os problemas de saúde, combinamos a volta de Maria Elena às terras de origem. Eu ficaria no Maranhão para resolver os detalhes de venda de nossos pertences para uma viagem definitiva. Como fio da meada, viajamos ao Ceará para cumprir um desejo natalino: unirmos-nos em matrimônio em minha cidade de origem, onde realizamos o enlace, no Cartório de Ofício de Canindé, Cartório Maciel Andrade.



Reencontro: o sociólogo Cesar Barreira (UFC), que entrevistou Pio Nogueira nos anos 1990, entre os filhos do líder camponês: Plautos (esq.), Luzardo e Blaudes.

(Marta Cioccarri/MN-UFRJ, set. 2010)

Evocando o passado: Seu Gerardo (à direita) e Plautos relembram detalhes da tragédia de Japuara.

(Marta Cioccarri/MN-UFRJ, set. 2010)



CAPÍTULO IX

DE VOLTA A PELOTAS

Em 20 de outubro de 2000, foi realizado nosso enlace matrimonial. Permanecemos na fazenda Japuara por um tempo curto, enquanto providenciávamos planos de viagem para seguirmos nossos destinos. Maria Elena destinando-se a suas terras de origem, Pelotas, e eu, Blaudes, voltaria ao Maranhão para resolver os detalhes de venda de nossos pertences.

No princípio de junho de 2001 parti do Maranhão com destino ao Sul. Passei pelo Ceará para despedir-me de meus familiares e levar da terra, berço de minha existência, a lembrança de raízes que não permitem que seus frutos sejam levados como folhas secas pelo vento do esquecimento.

Chegando a Pelotas em 13 de junho, de onde parti 16 anos antes, reencontrei a família, que me antecedeu no regresso às terras havia quase um ano e me esperava ansiosa, e nos saudamos de braços abertos.

1. N.E.: O autor preferiu não mencionar os nomes completos dos médicos.

Nosso objetivo era dar continuidade a um sistema de vida com planos de prosperidade.

Quanto ao trabalho, dei início ao batente como vendedor autônomo, apesar de ser um semianalfabeto, não qualificado, num mundo estrito da época digital. Vendendo produtos de limpeza por sete anos consecutivos realizei planos como a casa própria e fiz uma pequena economia, o bastante para atravessarmos as nossas dificuldades pessoais. A vida seguia seu curso.

Em 2008 fui fazer uma doação de sangue no Hemocentro de Pelotas, quando ele estava sem estoque para atender à demanda do município. No dia seguinte recebi um chamado da instituição para uma reavaliação. Após três coletas de sangue, não dando positivo para um estado de saúde estável, me encaminharam a uma consulta no Hospital Universitário. Exames detectaram que eu havia tido hepatite e não poderia ser um doador de sangue. Meu corpo reagiu, combateu a doença sem que eu tivesse conhecimento. Refletindo sobre o caso, lembrei quando, anos antes, sem explicação, meu organismo manifestou rejeição a certos alimentos oleosos, carnes suínas e seus derivados, e a bebidas com alto teor de álcool.

Em meados de 2008 tive um grande sangramento, como se fosse uma crise de hemorroidas. Após consulta no Hospital Leivas Leite com um clínico geral, doutor Antônio,¹ passei a usar supositórios. Novo sangramento me levou a nova consulta. Ao ouvir o meu relato de que o sangramento havia voltado em

maior quantidade, doutor Antônio me encaminhou a um especialista, doutor Marcelo, que pediu os exames necessários, todos com observação de urgência.

Na Santa Casa de Misericórdia fiz uma colonoscopia, e uma biópsia no Hospital Beneficência Portuguesa, onde recebi o laudo para retorno ao Hospital Leivas Leite. Como não era plantão do doutor Marcelo, fui atendido por outro cirurgião-geral. Ele entrou no consultório e abriu o laudo. Sem qualquer preparação psicológica, insensível, abriu a boca como uma verdadeira matraca para anunciar a existência de um tumor maligno e que teria de ser cortado o quanto antes. Perguntou: – Está preparado?

Chocado com a notícia recebida de supetão, respondi preocupado:

– Preparado eu não estou, mas, se tem que ser feito a qualquer custo, não tenho alternativa.

Então o médico falou debochadamente:

– O negócio é o seguinte, vou direto ao assunto. Sou como as diretas já. Você tem que ser cortado para a retirada desse tumor ou daqui a seis meses ele toma conta do seu corpo e antes de um ano ele o leva para cova.

Decidida em cima do ato, sem a oportunidade de refletir, ficou acertada a realização da cirurgia nos dias seguintes. Ao sair do consultório ele determinou ao seu assistente que providenciasse os papéis o mais breve possível e bateu a porta sem ao menos nos comunicar que tinha terminado a consulta. Foi o assistente quem nos despediu, eu e minha esposa, Maria Elena.

2. N.E.: No texto original, havia um relato mais detalhado da hospitalização. Em razão do objetivo da publicação, parte foi suprimida.

Ao sairmos do consultório vimos o médico de papo no corredor, rodeado de assistentes, às gargalhadas, como se estivessem fazendo piada dos pacientes que atendiam. O médico fez de conta que não nos percebeu ao sairmos. Ao darmos as costas, seguindo no corredor, pareceu que as piadas tiveram mais ênfase pelo volume das gargalhadas.

Insatisfeito, não voltei ao hospital. Por indicação de minha cunhada Deolinda, irmã de Maria Elena, procurei um especialista em enfermidades do reto, doutor Manoel. Ele diagnosticou o tumor em processo adiantado, muito próximo do ânus, e prescreveu um tratamento de quimioterapia associado à radioterapia, antes da cirurgia, numa tentativa de redução do volume do tumor, a fim de evitar o uso permanente da bolsa de colostomia. Encaminhado ao Centro de Radioterapia e Oncologia (Ceron) da Santa Casa, iniciei os procedimentos de quimioterapia. Foram três sessões. E 45 dias antes do término da quimioterapia começou a radioterapia.

Em março, após o término do tratamento de quimioterapia e radioterapia, fiz consulta com o doutor Marcelo, cirurgião-geral, e a cirurgia foi marcada para 23 de março de 2012, no Hospital Universitário São Francisco de Paula, da Universidade Católica de Pelotas. No dia 21 baixei para as preparações clínicas. Dia 27 de março, quatro dias após a cirurgia, me sentia bem, já me recuperando em um quarto com outros quatro pacientes.²

FAMÍLIA SEMPRE ATUANTE

Maria Elena, como acompanhante hospitalar, foi incansável, permanecendo comigo dia e noite durante a minha hospitalização, de 21 de março a 3 de abril. Apesar do desconforto – dormir em cadeiras –, ela não media esforços para um atendimento a qualquer hora da noite.

E Vitória Nunes Barros, minha filha adotiva, de nove anos, não via a hora de visitar o pai, que há dias não via, mas o hospital não permitia a entrada de crianças com menos de 12 anos. Pela insistência e o desespero da criança, a direção da instituição abriu uma exceção para uma visita de 15 minutos.

ESCREVENDO NOSSA HISTÓRIA

– É casa! Foi a expressão usada pelo doutor Marcelo para decidir minha volta para casa naquele dia, antes de ser submetido a uma escarificação,³ determinada por um médico, professor da equipe de residentes. O professor e sua equipe visitavam os quartos e agiam de forma bruta com os pacientes, gerando inquietação e sofrimento.

Em casa, na luta pela vida, em tudo buscava firmeza, seguindo as recomendações feitas pelo médico. Vida profissional, nem pensar. Lazer, muito menos. O estresse era o centro dos sentimentos dolorosos que me levaram a decisões de superação tanto material quanto psicológica e a me entregar aos meus sentimentos de sonhos e realizações.

3. N.E.: Incisão superficial da pele através de cortes finos paralelos, com fins terapêuticos.

Inspirado na vida artística, sonhos do tempo de adolescente, decidi escrever a nossa história, o episódio acontecido no dia 2 de janeiro de 1971 na fazenda Japuaara, no município de Canindé (CE).

Tinha conhecimento de obras escritas por curiosos, que transformavam a nossa realidade em fantasias dramáticas, além de converter um campo de guerra em palco de exibição, tendo como protagonistas pessoas do lado inimigo. Nesses relatos, de um lado, estavam as pessoas cultas, de outro, os agricultores com seu linguajar ignorante, que ficavam sempre em desvantagem, sempre levavam a pior. Os camponeses eram interpretados como seres ingênuos, de incapacidade cultural e reflexos nativos sem chance de superação. Segundo a concepção desses curiosos, não temos capacidade intelectual para entender o nosso idioma, nem para assimilar a cultura.

Revoltado com tais comentários, eu abandonava o texto, não concluindo a leitura pelo descaso com o sofrimento de um povo que não tinha como se defender diante da mídia, por falta de acesso aos veículos de comunicação.

Tinha a esperança de levar em frente a nossa história, seguindo os fatos na altura do possível, detalhando-a em resgates da memória. Para muitos, a utopia do imaginário servindo de fantasia para histórias em quadrinhos. Para as famílias presentes na dor, o resultado de uma expectativa sofrida, vivificada por meio de acontecimentos inesquecíveis. Para mim, um sonho que se tornou real.

O disse me disse sempre deu motivos para elasticar o linguajar de um povo que, sem o conhecimento da realidade, a transformava em motivo de más interpretações. Tudo por falta de elucidação dos fatos, de esclarecimento sobre o ocorrido.

Palavra por palavra, não vale a pena simplesmente por falar. Mas, se alguém tem alguma coisa a dizer, que o diga como quem nunca proferiu palavras vãs. Vale dizer tudo, desde que seu dito prevaleça igualmente uma lei. Palavras são palavras, simplesmente lisonjeiam, porém toda a verdade dignifica o homem. Se não podes provar o que sabes, não digas nada. Se exclamares alguma coisa, que não passe de um sim ou de um não. Se não garantes o que sabes não quebrantais a lei. Se responderes alguma coisa, melhor seria: não sei!

Enfim, operado, com o instinto de um lutador, rascunhava detalhes do ocorrido, que insistia em se manter vivo em minha mente como retrospectiva dos fatos trágicos, hoje questionados pelos Direitos Humanos e por muitas entidades de apoio ao homem do campo.

Concluindo o rascunho dos anos 1965 a 1971, parti para o Ceará em busca de elucidação dos fatos omitidos pelos meios de comunicação e o testemunho dos companheiros, que não escondiam a revolta, num tom de voz trépido e exaltado, como quem quisesse desabafar uma amargura há tanto sofrida.

Em função do interesse pela nossa história, mais conhecida como a Chacina de Japuara, se fez presente em nosso núcleo familiar a jornalista e antropóloga

Cenário do conflito: família e antigo vizinho de Pio Nogueira junto à casa que foi destelhada a mando do fazendeiro.

(Marta Cioccari/MN-UFRJ, set. 2010)



Lembranças dolorosas: Plautos (junto ao estabelecimento da família) contou que foi espancado pela polícia e permaneceu encarcerado por cerca de seis meses.

(Marta Cioccari/MN-UFRJ, fev. 2011)



Homenageado: Blaudes conta a história das lutas de Japuará no Fórum Social Temático, em Porto Alegre.

(Marcelo Souza, jan. 2012)



Direitos Humanos no campo: ministra Maria do Rosário lembra da resistência dos trabalhadores rurais perseguidos pela ditadura.

(Marcelo Souza, jan. 2012)

Marta Cioccarì, pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), acompanhada pelo sociólogo Cesar Barreira, professor da Universidade Federal do Ceará (UFC). Ele era conhecido da família por ter entrevistado o líder camponês Francisco Nogueira Barros, o Pio Nogueira, que no período do conflito era delegado sindical.

Na entrevista, Marta observou um manuscrito que eu tinha nas mãos, do qual lhe falei, e muito se admirou de seu conteúdo, pois a matéria recitada por partes encaixava-se no seu interesse de pesquisa. Admirada com a obra escrita à mão, num manuscrito de alguém de pouco estudo – 7ª série do 1º grau –, sensibilizou-se, oferecendo ajuda para a digitação do texto em curso.

Após uma longa conversa com os pesquisadores, na presença de minha esposa Maria Elena e da minha filha Vitória, do irmão Osvaldo Sousa, de sua esposa Marilene e das filhas Maiara e Camila, eu os levei à casa em que moraram o líder camponês Pio Nogueira e sua esposa Maria José. Na propriedade reside o filho do casal, Luzardo Sousa, a esposa Gorete Barros, filhos e filhas. Luzardo foi breve e consolidado em sua palavra. Na sequência se fizeram presentes o irmão Plautos Sousa e o lavrador Gerardo Mariano, com seus testemunhos abaladores, como se a enfermidade da razão ferida se manifestasse em forma de revolta sempre que tocada sua sensibilidade.

Os testemunhos tomados pela pesquisadora consolidaram mais a minha obra, como redação dos

fatos, descritos passo a passo, conforme o decorrer dos tempos e sua evolução na época tempestuosa.

No início de fevereiro de 2011, Marta voltou à fazenda para nos levar exemplares do livro *Retrato da Repressão Política no Campo, Brasil 1962-1985*, resultado de pesquisas feitas por ela e Ana Carneiro, em todo o Brasil, com familiares de lideranças camponesas torturadas, mortas e desaparecidas na ditadura militar. É um marco memorial da nossa cultura, a retratação do sofrimento de um povo que deve ser lembrado na inclusão da Lei da Anistia: receber reparação por prisão indevida e por danos morais sofridos em ações feitas principalmente por agentes governamentais da repressão.

Ao falarmos do meu trabalho, contando a nossa história, Marta adiantou que havia um projeto na universidade para o lançamento de pequenos livros e se propôs a incluir a minha obra. Concordei e ficou acertado que, ao concluir a redação, lhe enviaria, via Correios.

No dia 2 de janeiro de 2011, dia em que se completaram 40 anos do conflito sangrento, mais conhecido por Chacina de Japuara, concluí e assinei a obra manuscrita, com a certeza de um sonho que se tornou real, num ano de pesquisas e de muito trabalho. Com o relato concluído, eu o remeti à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Para mim, foi e continuará sendo uma grande alegria poder levar a nossa verdade. E poder apresentá-la diante de qualquer dúvida que os contradi-

tores se puserem a escrever, com suas próprias deduções, infligindo a realidade dos fatos. Sinto-me realizado.

UMA HOMENAGEM

Em janeiro de 2012, recebi um comunicado de Brasília convidando-me para o lançamento da 2ª edição do livro *Retrato da Repressão Política no Campo, Brasil 1962-1985*, no Memorial do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (RS). Eu, Francisco Blaudes Sousa, fui um dos homenageados do evento, no dia 27 de janeiro de 2012, e tive a oportunidade da palavra e o direito de explanar nossa memória ao público, contar sobre a luta que travamos em Japuara. Também recebeu homenagem o líder camponês gaúcho João Sem Terra. Em nome do pai, já falecido, falou o filho João Altair dos Santos. Estavam presentes representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a ministra Maria do Rosário, da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, e Olívio Dutra, ex-governador do Rio Grande do Sul.

Nós, camponeses que fomos perseguidos na época da ditadura, com a criação da Comissão da Verdade aguardamos uma resposta mais positiva para nossa causa, razão ainda bastante questionada e que exige atenção dos líderes governamentais para uma definição mais justa de nossos direitos. Muitos trabalhadores do campo perderam o livre-arbítrio e a

oportunidade de conquistas, quando não perderam a vida: foram portas que a repressão fechou para nunca mais se abrirem.

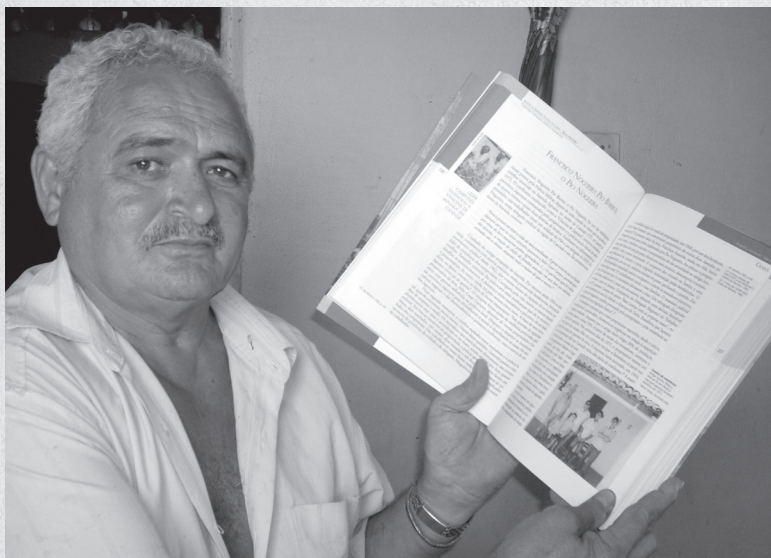
Minha história se repete em cada gesto vivido por alguém com perdas irreparáveis, mas que vive em busca de um mundo melhor. Contar a história de Japuara em livro é o resultado de uma luta sofrida. É um sonho que se transformou em realidade, numa demonstração de que nunca é tarde para recomeçar.

FRANCISCO BLAUDES SOUSA BARROS

Pelotas (RS), 21/2/2012.



Virando história: Blandes e Plautos exibem relatos e fotografias publicadas no livro *Retrato da Repressão Política no Campo*.
(Marta Cioccari/MN-UFRJ, fev. 2011)



O ÚNICO ÁLIBI, A VERDADE ¹

1. N.E.: Inspirado na experiência da prisão, o texto, com características ficcionais, busca teatralizar certos elementos, de forma a exorcizar a revolta sentida com a injustiça.

Diante do resultado das audiências em curso, algo martelava a mente de Blandes Sousa: que à Justiça, induzida por ação íngreme, não importavam inocência, razão ou posição social para aplicar a sua lei indefinível, que englobava a todos numa única justificativa de culpa. Quanto aos cúmplices da ação injuriosa, imunes às regras da lei imposta aos agricultores, viviam em liberdade, em meio à sociedade, sem sofrer nenhum tipo de dano ou pena por tais crimes contra os camponeses.

Ao sentir na pele a ação da impunidade, sem nada poder fazer contra tal impiedade, Blandes se entregou à inspiração de um ser livre, em razão da Justiça divina, e professou o seu álibi, seguindo o raciocínio da razão para com a verdade dos fatos. Sua intuição o levou a viver em tão pouco tempo o fato narrado, dando ao seu próprio personagem toda energia necessária para resistir com prudência

à injustiça perante uma sociedade inocente e à sua fé, seguindo os preceitos de uma lei indelével, entre Deus e o homem.

CENÁRIO

Um cárcere de aproximadamente 3 metros de largura por 4 metros de fundos, tendo como tranca uma forte grade de ferro, guardada com um forte esquema de segurança. No centro da cela, um pilar de alicerce, modelo mesa, com utilidade geral. Servindo de bancada em momentos de descanso, de mesa nas refeições diárias e para outras coisas necessárias. No canto esquerdo, um compartimento medindo 1 m x 1,5 m, com utilidades de higiene e WC interno. À direita, uma cama-beliche com a cabeceira encostada na parede e, à sua direita, a parede lateral.

NA CELA

Sentado, pensativo, sem se deixar vencer por pensamentos negativos, de súbito deixou escapar a palavra-chave que o encorajou num protesto decoroso. Levantando-se, clamou intrigado: – Justiça!

Levantando a voz, profere dizeres repudiando a cela que o aprisionava, detalhando suas faces internas:

– Vejo quatro inúteis paredes em minha volta, um lúgubre teto, abrigo de morcegos, um assoalho que parece pouso de abutres fétidos e uma grade de

ferro como se tivessem receio da liberdade de um homem injustiçado.

Aproximando-se da porta, segurando-a, exclamava em protesto contra a situação:

– Ferro! Para que grade de ferro?

Deu dois puxões fortes na porta e afastando-se de costas, com olhares vasculhadores por todo o interior do recinto, demonstrava sua insatisfação com gestos enojados e continuava protestando inquietamente:

– Esta cela, com toda a sua fetidez, não é digna de acolher a quem foi injustiçado por uma fraude contra a Justiça. Este lugar é construído para quem merece pagar suas penitências, não para quem foi vítima de uma falha injustificável.

Voltando ao pé da grade, murmurou macio, enojado:

– Vejo através desta grade de ferro a liberdade desumana e injuriosa.

Afastando-se para o interior da cela, sentou-se no pilar. Com gestos simples e humildes, com olhar terno, parecia transmitir conformismo:

– Mas aqui estou! Sem nada a temer. Preso ao ermo de minha inocência.

Pensativo, baixou a cabeça rumo ao chão como se dando por vencido. De súbito, levantou-se do pilar com espírito de luta e desabafou:

– Mas, sou livre! Livre, porque ser livre é ser verdadeiro. Livre, não como vive a consciência desses que temem a liberdade do mundo e vivem a usar sua própria carga como álibi de um destino escravo.

Aproximando-se da porta, usou as forças, toda a sua energia, num desfecho, contrariando a liberdade ilícita, que o jogou entre paredes carcerárias, sem qualquer justificativa. Com as mãos sobre as vergas divisórias da forte grade, descarregou sua revolta com vários puxões e continuou num desabafo:

– Mas sou livre como vossos passos, que, inocentes de vossos cárceres, passeiam nas ruas da cidade, enquanto buscam álibi ao primeiro passo incerto, por tão grande ser a carga e não mais resistirem. Quais serão os passos seguintes da futura nação, com medo dessa falsa liberdade, temendo um desequilíbrio desordenado em consequência dessa falsidade moral?

A dois metros do umbral, de armaduras de ferro, da porta entre a detenção e a liberdade tão sonhada, gesticulava o indicador de sua destra, enquanto construía seu relato, de peso sentimental:

– Se um dia, sentado na cadeira do réu, a jurar em nome da verdade, jurarei! Tendo a verdade como álibi, nada me pesará à consciência e, assim, nada temerei. Mas, se condenado injustamente, erguerei a cabeça consciente do que a mim cabe e esperarei a justiça divina como álibi, sem deplorar-me diante de vossa ilícita justificativa.

Recuando, como se tivesse finalizado seu monólogo, permaneceu caminhando compassadamente no pouco espaço que tinha para locomover-se. Num determinado intervalo de tempo, um tanto abatido, relaxou parecendo que havia dado tudo por nada. De-

pois sua revolta reativou seus impulsos, num desfecho mais objetivo, a ponto de inocentar-se e transmitir sua liberdade através de uma nova força:

– Perante a Justiça, a mentira serviu como álibi, enquanto a verdade foi abandonada. Mas, perante a Justiça divina, serei absolvido, livre e confortado, porque a mentira é um ato vulnerável à Justiça. E quando menos esperarem verão o valor de vossa Justiça perante minha lícita liberdade. Mas sou livre, conscientemente! Perante a Justiça dos homens, me encontro engaiolado nesta cela que exala o cheiro da morte, sem um raio de luz para dizer-me: Estais livre!!!

Pesaroso, voltou a sentar-se no pilar no meio da cela, deslizando a palma das mãos na face, após o que elevou os olhos para o alto, ao encontro do teto, dando a entender que os céus também têm seus limites, independentemente da intenção de interpretação popular. Então se deixou cair sobre os joelhos e, prostrado, clamou ao Senhor Deus:

– Pai, viestes ao mundo em nome do amor. Como símbolo da paz sofreu o martírio da liberdade do homem. Senhor, és meu único álibi!

Conservando a cabeça erguida, levou a sua destra em punho sobre o peito e, com os olhos cerrados, clamou em forma de oração:

*Pai, que estais nos céus
Venha a nós o vosso amor
Perdoando a liberdade
Que vive o homem pecador*

*Todo dia, a toda hora
Vosso amor está comigo
És o mundo que sei amar
Meu Santo Pai, meu grande amigo*

*Venha ao mundo, o vosso reino
Aos deficientes de amor
Seja feita a vossa vontade
Assim vive o pecador*

*Não vos peço o fim do pecado
Seria exterminação
Sou mais um dos peregrinos
Em busca do vosso amor.*

Uma lágrima rolava lentamente em sua face ao admitir tal franqueza. Não resistindo à pressão emocional, chorou amargamente.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. O autor e o herói. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARREIRA, Cesar. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- BECKER, Howard S. A história de vida e o mosaico científico. In: *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BERTAUX, Daniel. *Les récits de vie*. Paris: Nathan, 1997.
- BERTAUX, Daniel. El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. *Proposiciones*, 29 marzo 1999, pp. 1-23.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias: Primeira parte - 1900-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias: Segunda parte - 1946-1969*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Apresentação de Anita Leocádia Prestes. Ed. ampliada e atualizada. São Paulo: Boitempo, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à memória e à verdade*: Livro-relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BURNETT, John; VINCENT, David; MAYALL, David (Ed.). *The autobiography of the working class*: an annotated bibliography. Brighton: The Harvester Press, 1984. 3 v.

CAPELATO, Maria Helena R. Ditaduras do Cone Sul: memórias traumáticas e conflitos de memória. In: MONTENEGRO, Antonio T. et al. (Org.). *História: cultura e sentimento*. Outras histórias do Brasil. Recife: Editora Universitária UFPE; Cuiabá: EdUFMT, 2008.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985*: camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985*: camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Ed. revista e ampliada. Brasília: MDA, 2011.

CASSEL, Guilherme; VANNUCHI, Paulo. Apresentação. In: CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985*: camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.

CONCEIÇÃO, Manoel da. *Essa terra é nossa*. Entrevista e edição de Ana Maria Galano. Petrópolis: Vozes, 1980.

CONCEIÇÃO, Manoel da; SOARES, Paula Elise Ferreira; ANTUNES, Wilkie Buzatti (Org.). *Chão de minha utopia*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010. [Reedição ampliada de: *Essa terra é nossa*].

CONSUMADA desapropriação de Japuaara. *Gazeta de Notícias*, Ceará, 25 mar. 1971. Capa.

CYRULNIK, Boris. *Autobiografia de um espantinho*: histórias de resiliência. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 216 p.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DREYFUS, Michel; PENNETIER, Claude; VIET-DEPAULE, Nathalie (Org.). *La part des militants*: biographie et mouvement ouvrier. Paris: Les Éditions de l'Atelier, 1996.

GOMES, Francisco Maurigélbio Estevão. *Japuará/1971*: memórias do conflito. Trabalho de Conclusão de Curso (História)–Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, Ceará, 2006. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/59160579/MONOGRAFIA-JAPUARA-1971-memorias-do-conflito>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEITE LOPES, José Sergio; ALVIM, Rosilene. Uma autobiografia operária: a memória entre a entrevista e o romance. *Estudos Avançados*, v. 13, n. 37, p.105-124, dez. 1999.

MALVA, Constant. *Ma nuit au jour le jour*. Paris: Maspero, 1978.

MALVA, Constant. *La nuit dans les yeux*. Bruxelles: Éditions Labor; Paris: Fernand Nathan, 1985.

MINTZ, Sidney. *Worker in the cane*: a Puerto Rican life history. New Haven: Yale University Press, 1960.

MINTZ, Sidney. Encontrando Taso, me descobrindo. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 27, n.1, p. 45-58, 1984.

NASH, June; ROJAS, Juan. *He agotado mi vida en la mina*: autobiografía de un minero boliviano. Buenos Aires: Nueva Visión, 1976.

NAVEL, Georges. *Travaux*. Paris: Gallimard, 2004.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-45, 1989.

SANTOS, Abdias José dos. *O biscateiro*: depoimento de um trabalhador. Petrópolis: Vozes, 1977.

SANTOS, Abdias José dos. *O dia-a-dia do operário da indústria*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANTOS, Abdias José dos. *Consciência operária e luta sindical*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTOS, Abdias José dos. *O julgamento pelos metalúrgicos de Niterói*. Rio de Janeiro: Cedac, 1983.

VERRET, Michel. Biographies, militances, dictionnaires. In: DREYFUS, Michel; PENNETIER, Claude; VIET-DEPAULE, Nathalie (Dir.). *La part des militants*: biographie et mouvement ouvrier, autour du Maitron, Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier français. Paris: Les Éditions de L'Atelier/Éditions Ouvrières, 1996.

WINKIN, Yves. Erving Goffman: retrato del sociólogo joven. In: GOFFMAN, Erving. *Los momentos y sus hombres*. Barcelona; Buenos Aires; México: Ediciones Paidós, 1991.

SIGLAS

CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Fetraece	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

COLEÇÃO “CAMPONESES E O REGIME MILITAR”

1. *João Sem Terra, veredas de uma luta* (2012),
de Marcia Camarano, 104 p.

2. *Japuara, um relato das entranhas do conflito* (2013),
de Francisco Blaudes Sousa Barros, 224 p.

Este livro foi produzido em Brasília, em abril de 2013. O texto e os títulos foram compostos em Adobe Garamond Pro sobre papel offset 90 g/m².
Tiragem de 3 mil exemplares.



Secretaria de
Direitos Humanos

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

